

ISSN 0103-0427

PUC
MINAS

CADERNO DE

GEOGRAFIA

VOLUME 11 • NÚMERO 17 • 2º SEM. 2001

Caderno de Geografia

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler

Dom Serafim Fernandes de Araújo

Reitor

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

Decano da Reitoria

Prof. Dr. Caio César Boschi

Pró-reitores

Extensão – Bonifácio José Teixeira; *Gestão Financeira* – Janete Lara de Oliveira Bertucci; *Graduação* – Miguel Alonso Gouvêa Valle; *Infra-estrutura* – Fábio Horácio Pereira; *Logística* – José Márcio de Castro; *Pesquisa e de Pós-graduação* – Léa Guimarães Souki; *Planejamento e Desenvolvimento Institucional* – Carlos Francisco Gomes; *Recursos Humanos* – Maria Luiza de Fátima Costa Proença Doyle; *PUC Minas Arcos* – Ângela França Versiani; *PUC Minas Betim* – Carmen Luiza Rabelo Xavier; *PUC Minas BH 2* – Paulo Sérgio Martins Alves; *PUC Minas Contagem* – Geraldo Márcio Guimarães; *PUC Minas Poços de Caldas* – Geraldo Rômulo Vilela Filho; **Diretor do Instituto de Ciências Humanas:** Audemaro Taranto Goulart; **Chefe do Departamento de Geografia:** Magda Maria Diniz Tezzi; **Coordenação Gráfica:** Pró-reitoria de Extensão – PROEx; **Revisão:** Virgínia Mata Machado



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

Caixa postal: 1.686 • Tel: (31) 3319.4220 • Fax: (31) 3319.4129
30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil



Tiragem

1.000 exemplares

Caderno de Geografia

Coordenadora de Geografia:

Magda Maria Diniz Tezzi

Editora:

Jony Rodarte Gontijo Couto

Conselho editorial:

Aurélio Muzzarelli (Universidade de Bolonha)

Herbe Xavier (PUC Minas)

João Alberto Pratini de Moraes (PUC Minas)

João Francisco de Abreu (PUC Minas)

José Alexandre Filozola Diniz (UFS)

José Irineu Rangel Rigotti (PUC Minas)

Leônidas Conceição Barroso (PUC Minas)

Lívia de Oliveira (Unesp – Rio Claro)

Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (Unesp – Rio Claro)

Lucy Marion C. PH. Machado (Unesp – Rio Claro)

Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)

Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)

Sérgio dos Anjos Ferreira Pinto (PUC Minas)

Sylvio Carlos B. M. e Silva (Unifacs – Bahia)

Tarcísio Bruzzi de Andrade (PUC Minas)

Wolney Lobato (PUC Minas)

Caderno de Geografia. — v. 7, n. 9, jul. 1997 – . — Belo
Horizonte: PUC Minas: FUMARC, 1989 –

v.

Semestral

1. Geografia – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

CDU: 91 (05)

SUMÁRIO

Editorial	
<i>Jony Rodarte Gontijo Couto</i>	7
Nação ativa, nação passiva: a desconstrução do território brasileiro	
<i>Milton Almeida Santos</i>	9
A Geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras	
<i>Maria Dilonê Pizzato</i>	25
Categorias geográficas: reflexões sobre a sua natureza	
<i>Cássio Eduardo Viana Hissa</i>	49
Identidades, desigualdades e fragmentações brasileiras	
<i>Ailton Mota de Carvalho</i>	59
Ouro Preto e Mariana segundo a percepção do explorador inglês Richard Burton	
<i>Guilherme Taitson Bueno</i>	66
Percepção geográfica – imagem turística de Itanhaém	
<i>Mirna Lygia Vieira</i> <i>Lívia de Oliveira</i>	81
Geografia e turismo rural: considerações sobre a pesca esportiva no espaço urbano-rural	
<i>Ruy Bessa Lopes</i> <i>Solange T. de Lima Guimarães</i> <i>Paulo Choji Kitamura</i>	97
Percepção ambiental do <i>campus</i> BH da PUC Minas	
<i>Wolney Lobato</i>	107

EDITORIAL

O Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem o privilégio de transcrever a aula magna proferida pelo prof. Dr. Milton de Almeida Santos, com o tema “Nação ativa, nação passiva: a desconstrução do território brasileiro”.

Entre as atividades científicas desenvolvidas na Universidade, a participação do emérito professor foi um ponto alto que mereceu a publicação, nesta edição do **Caderno de Geografia** , da aula e do dinâmico debate, ambos de extremo interesse para toda a comunidade científica.

Mas, acima de tudo, tal publicação é o registro do nosso reconhecimento *in memoriam* da capacidade intelectual e humana do maior geógrafo brasileiro, professor Milton Santos.

Jony Rodarte Gontijo Couto
Editora

NAÇÃO ATIVA, NAÇÃO PASSIVA: A DESCONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO*

Milton Almeida Santos**

RESUMO

A análise do território brasileiro, visto como integrador de uma nação ativa e uma nação passiva. Os fatores técnicos são produzidos a partir de um saber científico que favorece o domínio sobre espaços mundializados e transnacionalizados, que se submetem ao poder do capital.

Palavras-chave: Nação ativa; Nação passiva; Território brasileiro.

Milton Almeida Santos é um brasileiro de Brotas de Macaúbas, interior baiano, que se transformou em cidadão do mundo, em parte devido à frágil estabilidade da democracia brasileira – ele era Secretário de Estado do Governo e professor da Universidade Federal da Bahia quando foi cassado pelo golpe de Estado de 64 – mas, sobretudo, por sua competência como geógrafo e sua extraordinária dimensão intelectual.

Exilado na Europa durante treze anos, lecionou nas mais importantes universidades do primeiro mundo. Tem mais de 40 livros editados em sete países.

Em 1994, recebeu uma distinção internacional, conferida pela primeira vez a um pen-

sador não anglo-saxão: o prêmio Vautrin Lud, equiparado ao Nobel no âmbito da Geografia.

É Doutor *Honoris Causa* de quatorze universidades de diversos continentes e professor emérito da USP. Um premiado de talento e tenacidade que honra o Brasil, um brasileiro de origem simples, negro, alfabetizado pelos próprios pais, professores primários, que conseguiu formar-se em Direito na sua terra e doutorou-se em Geografia pela Universidade de Estrasburgo, na França.

Aos 72 anos, professor titular da Universidade de São Paulo, Milton Santos, mais que um nome, é uma referência intelectual para todos aqueles que sabem pensar na parte que conta do mundo globalizado. É uma honra ouvi-lo.

* Aula Magna realizada na PUC Minas, em 14/5/98, para os Cursos de Arquitetura e de Geografia.

** Professor Emérito da USP.

PROFESSOR MILTON SANTOS

Devo dizer que, entrando nesta casa, ao ser recebido com enorme gentileza por colegas e pelo alvoroço simpático dos alunos, experimentei uma grande emoção. Agradeço ao convite que me foi feito para estar aqui conversando, e ao diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo a enorme bondade das palavras com que me acolheu.

Agradeço a oportunidade de termos uma conversa que, primeiro, será uma aula e que, por isso, vai exigir de todos nós uma atitude de grande seriedade, porque as aulas são um momento central da vida, da academia, e só podem ser aulas se formos todos sérios: os que as proferem e os que as escutam.

O tema é ligado a este fim de século da globalização. Dei-lhe o título: "A nação ativa, a nação passiva: a desconstrução do território brasileiro".

A globalização é um outro nome para o período histórico em que vivemos. A humanidade, nos últimos três séculos, preparou-se para este momento, apenas conseguindo porque, a partir das conquistas da ciência e da técnica, criaram-se as condições para isso. Em resumo, essas condições são as que se seguem.

Pela primeira vez na história do homem, produziu-se um sistema técnico capaz de estar presente em todo o planeta e, direta ou indiretamente, influenciar a vida de todas as empresas, de todas as instituições, de todas as pessoas.

Esse sistema técnico é o que é dado na ciência. As técnicas que hoje comandam a nossa vida são todas produzidas a partir do saber científico. E essas técnicas conseguiram, afinal, uma articulação nos últimos vinte anos, graças ao fato de que àquelas técnicas criadas antes acrescentaram-se as técnicas da informação, que são como uma espécie de traço

de união de todas as técnicas e que constituem a base da produção de uma nova história. Essa é a primeira condição de posição do mundo no qual vivemos hoje.

A partir dessa unicidade das técnicas, dessa presença planetária, desse sistema técnico hegemônico, ao lado de sistemas técnicos tornados hegemonzados, foi possível às grandes empresas transformarem-se em empresas multinacionais. E, hoje, essas multinacionais acabaram por se tornar empresas globais.

Isso foi possível, também, em virtude da segunda condição histórica de produção do mundo atual, que eu chamaria de convergência dos momentos.

Durante toda a vida do homem no planeta, a mesma hora do relógio era vivida por pessoas dos mais diversos continentes, das mais diversas formas. O nosso tema mostra uma formidável dança: as horas do relógio continuam a ser as mesmas e, paralelamente, o acontecer de cada lugar é possível de ser conhecido em qualquer outro lugar. Isto é, criou-se no mundo a possibilidade de perceber a simultaneidade das nações.

Essa percepção da simultaneidade, que chamei de convergência dos momentos, é que faz com que aquela centelha que é a vida em cada lugar influencie o que vai se passar em cada outro lugar. Os lugares não são indiferentes uns aos outros. E a palavra globalização é significativa também de globalização dos lugares. Todos os lugares tornam-se doravante lugares globais.

Essa globalização dos lugares, essa percepção generalizada da simultaneidade é que vai permitir a eficácia das empresas multinacionais. Elas só podem ser globais porque são capazes de acompanhar o que se passa em cada lugar do mundo e essa é uma das bases do seu poder.

Essa é, pois, a segunda condição histórica que permite a globalização.

A terceira condição histórica é o que eu chamaria de unidade do motor. O mundo passa a ser movido por um único motor, que é a mais-valia em escala mundial, o lucro em escala mundial.

Paradoxalmente, essa mais-valia em escala global já não é mensurável, porque resulta de uma busca incessante das empresas por um lucro sempre maior, através dos progressos da ciência e da técnica e das possibilidades de uma informação generalizada.

É isso que cria a possibilidade de as empresas globais agirem globalmente e se guerrear globalmente para ser, cada qual delas, a mais forte, a mais poderosa, a mais capaz de domínio, de comando do mundo.

É essa busca incessante e, na realidade, inútil, de uma predominância, que conduz a fenômenos como fusões de empresas. É um fenômeno novo do capitalismo, como ocorre neste ano de 1998, que marca um novo patamar de capitalismo, em virtude das fusões a que estamos assistindo. Fusões que se dão primeiro no domínio da produção material, segundo no domínio da produção da informação – grandes empresas de informações que se combatem umas às outras para criar empresas cada vez maiores – e no domínio do dinheiro.

Então, há essa produção de uma força bruta, cada vez maior, mas que se concentra em mãos de empresas cada vez em menor número.

O capitalismo atual se dá a partir da diminuição do número de atores hegemônicos e do aumento de atores hegemonzados. Isto é, o comando daquilo que conta para a produção do que se chama de globalização está nas mãos de um grupo cada vez menor e cuja ação é cada vez mais sem sentido, sem finalidade.

É uma busca que aparece como a busca de tudo e que, na verdade, acaba por ser a busca do nada.

É isso que produz a globalização sob a qual estamos vivendo e que chamo de globalização perversa, porque seus frutos imediatos são perversos. O resultado imediato que estamos vendo e que podemos ver no futuro imediato aparece como perversidade, vivida sobretudo a duas tiranias: a tirania do dinheiro em estado puro e a tirania da informação. A tirania do dinheiro só é possível porque existe a tirania da informação.

A informação cria uma maneira de ver que nos ensina uma forma de nos comportar, que impõe sistemas de existência, de produção, que, inclusive, penetra no íntimo de cada um de nós, impondo formas de emotividade que são a base essencial do produzir da história típico deste fim de século.

Isso é grave, porque, de um lado, o império do dinheiro ameaça tornar-nos cada um de nós uma “coisa”. Somos convidados a ser “coisas” e, freqüentemente, aceitamos a condição de “coisas” na qualidade de consumidores, que acaba por ser um desejo de tantos de nós. Essa vontade de ser cada vez mais consumidor é que reduz a vontade de ser cada vez mais um homem.

Por outro lado está o dinheiro, que permeia os recônditos da nossa vida hoje, não apenas a produção, conduzindo, por conseguinte, a essa permanente deformação da natureza humana. Os países adotam o dinheiro, que passa a ser o centro do mundo, em lugar do homem; o dinheiro substitui o homem, que deixa de ser o centro do mundo.

É evidente que falam também em ecologia, em meio ambiente, mas, na realidade, não é a natureza que é o centro do mundo hoje, é o dinheiro. E a natureza não pode ser, porque

ela não tem vida. O homem é o centro do mundo.

O dinheiro como centro do mundo arrasta todos os países a se reorganizarem em função dos ditames do dinheiro.

Quando abrimos um jornal, diariamente, os grandes títulos são em torno do dinheiro, e os governos não fazem outra coisa senão se adaptarem ao comando de um dinheiro tornado global.

Após essa introdução, iniciarei a discussão do que chamo de “nação ativa e nação passiva”, sendo que a definição ficará por conta das conclusões a que chegarmos no fim da exposição.

Por que estou dizendo isso? Porque, no começo, eu chamava de nação ativa aquela parte da nação que é contabilizada como o que vale. E a parte que não é contabilizada, ou que é contabilizada de forma subordinada residual, é que apareceria como a nação passiva.

A nação brasileira seria inteligível apenas a partir da sua consideração como esse conjunto cooperativo e conflitual da nação ativa e da nação passiva. A conclusão a que vou chegar é que, se me coloco no ponto de vista do presente, que, no meu caso, é um presente que reconheço, mas de que não gosto, haveria essa nação ativa tal como os economistas a definem.

Todavia, se encaramos a história a partir dos futuros possíveis, o que chamamos hoje de nação passiva é que é, na realidade, nação ativa. E o que chamamos de nação ativa deveria se chamar nação passiva.

Tentemos agora um pouco de análise. A primeira coisa que tentarei conversar é que o mundo aparece como obrigado a submeter-se àquilo que chamamos mercado global. Mas o que é o mercado global?

Fala-se muito em mercado global, mas será

que ele existe mesmo? Ou o que existem são empresas globais agindo a uma escala planetária e cuja ação é baseada naquilo que um autor chamou, há trinta anos, a respeito das empresas multinacionais, de “instinto animal”? As empresas globais existiram a partir do instinto animal e, a partir disso, realizam a sua produção e o seu lucro, cada uma delas com uma lógica própria, que é a lógica do seu produto e do seu lucro.

Os países são afetados pelas grandes empresas, que, buscando realizar-se, exigem uma adaptação a elas, empresas. Essa adaptação se dá na economia, na sociedade, na cultura, na política. Na economia é um conselho aberto ou escondido, para que as empresas tenham um dado comportamento na sociedade e a aceitação de novas regras de convivialidade, de sociabilidade.

No caso do Brasil, estamos assistindo, por exemplo, a alterações profundas na nossa sociabilidade, como nação, a partir do ditame ao qual parece que nos inclinamos, do abandono da nação à solidariedade.

Na cultura, há a redução da importância das culturas populares em favor das culturas de massa, com tudo que isso traz como consequência.

E, na política, o essencial é finalmente o abandono da política, a sua morte, de tal forma que os homens que nos governam não fazem política, e os políticos não fazem política. A política feita no Brasil é por cima, pelas grandes empresas; por baixo, a política, infelizmente, é feita pelos povos. Não por nós das classes médias, que sequer conversamos uns com os outros. Os pobres é que criam a política por baixo, enquanto as grandes empresas produzem uma política por cima e os governantes seguem as grandes empresas e desprezam os pobres.

É assim que os países se modificam hoje, a partir da globalização, de um novo momento histórico, produzindo o que eu chamaria de nação ativa.

A nação ativa é formada exatamente por essas burguesias que são empurradas para a marginalidade econômica e pela massa da população. Tudo isso é possível porque – e aí entram nossas culpas como homens da Universidade – a globalização se realiza também ao lado de uma burguesia associada a um pensamento.

Esse pensamento, associado à burguesia nacional ou internacional, produz um conjunto de idéias, de orgias que sustentam e legitimam as ações que modificam o perfil econômico, cultural e político dos países, sem falar nas modificações fundamentais e que explicam todas as outras, que são as modificações territoriais.

Creio que essa nação ativa, criada a partir da globalização, cria o que chamo de Produto Nacional Bruto. O que é hoje o PNB de um país? É a contabilidade nacional de uma subserviência global, isto é, aquilo que participa de uma forma de economia desejada pelos que estabelecem o que é bom e o que é ruim, a partir da idéia de globalização e da politização das estatísticas no Brasil (conhecemos muito bem os órgãos do governo ligados à estatística politicamente produzida, exatamente com esse objetivo, de tal maneira que se criam esquemas de justificação desse processo).

Essa burguesia, associada à globalização perversa e que se imagina trabalhar como se fosse portadora do dinamismo, é apenas portadora da velocidade – a velocidade é um dos ícones do mundo atual. Aparece como algo indispensável à realização da vida no mundo inteiro, mas alcança um número reduzidíssimo de empresas e um número ainda mais reduzido de pessoas.

Quem são as pessoas velozes no mundo? Alguns milhares ou dezenas de milhares. Quais são as empresas mais velozes no mundo? Alguns milhares. Todo o mais é lento, como a maioria das populações. O exemplo da Europa e dos Estados Unidos aparece como mais um desses nossos vícios de interpretação do mundo, já que latino-americanos que somos, imaginamos e trabalhamos com essa idéia de que o mundo é a Europa e os Estados Unidos, olhando com desprezo os outros continentes, isto é, a África e a Ásia. Envolve-mos, por isso mesmo, no desprezo, o nosso próprio continente latino-americano.

Creio que um dos problemas das ciências humanas, na América Latina e no Brasil, é exatamente essa forma de ver o mundo, essa subserviência insuportável, essa visão européia do mundo que, em lugar de ajudar-nos a vermos o mundo e a nós dentro dele, na realidade atrofia a nossa capacidade de entendimento do que somos.

Daí a discussão indispensável sobre a questão da velocidade, que aparece neste fim de século como algo de que não se pode o homem privar e como se fora o resultado da aplicação simples e sem intermediação das técnicas, quando sabemos que a velocidade não é o fruto da técnica e sim da política.

É a política que decide a velocidade realmente utilizável. A técnica apenas cria as condições, fornece a virtualidade, mas a realização histórica da técnica se dá por intermédio da política.

A técnica não tem uma existência autônoma nem pode ajudar a interpretar o mundo de forma autônoma.

Não fosse assim, seríamos todos incapazes de acreditar nas mudanças, derrotados diante do presente e da possibilidade de construção de mundos futuros.

Essa nação ativa aparece também como portadora daquilo a que se chama de racionalidade, como se fosse algo de absoluto, quando sabemos que há convivência das mais diversas racionalidades, de que são exemplos as grandes cidades.

Uma cidade como Belo Horizonte, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Bombaim ou Tóquio é um lugar onde há uma multiplicidade de racionalidades funcionando em conjunto, não importa que de formas contraditórias, mas também inseparáveis.

A cidade testemunha essa inseparabilidade dos desiguais. Sem o conhecimento, é impossível interpretar o que existe, porque a existência é feita exatamente dessa presença simultânea que os lugares revelam entre temporalidades diferentes, sendo também diversa a casa dessas racionalidades.

A racionalidade da nação ativa acaba por ser sem razão, porque o que está aí presente é a razão do instrumento, mas não a busca de uma finalidade.

A subordinação ao comando da técnica, a partir da busca de mais-valia, acaba por proibir aos homens indagar por que fazem isso ou aquilo ou por que não o fazem. E essa aceitação praticamente serviu de comandos estranhos ao homem, mas que são eficazes a partir de pragmatismos, de verticalidades, de busca de resultados que, freqüentemente, suprimem a busca dos valores. A busca da mais-valia opõe-se, nas condições do mundo atual, à busca dos valores.

A produção da conformidade chega a tal ponto que, quando, por exemplo, os geógrafos estudam uma área produtora de frangos ou de porcos, em Santa Catarina, acabam por descobrir que os produtores são os novos servos da gleba. Aparecem como os agricultores modernos, mas, na realidade, reproduzem a

idéia e a realidade dos novos servos da gleba, obedientes à mais estrita regulamentação das empresas que compram ou industrializam, ou obrigados a abandonar o mercado, se são incapazes de aceitar essas regras.

A economia funciona como se os atores econômicos fossem membros de um exército, incapazes de um passo que não seja sob comando. E ainda nos falam de economia flexível para caracterizar o presente período da globalização.

Aí aparece o trabalho daqueles que aceitaram a vida intelectual, como nós. Este fim de século tão ameaçado reduz o espectro das atividades não intelectuais e amplia o das atividades intelectuais.

A terceirização galopante, realizada segundo as mais diferentes formas, apesar de aumentar o trabalho intelectual, restringe o número de intelectuais. Porque ser intelectual é aceitar a dura tarefa de ser crítico, é decidir ser sozinho, é não estar buscando aplausos, é a recusa do poder e a busca, se possível, do prestígio daquilo que se pensa, do que se diz, do que se defende, que deve ser também aquilo em que se acredita. Ser intelectual é, por conseguinte, unir-se à verdade, essa verdade impossível, mas que se está sempre buscando. É não se contentar com o presente e buscar o futuro. Ser intelectual não é ser dois, não é perguntar a um colega ou amigo se o que se pensa é bom. É assumir a responsabilidade do que se pensa, do que se diz, do que se escreve e acreditar que o pensamento é uma força.

Este fim de século, por sua perversidade, diminui o número de intelectuais. As faculdades possuem cada vez mais professores, mas as próprias condições de trabalho são uma condição de redução dos intelectuais, porque, na própria ciência, que apareceu primeiro como a busca da verdade, é cada vez menor

essa busca. A ciência, atrelada à técnica e a objetivos estranhos à atividade de pensar, aparece como subordinada à atividade de produzir para lucrar.

E é por isso que os cientistas não são, exceto muito raramente, intelectuais. Não quero dizer que não fazem bem o seu trabalho. Fazem, mas fazer bem o trabalho é, frequentemente, abandonar a condição de intelectual.

Nas condições atuais do Brasil, os intelectuais cedem muito. É frequente o intelectual ser seduzido a tornar-se um homem do Estado ou do poder. Não acreditamos que as nossas idéias tenham uma força motora. Contudo, o mundo de hoje sabe que nada se faz que não seja a partir de uma idéia. Tudo o que é feito no mundo, hoje, e que move os atores hegemônicos, parte de idéias.

Seria cruel imaginar que essas idéias fossem apenas portadoras da perversidade, já que, se perversidade sempre houve na história, essa é a primeira vez na história do homem em que a perversidade constitui um sistema, até incluir-se dentro de nós, que acabamos aceitando o seu sistema e olhando o outro como "coisa", o "diabo", como dizia Sartre.

É possível fazer todo o oposto, a partir daquilo que eu chamaria de intelectual público, isto é, o homem que decide destinar a sua vida à preocupação de entender o mundo. Somente a partir daí eu entendo o meu país e a mim mesmo, e me coloco diante do mundo para aceitá-lo ou para tentar modificá-lo.

Creio que esse tipo de raciocínio é importante de ser trazido ao debate. Cada palavra que falo aqui, faço-o com grande força. Mas não tenho nenhuma dúvida de amanhã abandonar qualquer idéia que hoje elaborei. Minha vida toda foi assim, a do encontro de idéias substituídas por outras idéias, com toda paixão, porque creio que é a partir de nós, os in-

telectuais, que vamos poder ajudar o mundo e o Brasil a mudar.

A nação passiva são as empresas menos dinâmicas, menos poderosas, que pagam mais caro pelos empréstimos e são incapazes de ser competitivas. A nação passiva é também a grande maioria dos homens, que são, de um lado, as classes médias e, de outro, os pobres.

Os pobres, nesse contexto de nação passiva, são os mais capazes de enxergar o futuro, contrariamente a teorias consagradas na Sociologia e na Antropologia dos anos 60 e 70.

As classes médias são adormecidas, entorpecidas, subalternizadas pelos objetos que as cercam e, por conseguinte, sequiosas do presente, buscando reproduzir todos os dias a véspera, imitadoras dos poderosos e das classes dominantes. Por isso mesmo têm dificuldades para entender o mundo e são repetidoras do discurso único que legitima as ações dos atores que têm o comando do mundo perverso no qual vivemos.

Os pobres não podem reproduzir o seu presente, porque cada dia é diferente do outro. O amanhã é sempre uma surpresa. E como o futuro não vem de nada previsto, são os pobres os portadores do futuro.

Daí a aliança que se cria quando os intelectuais também buscam esse futuro, desconfiam do presente e, diante das coisas que nos cercam, são capazes de dizer: «Essas coisas estão aí, mas é possível ter outras coisas». Para isso, é indispensável entender o mundo como um conjunto de possibilidades já realizadas e ainda a realizar.

O futuro, o mundo, o presente não podem ser definidos apenas por aquilo que existe. O presente é definido por aquilo que existe e também pelo que não existe, mas que pode existir. Não se trata da formulação vazia de uma utopia vazia, mas da produção de uma

utopia baseada nas condições empíricas pelas quais a história do mundo, não se havendo dado, porventura pode dar-se.

Creio que é esse o trabalho dos intelectuais, sobretudo com os pobres. Não que os intelectuais devam bajular os pobres, seria uma indignidade; como não podem bajular os poderosos.

Bajular os pobres é, com frequência, tratá-los de forma separada. Eu não entendo a pobreza se não a incluo na sociedade na qual ela aparece como pobreza. É o entendimento da sociedade como um todo que me permite não apenas compreender por que os pobres são pobres, mas indicar quais são as estruturas que fazem com que sejam pobres.

A minha esperança atual vem justamente do fato de que as classes médias, adormecidas em seu conforto, contentes de seu consumo, começam a descobrir que o comando da política não lhes pertence mais, tampouco a possibilidade de defender as condições de vida da sua família, que já não são capazes de educar corretamente os seus filhos, nem cuidar decentemente da saúde, num país que decidiu que a saúde não é um bem comum do homem, mas uma mercadoria a ser vendida a quem pode pagar, deixando de ser vendida a quem não pode.

A maneira como a nação brasileira reagiu a isso mostra o entorpecimento a que chegamos, porque aceitamos esse abandono da solidariedade social, isto é, “a saúde sua é assunto seu”, quando a saúde, a educação, a segurança, o bem-estar são um patrimônio individual e coletivo ao mesmo tempo.

Então, o que eu dizia da globalização aparece agora, a partir dessa realização prática da globalização, que varre completamente aquisições históricas produzidas lentamente durante séculos e rapidamente abandonadas.

A classe média é conduzida por seus filhos, que não têm esperança de encontrar um lugar no mercado de trabalho, a refletir sobre o mundo e sobre o país atual. Isso é novo na história do Brasil.

A classe média brasileira, criação dos últimos cinquenta anos, foi-se avolumando e enriquecendo durante esses cinquenta anos, a partir de uma associação com a política – na verdade, com os políticos, e da possibilidade de se consumir cada vez mais. A cada queda do salário, um novo aumento do salário; a cada aumento dos preços, o estabelecimento do crédito; a uma nova dificuldade, a expansão de crédito. Era como se o presente perdido fosse reconquistado a partir de uma nova decisão política.

Hoje acabou e é por isso que a classe média pode ser uma aliada. De um lado, os pobres, de outro os intelectuais, no sentido de reconstruir a nação brasileira como algo de sagrado.

É evidente que essa reconstrução começará pela defesa dos egoísmos individuais de grupos, de classes, de bairro, mas pode ultrapassar esse limiar e chegar ao limiar político, embora nossos partidos políticos não contribuam para isso. As classes médias impediram que eles se constituíssem como partidos, da mesma maneira que impediram que o ensino público se difundisse pelo Brasil. Não quiseram utilizar o ensino público, porque o chique era mandar os filhos para as escolas particulares, como freqüentar médicos e hospitais privados. Assim, condenaram o ensino e a saúde públicas a se debilitarem.

A globalização acelera esse processo e cria as contradições, porque as classes médias, hoje, tampouco podem mandar seus filhos às escolas particulares, que são em maior número. O ensino superior é ministrado no Brasil

por 70% de escolas privadas e 30% de escolas públicas. Quando defendemos uma universidade pública, como a USP, perguntamos se ela ainda é uma universidade pública, porque quase ninguém de fora da USP entra nela como professor, nem como estudante. A mesma coisa fizemos com tudo o que deveria ser público.

A morte da política produz aquilo de que a gente ainda não se dá conta: as enormes fragmentações da nação. Esses conflitos são latentes, o país fervilha de desconfiança. O mal-estar generalizado se exprime das mais diversas formas, mas não é suficientemente canalizado para a produção de idéias que alicerces a reconstrução da política, a partir de partidos que sejam expressivos de tendências, isto é, que reflitam, em primeiro lugar, como o futuro pode ser construído.

Quando me refiro à seriedade com que temos de trabalhar, quando exijo de meus estudantes (sou um professor generoso e próximo dos alunos, mas exigente), o resultado não me preocupa. Não busco de meus estudantes os resultados a que possam chegar, mas o processo para chegar ou não. O mérito está na busca, no processo e não no resultado, porque nenhum dos nossos ensinos é, *a priori*, o bom. O ensino é o ensino da descoberta, da forma como as coisas se fazem. É assim que formamos gente para a construção do futuro.

A minha conversa desta noite foi, de alguma maneira, desencaminhada, no sentido de que não disse tudo o que desejava dizer. Talvez alguns dos senhores dirá que não disse tudo o que devia dizer. Quanto aos incidentes havidos, os professores que são realmente professores esquecem imediatamente. Nenhum professor digno se lembrou jamais de uma zanga com seus alunos. Isso não é digno. Isso me permitiu pôr meu coração todo

de fora, ainda que no exercício dito intelectual, de ter essa conversa franca, de alguém que não deseja outra coisa que ser um professor, um intelectual; alguém que deseja derrotar os últimos dias da sua vida.

A nossa tarefa é a de, com o trabalho acadêmico, ajudar humildemente a construir um novo país, a partir dos escombros. Esse grande país é o Brasil, tão cabisbaixo diante dos ditames da globalização e tão indiferente à problemática da sua população.

Fico agora à disposição para as perguntas, que podem ser até impertinentes, desde que também sejam amáveis.

DEBATE

P.: *Como fica a situação do Brasil diante do Mercosul?*

R.: O Mercosul é, por enquanto, um conjunto de empresas que buscam realizar trocas entre si. E esse conjunto de empresas é assistido pelos Estados. Não há uma entidade realmente supranacional, há regras gerais a que os Estados devem submeter-se. E não há, também, senão por iniciativa das universidades, que criaram fóruns sul-americanos, a vontade explícita de criar uma comunidade cultural, uma comunidade política, como é o caso da Europa. A tal ponto que esse senhor que acaba de se eleger presidente do Paraguai recebeu imediatamente um não quando solicitou ajuda para melhorar a infra-estrutura do seu país.

Talvez o Brasil pretenda ser líder e essa é uma doença dos países neste fim de século. Quando quero ser líder, estou sendo guerreiro. Nenhum país tem de ser líder de nada. Cada país tem de ser grande a partir do que é, sem se preocupar em comandar alto.

A globalização a que vamos chegar é a de países que primeiro se realizaram integralmente e depois se reuniram a partir de suas diferenças, mas sem buscar homogeneizar a partir deste ou daquele país.

O destino do Mercosul vai depender e muito de como pensarmos a globalização. Queremos a globalização para comandar um punhado de países ou para que a sociedade se reúna? Queremos que a humanidade se unifique ou se una? Acho que são essas as questões que se colocam neste fim de século.

P.: *Um artigo da Folha de S. Paulo intitulado "Uma noiva e seus dois pretendentes" referia-se à disputa dos Estados Unidos e da União Européia pelo mercado brasileiro. Segundo o artigo, a tendência seria o fortalecimento do mercado europeu, que sobrepunha o americano. Na sua visão, qual seria a perspectiva de expansão do comércio brasileiro em termos de vantagens? Vejo muito poucas.*

R.: Há duas formas de enfrentar uma questão como essa da globalização. Uma forma é: "Eu aceito o debate como está posto"; a outra forma é: "Eu proponho outro debate".

Sua pergunta é amparada por esses dois pretendentes brasileiros citados na **Folha de S. Paulo**, que levam o debate ao interior dessa globalização perversa. Ficamos discutindo o que é melhor para realizar algo que não queremos.

Acho que esse é o grande desafio que temos neste fim de século. Somos todos conduzidos, de uma forma ou de outra, inclusive porque o vocabulário de que não dispomos, as informações de que não dispomos, o conjunto, o sistema, as idéias, as estatísticas de que não dispomos, tudo nos conduz a essa forma de debater.

E, quando menos esperamos, perguntamos o que seria melhor para o Brasil. A pergunta é

outra: o que será melhor, como solução econômica, cultural, política, geográfica, para que o povo brasileiro tenha uma vida decente?

Esse é o ponto de partida, creio eu, da nova globalização. Nunca no mundo houve condições tão propícias para que essa globalização positiva ocorra. Todavia, o que se está verificando é a globalização negativa. Primeiro, devido à unicidade técnica, pela qual posso conduzir qualquer coisa, em qualquer lugar. Se posso fazer isso, é evidente que há diferença entre isso ou aquilo. Se tenho como transportar essas coisas, se tenho conhecimento dessa produção, vou poder, se as condições políticas estiverem presentes, distribuir essa produção, caso o regime sociopolítico permita.

Segundo, as técnicas e as máquinas industriais obrigavam o homem a comportamentos extremamente obedientes. Não ocorre o mesmo com as técnicas da informação, que privilegiam o *hardware* e o *software*, isto é, a inteligência.

O passo seguinte é reconhecer que as técnicas da inteligência não podem ser usadas pela inteligência no mundo de hoje. São usadas segundo os interesses de um número cada vez menor de empresas.

A realização perversa da globalização, tal como a temos hoje, deve-se à maneira como a política das empresas é amparada pelas grandes organizações internacionais, seguida servilmente pelos governos, conduzindo a que essas técnicas, que podem ser libertadoras, acabem por ser escravizadoras, através da tirania do dinheiro e da informação. Se continuo a analisar as condições do mundo atual, vou encontrando outras manifestações da possibilidade de construção de outra coisa. Nunca a humanidade foi tão misturada.

Quem conheceu as grandes capitais do mundo na metade deste século e as revê neste

fim de século sabe distinguir essa mistura em Paris, Londres, Nova York, Los Angeles, mas também em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Lagos, Jacarta, Tóquio.

Essa mistura de raças, de cores, de línguas, de sabores, de cheiros – os americanos pretenderam que fôssemos todos sem cheiro, através dos desodorantes – é um elemento de despersonalização, na medida em que aparecemos a um vizinho como se fôssemos uma árvore de Natal. Mas não é assim. Depois que começamos a suar, é uma condição humana irreprimível.

Esse mundo que mistura tudo é um mundo que permite a construção de novas idéias. Quanto mais diversos somos, estando juntos, mais idéias produzimos. As idéias são um apêndice exatamente dessa multiplicidade e não da mesmice.

Não é bem um elogio da mulatice que estou fazendo, mas talvez essa mulatice, que não é apenas étnica, mas cultural, lingüística, política e ideológica, seja produtora de um ente acima de todos nós e que é um mundo. Três pessoas juntas formam um mundo. Se são trezentas, muito melhor, formam o mundo de hoje. Basta chegar em qualquer cidade para constatar. É um mundo misturado.

O fato de nos misturarmos, numa ampliação das nossas desigualdades, é significativo das múltiplas interpretações do mundo, porque interpretamos diferentemente o mundo. Por conseguinte, ainda que silenciosos, estamos discutindo o mundo e produzindo uma idéia mais rica dele.

Isso acontece neste fim de século, quando tudo conspira para outra coisa. E estamos prisioneiros de empresas, de instituições, da tirania do dinheiro, da tirania da informação e, sobretudo, paralisados diante do discurso único, da produção única de imagens, de frases que conduzem a justificar este mundo. Mas

descobrimos, todos os dias, que isso está se quebrando. Ousaria dizer que a globalização está em crise e que o capitalismo está conhecendo uma enorme crise.

Já imaginaram o mundo governado por cinco dúzias de empresas de produção de bens e de serviços? O mundo comandado por grandes associações de empresas, que dizem a seis bilhões de pessoas o que as outras são? O mundo comandado por uma dúzia de bancos? Bancos, empresas e instituições da informação que se impõem sobre os países e os desorganizam, como é o caso do Brasil, país desorganizado, em que o governo não pode governar simplesmente.

O que é isso? Será que é algo que pode durar muito ou algo que vai convidar a uma reflexão e conduzir a uma mudança no sentido oposto? Acho que a gente deveria tentar ver isso. Todos os cursos das universidades deveriam ter um período bastante denso e sério sobre a problemática da globalização. Se há trinta anos tínhamos “Educação Moral e Cívica”, no fim do século temos o estudo crítico da globalização, que deve ser dado até mesmo a economistas e engenheiros. E aí haveria menos riscos de uma discussão a partir de dentro do conceito de globalização e mais possibilidade de uma discussão a partir da história se fazendo.

P.: Houve um momento em que o senhor disse que a tecnologia em si não é boa nem má, depende da política que se faz com ela. Sabemos, por exemplo, que as inovações tecnológicas produzem o desemprego. Como fica a questão política, já que há dois lados paradoxais?

R.: As inovações tecnológicas produzem o desemprego? Creio que não. Creio que esse é o discurso do pensamento único, que atri-

bui à técnica uma feição humana, a chamada antropomorfização da técnica. O emprego, em um país, é formado por um conjunto de atividades diversas e que respondem às necessidades da sociedade, cada vez mais definidas politicamente. A presidência da República atual, no Brasil, decidiu que deve haver quatro tipos de doentes. Não sei se você estará de acordo com essa classificação, porque esses quatro tipos de doentes podem ser você mesmo. Se você tem dinheiro, em 1998, você é um tipo de doente; em 1999 você não tem dinheiro, é um outro tipo de doente. As necessidades a serem satisfeitas acabam sendo definidas politicamente.

Por conseguinte, a equação do emprego de um país é um dado da política e não da técnica. Imagine que, no Estado de Minas Gerais, em vez de se entregarem a um professor secundário 40 alunos, entregam-se 20. Teríamos imediatamente o dobro de professores. Imagine se a atenção da saúde no Estado do Piauí fosse considerada como algo universal: multiplicaríamos o emprego na saúde. Imagine que o lazer fosse considerado como algo essencial a cada homem e ampliássemos as atividades de lazer: multiplicaríamos o emprego. Imagine que, no lugar de pagar R\$ 130,00 como salário mínimo, pagássemos R\$ 1.300,00 e que diferentes formas novas de consumo se alastrassem: os empregos ligados ao conforto se multiplicariam. Imagine que, em vez de aceitarmos o fato de que os pobres têm de morar miseravelmente, aparecesse como dever da nação a habitação condigna para todas as pessoas. Os empregos se multiplicariam.

Assim, dizer que a nova tecnologia diminui o emprego é o discurso da empresa. É evidente que, se sou um grande empresário que trabalha o tempo inteiro com tecnologias que precisam ser renováveis, reduzo o emprego,

mas reduzo também porque estou na necessidade de competir selvagemmente. Se fosse menor a necessidade de competição, menos apressado eu estaria em mandar para a rua os meus empregados.

Há uma oposição entre a visão técnica das coisas e a visão humanística. Acho que a grande batalha hoje é essa. Eu parto do homem ou parto das coisas. Se parto das coisas, a tecnologia reduz o emprego.

Posso multiplicar e melhorar a informação. O ideal seria, por exemplo, que os informadores, isto é, jornalistas, radialistas e outros fossem constantemente reciclados do ponto de vista do que o mundo é. Então, com certeza, enquanto eles estivessem estudando, outras pessoas estariam empregadas no lugar deles. Aqueles que eles iriam ensinar também estariam com trabalho. Veja quantos empregos novos poderiam ser criados, se houvesse a decisão de dar emprego. Mas não é essa decisão, porque o social passou a ser residual, nas condições da globalização atual.

Esse discurso legitimador, mais uma vez da perversidade, diz que, como a técnica vem da ciência e a ciência é uma deusa, então, essa técnica, considerada como algo absoluto, seria a causa do desemprego. A causa do desemprego é a política do Estado.

P.: O senhor insistiu na tirania do dinheiro, que estaria redimensionando o papel do Estado em relação à nação. Notei uma ênfase muito grande na nação e não no Estado-Nação, na forma como o conceito é normalmente pensado em ciência política. De algum modo, a própria falência da política está levando o Estado a buscar mecanismos legitimadores do monopólio da sua força, através da eficiência econômica. Assim, o Estado bom é aquele que é eficiente do ponto de vista eco-

nômico. E essa eficiência está chegando nos limites que estamos vendo, com os resultados que estamos vendo. Como o senhor vê esse processo? Está havendo uma dissociação entre nação e Estado? Nação pensada como identidade cultural, como algo que dá sustentáculo cultural, significado, sentido a um determinado povo. E essa dissociação vai resultar, como alguns movimentos atuais indicam, em certo enfrentamento do Estado pela nação?

R.: O que notamos é que há um enfrentamento entre nação e Estado, inclusive quando os atores desse enfrentamento não são conscientes, na medida em que existe o pensamento hegemônico. Mesmo dentro das universidades, há recusa em enfrentar essa questão. Então, os atores acabam por não saber ou não ter as palavras, o discurso do seu enfrentamento.

Outro aspecto é que a globalização cria todo tipo de fragmentação. A mais importante é a fragmentação geográfica. Mas há outras formas de fragmentação que, num primeiro momento, aparecem como dificultando a ação política. E aí o outro discurso, o do Estado, dá a impressão de se tornar mais triunfante. E é triunfante sobre essa fragmentação.

Essa fragmentação aparece no território da nação como homogeneidade, própria dos lugares. Cada lugar – a região da cana-de-açúcar, a região da soja de Goiás, a região da soja de Mato Grosso do Sul, a região da laranja de São Paulo, a cidade que produz malhas, a cidade que produz porcelana – acaba por ser um conjunto de pessoas vivendo em torno de uma problemática comum e se dá no nível da nação como fragmentário, mas, no nível de cada lugar, aparece com alguma homogeneidade ou complementaridade. Só que a autoridade pública local, os poderes políticos locais, as instituições locais não têm voz ou suas vo-

zes não são suficientes para encontrar a solução desejada.

Mas aí já é um movimento de rediscussão do Estado. Estamos passando agora por um processo de rediscussão, inconsciente da parte de alguns, insuficiente da parte de outros, mas um movimento de discussão do Estado, de recusa do Estado tal como ele é, e que vai nos levar, creio, à produção, no Brasil, daqui a pouco, de uma nova federação.

Essa nova federação não vai surgir agora, porque a reforma do Estado que está para acontecer será feita a partir da globalização. Será a reforma do Estado por cima, o que vai agravar esse descompasso a que você se referiu, que eu chamaria de contradição. No mundo das idéias, se formulamos problemáticas e as entregamos aos atores sociais, a coisa vai mais depressa, porque o discurso acadêmico é a base do discurso político. Se não formulamos corretamente, a coisa vai mais devagar.

Não estou querendo ser voluntarista, do ponto de vista da produção intelectual. A Ciência Política e a Geografia, quem sabe, ganharão muito em se aproximar na proposta de um país novo, com outra forma de organização política do território. Falta à maior parte dos cientistas políticos uma preocupação com o território. A Ciência Política é feita, com frequência, como se o território nacional não existisse substantivamente, mas apenas administrativamente. Da mesma forma, a Geografia nem sempre é capaz de tratar a questão da política a partir do território.

Creio que, se esse encontro se desse com rapidez, se fôssemos suficientemente humildes para trabalharmos juntos, o que é muito difícil hoje na academia – as disciplinas se consideram umas mais importantes que as outras e a Geografia é tratada como a disciplina dos semi-alfabetizados que também en-

sinam –, se os profissionais de outras disciplinas reconhecessem esse olhar menos generoso para a Geografia, se fôssemos capazes dessa humildade, creio que isso apressaria a produção de uma outra idéia de Brasil e a construção de um projeto nacional a partir de baixo, contrariando o projeto nacional a partir de cima, que corre o risco de substituir a Constituição de 1988, sobretudo se essa reforma da Constituição Brasileira que se anuncia der-se de forma rápida, porque não haverá tempo para o debate.

P.: *A nação passiva é a solução para diminuir a velocidade da globalização?*

R.: A nação passiva está se tornando a nação ativa. Enquanto nós da classe média estamos ainda à procura do conforto perdido e, por conseguinte, ainda não abandonamos os nossos egoísmos centrais, os mais pobres são muito mais capazes de sensibilização. No dia em que empresários marginalizados descobrirem que têm de se aliar aos pobres – Getúlio Vargas, em outro momento histórico, explorou essa idéia muito bem – creio que as coisas podem mudar, porque cada um de nós é dois.

Sartre disse: “O homem está condenado a ser livre”. Sartre é o filósofo que inspira o meu trabalho de geógrafo e considero o que ele escreveu extremamente importante para nós. Sartre dizia também que “posso ser objeto para o outro, mas não sou objeto para mim mesmo”. Não sendo objeto para mim mesmo, eu me conformo com as leis que me mandam trabalhar desta ou daquela forma, porque tenho que sobreviver, sustentar minha família, pagar impostos.

Mas, ao mesmo tempo, já que sou dois, o outro eu se mantém livre. E esse outro eu é a fábrica da consciência. A realização da consciência se dá, inclusive, quando somos escravos.

É por isso que os pobres estão prisioneiros do consumo, mas o seu modo de vida aponta para o futuro e, por conseguinte, para a liberdade.

A mesma coisa acontece com os intelectuais, cujas concessões têm esse limite, porque vivemos concedendo, negociando, e também mantendo-nos íntegros.

Então, a partir dessa produção de racionalidade, cada vez mais limitada, produz-se, de forma ilimitada, a irracionalidade, isto é, as outras racionalidades.

No mundo de hoje, há uma produção limitada da racionalidade globalitária, porque a globalização aparece como novo totalitarismo, justificando novos totalitarismos nas relações sociais, inclusive na produção acadêmica, submetida a isso sobretudo nos países centrais.

Alguns intelectuais dizem não a isso. É evidente que não recomendo aos jovens uma atitude suicida, mas a consciência da sua liberdade, a certeza de que podem produzir outra coisa e, por conseguinte, ajudar a fazer uma nova história.

P.: *Estaríamos a caminho de um período socialista?*

R.: Eu diria que estamos entrando no período do homem, da população, no período demográfico. Com o período tecnológico, houve uma grande mutação. Está começando uma nova grande mutação, que é a entrada da humanidade num período popular que levará, certamente, ao socialismo.

P.: *Qual é o papel dos movimentos sociais e das organizações não governamentais para a construção de um mundo melhor, diante da globalização perversa?*

P.: *Um geógrafo da Unesp discutiu em Belo Horizonte o problema da terra, da grilagem*

no Pontal do Paranapanema, entendendo esse processo a partir das lutas sociais dos sem-terra em São Paulo. Quais sinais de reação dessa nação passiva o senhor verifica nessa conjuntura? Estudos mostram que a situação da agricultura brasileira e o inchaço das cidades indicam uma tendência de volta, de busca da população por alternativas que não sejam apenas vir para as periferias urbanas.

R.: Os movimentos sociais podem ser privatísticos, isto é, no interesse de grupos ou de bairros. As ONGs podem ser subordinadas a instituições governamentais de outros países. De toda forma, esse famoso terceiro setor, que aparece como uma solução para a perversidade das instituições e do mercado, também pode tornar-se perverso, porque somente as finalidades reconhecidas pelos doadores recebem os subsídios. O terceiro setor pode consagrar as fragmentações já existentes na sociedade. Ele não substitui o público, que tem por obrigação cuidar de todos. A política não é algo que distingue uma parcela apenas da população.

Diante dos movimentos sociais, das ONGs, do terceiro setor, a nossa primeira atitude tem de ser crítica e, depois, de apreciação.

Os movimentos sociais acabam também por serem arregimentadores. E se eles se instalam, por que não trabalhar com um povo desorganizado? A população desorganizada pode ter um papel extremamente importante na mudança das condições sociais, paralelamente às formas organizadas, que são progressistas.

As organizações não-governamentais podem ser portadoras tanto de um discurso neutralizante, quanto de uma vontade de mudança. Sabemos que as mudanças na sociedade não são feitas somente a partir de vontade caridosa. A caridade pensa as dores, mas não muda as estruturas.

Se as ONGs não tiverem uma atividade pa-

ralelamente política, se se limitarem a atividades assistenciais, resolverão situações momentâneas, localizadas, mas serão incapazes de acelerar as mudanças da estrutura que a sociedade está exigindo.

Os sem-terra representam um papel extremamente importante no Brasil, porque, até recentemente, eram os únicos a exibirem o seu protesto. E, na medida da nossa covardia em exprimir protestos, funcionavam praticamente como se tivessem procuração nossa para protestar. E é daí que vêm a simpatia enorme da sociedade brasileira por eles e o destempero com o qual são tratados, indício também de que as contradições se agravam.

É evidente que os saques e essas manifestações aparentemente isoladas não o são. São significativos do mal-estar generalizado que se manifesta de forma isolada aqui e ali, hoje ou amanhã, mas que é uma coisa só: o mal-estar que a sociedade brasileira está vivendo e não consegue explicar. Isso aparece como violência, através do discurso que desculpa a violência original, estrutural, o sistema da perversidade que comanda a realidade atual deste país.

P.: Qual é a importância das universidades públicas em relação ao patrimônio cultural e ao monopólio técnico e científico de quem detém o conhecimento?

R.: A universidade pública tem que ser defendida, valentemente preservada, todavia mais pública do que é. Para ser pública, tem que ser preocupada com o público. Se um Instituto de Química deseja, desde o início de seu trabalho, vendê-lo a uma empresa, eu não diria que essa é uma tarefa pública. Se uma faculdade de Economia decide empregar a sua atividade contra dinheiro, para fazer acreditar uma certa solução econômica, isso não é ser pública.

Em resumo, a universidade pública necessita fazer a sua crítica interna. Não basta fazer a crítica do que está em torno dela. Mas, sem ela, é difícil um país realizar a pesquisa de qualidade, que interessa à maior parte da população.

A universidade privada dificilmente pode exercer esse papel. É possível que alguma realize essa tarefa ou tenha setores que a desenvolvem, mas, preocupada obrigatoriamente com o lucro, dificilmente pode colocar-se do lado do interesse público. Refiro-me a situações gerais. Evidentemente, há casos particulares.

O ensino pago discrimina desde o começo.

E num país em que o ensino já é feito em dois níveis – o ensino dos que têm recursos e dos que não têm, as faculdades dos que têm recursos e dos que não têm, as faculdades que produzem melhores cabeças e aquelas em que os alunos já entram sabendo que não vão sair melhores cabeças – o ensino público é central para a construção dessa nação a que me referi.

O Brasil é um país oral, mas prometo escrever sobre o assunto. Reuniões como esta, para mim, são uma fonte de inspiração e de força. Agradeço a gentileza dos olhares, o conforto da crítica e do apoio e a generosidade da presença.

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS^{*}

Maria Dilonê Pizzato^{**}

RESUMO

Este trabalho objetiva resgatar e compreender as vinculações das reformas educacionais brasileiras com as imposições feitas à educação pelo mercado de trabalho, face às exigências do capitalismo monopolista. Além disso, propõe-se analisar a geografia sob a ótica dessas reformas e seu papel na formação do cidadão. O objeto dessa análise são as políticas educacionais dos anos 30 até hoje vistas sob um recorte que privilegia a educação secundária.

Palavras-chave: Reformas educacionais; Geografia; Ensino médio; Cidadania.

As transformações vividas neste final de século certamente requerem um repensar da educação escolar. Esta pesquisa pretende detectar a ideologia que as reformas educacionais espelham, para determinar o papel que a Geografia teve nessas reformas e as tentativas de superar seu caráter de subserviência à Economia. O percurso desta discussão será realizado através de um recorte que privilegiará a educação secundária. A ideologia é entendida aqui como um produto da relação capital/educação que guia as políticas educacionais.

Para estabelecer as vinculações das reformas educacionais às exigências do mercado de trabalho, procurar-se-á fazer uma análise dos diversos planos de educação, localizan-

do-os no tempo e no espaço, de modo a recuperar suas limitações em adequar-se tanto às exigências econômicas quanto aos resultados sociais que deles advieram. Além disso, procurar-se-á detectar o ideal de cidadão aí proposto, para ver como a Geografia tem contribuído para a realização dessa tarefa. Historicamente, a Geografia teve um papel de formar o cidadão de perfil nacional. Hoje, com o avanço acelerado da globalização no campo da Economia, nem se fala mais em divisão internacional de trabalho. Portanto, o perfil do cidadão mais globalizado é que vai aparecer.

A metodologia adotada será a de uma pesquisa bibliográfica exploratória, procurando-se descobrir as vinculações entre a penetração da ideologia liberal, o capitalismo e a es-

^{*} Artigo elaborado para exame de qualificação do Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

^{**} Geógrafa, professora da Unesp – Maringá.

cola no Brasil. Além disso, serão buscados os instrumentos legais e oficiais que dirigem todas essas políticas e os conteúdos científicos que as apóiam doutrinariamente.

A nova LDB será discutida em sua articulação com o projeto neoliberal que resulta das políticas intervencionistas e normativas do Banco Mundial, mas especialmente nos temas referentes ao ensino médio que interessam neste trabalho. Finalizando, será analisado o papel da Geografia, sob uma ótica libertadora, no contexto das mudanças sociais e estruturais da educação. O tema será abordado a partir da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Médio no que tange à visão educacional, à concepção teórica do conhecimento e às implicações políticas ideológicas dessas diretrizes.

A PENETRAÇÃO DO IDEÁRIO LIBERAL NA EDUCAÇÃO OCORRE PARALELAMENTE À CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM CAPITALISTA NO BRASIL

O caráter dependente da industrialização brasileira e a consolidação da ordem econômico-social capitalista de produção mundial resultam da conjugação de fatores internos e externos, ligados à superação do modelo agro-exportador imposto pela primeira divisão internacional do trabalho (DIT), que transformara as economias periféricas em produtoras de gêneros alimentícios e consumidoras de manufaturados. Na nova DIT, interessava aos

pólos hegemônicos do capitalismo internacional transformar as economias periféricas em produtoras de bens de capital, sobretudo aqueles que requeressem vultosos investimentos em infra-estrutura, provocavam danos ao meio ambiente e, ainda, demandavam grande consumo de energia.

Portanto, o caminho da industrialização brasileira é resultado das necessidades expansionistas dos países centrais. O Brasil precisava estruturar-se organicamente por necessidade do próprio processo do capitalismo periférico. A implantação da industrialização é a fase característica de desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital. Representa o estágio final de consolidação das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, não constitui apenas um mero avanço técnico, mas acelera um conjunto de mudanças sociais, políticas e culturais. Acarreta um avanço nas próprias relações capitalistas, o que implica uma rearticulação global da economia de base não industrial, como a que existia no Brasil. As estruturas tradicionais de produção têm que se adequar às formas modernas de produção, ser transformadas qualitativamente, pois representam formas menos avançadas da dominação do capital que tendem a ser superadas numa situação de transição.

O processo de produção da consciência pedagógica nacional e a constituição de uma ideologia educacional no país são analisados por Maria Elizabete S. P. Xavier (1990). Ao levantar as bases históricas do capitalismo no Brasil, a autora aponta para a ideologia liberal,¹ matriz que penetra no Brasil ainda no bojo

¹ O liberalismo é um sistema de idéias construído a partir dos séculos XVII e XVIII, com base em cinco princípios: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. Tais princípios orientam também a doutrina liberal na educação. "A escola é vista como tendo a função de despertar e desenvolver os talentos e as vocações dos indivíduos na medida de suas características inatas, de modo que eles possam se posicionar na sociedade conforme suas aquisições e não conforme a herança de dinheiro ou de títulos". (Cunha, *apud* Rocha, 1996, p. 198)

da economia colonial, constituindo-se em ideologia nacional com o avanço do capitalismo. Foi o ideário liberal que refletiu e contribuiu para a constituição do capitalismo no Brasil, pois ambos são indissociáveis.

As condições e características particulares do desenvolvimento da industrialização no Brasil e a consolidação capitalista na passagem para a fase industrial, nas décadas de 30 a 60, contribuíram para assentar as bases da ideologia educacional e uma reorganização do sistema de ensino que definiu a sua própria estrutura.

O Brasil, como país retardatário, entra no processo capitalista quando este já era dominante em escala internacional, o que gerou contradições e conflitos de ordem social e econômica. Na forma como se institui na economia mundial, o capitalismo cria relações de dominação/subordinação, fazendo com que as economias nacionais ocupem diferentes posições no processo de reprodução ampliada do capital que vai, em última instância, determinar e assegurar a reprodução da divisão internacional do trabalho.

A indústria era incipiente no Brasil no começo do século. As manufaturas e fábricas surgiam pela necessidade de sofisticação do processo agroexportador, pois o Brasil queria sair da condição de país atrasado. Produzindo aqui, avançaríamos um patamar, saindo da condição de dependentes da venda de matéria-prima. Essa idéia está presente até os anos 50. O início do processo de industrialização no Brasil se dá, portanto, na fase do capitalismo monopolista, que impõe novas determinações econômicas para sua consolidação e avanço. A exportação de mercadorias, predominante na fase anterior, é substituída pela exportação de capital. O excedente de capital passa a ser exportado preferencialmente para

os países periféricos que poderiam garantir os lucros com sua dependência econômica e política. Há então uma rearticulação em nível mundial, pela qual os países hegemônicos reorganizam formas mais sofisticadas de dominação.

Nos anos 50, a posição anunciada pelo governo de Juscelino Kubitschek era a industrialização forçada, rápida, com o Estado empresário. Essa posição, porém, começa de fato anteriormente, nos governos de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954. O setor privado multinacional só haveria de chegar quando a infra-estrutura estivesse pronta. Ao optar-se pelo processo de substituição de importações, foi-se amarrando um processo de dependência. Havia pouco tempo para produzir o conhecimento técnico necessário. A única saída era incorporar o conhecimento deles e seus trabalhadores.

A falta de poupança interna determina a adoção de um novo padrão de acumulação que resultou numa enorme concentração da renda, isto é, a existência de uma indústria de bens duráveis numa economia atrasada, com limitado mercado de consumo, já indicava concentração de renda. É nessas condições que se viabilizou o sistema industrial brasileiro, adaptado ao desnível entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria. A concentração da renda determinou uma diversificação da produção ou a introdução de novos produtos, para atingir os de alta renda, em detrimento de um processo de difusão e ampliação do consumo. Isso favoreceu a posição dominante das multinacionais que permitiam essa diversificação e, com isso, o controle de postos-chaves da indústria brasileira.

Na ausência de uma produção e de um desenvolvimento científico e tecnológico endógenos, de mecanismos formais e informais de capacitação de mão-de-obra para as novas

atividades e de um mercado interno significativo ou suficiente para sustentar o crescimento industrial, o Brasil precisou importar tecnologias, capitais e mão-de-obra na sua fase inicial. Isso impediu a emergência de um processo autônomo de modernização. O rumo tomado pelo processo de modernização no Brasil acabou por impor à esfera cultural os mesmos limites verificados na evolução econômica e social do país.

Num segundo momento, esse processo, visto até aqui, é agravado pela associação entre a burguesia nacional e o capital internacional, que garantem os privilégios das camadas superiores como meio de preservar as bases internas da relação de dominação.

Embora aceita pelas classes dominantes como uma "associação para o desenvolvimento" necessária e vantajosa econômica, política e culturalmente, a dominação externa solapa as bases do poder e ameaça as possibilidades de decisão desses grupos. [...] As classes superiores passaram a preocupar-se menos com a eficácia e a racionalidade da ordem social (ou manter a "desigualdade racional"), e mais com a sua utilidade para garantir o predomínio dos seus interesses. (Fernandes, 1973, apud Xavier, 1990, p. 55)

O padrão de desenvolvimento instalado pelos governos militares a partir de março de 1964 resultou, de fato, numa submissão ao novo padrão de dominação imperialista. Por isso mesmo, atingiu um patamar de industrialização comparável aos países centrais, com alto grau de sofisticação e crescimento. A herança do "desenvolvimento subordinado", aqui, impede de distribuir e reter a riqueza que produz, prolongando indefinidamente a associação entre desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento.

AS ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS E O IDEAL ESCOLANOVISTA

As novas formas de produção implantadas nos limites da transformação da sociedade brasileira e a modernização econômica dependente implicaram também uma modernização cultural dependente, que ocorre nos limites impostos pela incorporação da economia nacional ao conjunto do capitalismo mundial. Como o processo de industrialização não resultou do desenvolvimento científico e tecnológico interno, a transmissão do saber não foi um elemento propulsor das mudanças nas relações de produção e os mesmos fatores que determinaram os rumos do desenvolvimento econômico-social do país condicionaram a renovação da cultura e da educação nacional.

A industrialização não alterou a ordem vigente. Restringiu-se drasticamente à ampliação social do avanço econômico, representado pela industrialização. As desigualdades regionais criadas favoreciam a obtenção de matérias-primas e mão-de-obra mais baratas, agravando a desigualdade social e o atraso cultural. O avanço acelerado das tecnologias importadas impedia a incorporação de mão-de-obra local. Essa acomodação das desigualdades criou contradições internas no processo de rearticulação do velho com o novo e nas lutas entre forças de continuidade/descontinuidade do processo histórico. Acabaram prevalecendo as forças conservadoras, criando-se um superprivilegiamento político e econômico. As contradições externas foram aquelas produzidas pela dependência em relação ao capital internacional. A forma como o país industrializou-se trouxe dependência em vários níveis:

No campo econômico, a acomodação às desigualdades, mantendo marginalizados grandes contingentes populacionais do consumo e da

própria produção de bens, criou crescimento econômico e miséria social. Isto gerou subemprego no terciário e o inchaço no serviço público. Além disso, gerou uma consciência burguesa internacionalista e clientelista. No campo político, expressou-se em regimes anti-democráticos, abertamente autoritários, em momentos de mobilização da classe trabalhadora, e formalmente democráticos em ocasiões de “paz social” ou naquelas em que a mobilização popular dava força de barganha, frente a crises econômicas e dissidências no poder. (Xavier, 1993, p. 15)

No âmbito cultural, a burguesia² conservou e perpetuou a tendência academicista e literária gestada pela sociedade agrária, patriarcal e escravista, passando a privilegiar uma cultura geral “sólida e erudita”, em detrimento do ensino da ciência e da tecnologia, com ênfase no ensino médio e superior.

A industrialização clamou pela demanda social da escola. Importa verificar se isso foi resultado das pressões das classes excluídas ou uma resposta à ideologia de modernização que se importava. É na década de 30 que começa no Brasil o enfrentamento do problema da educação pública e que surgem medidas relativas à educação de alcance nacional. Além das novas leis educacionais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,³ dirigido ao povo e ao governo, apontava para um sistema de educação nacional. A própria Constituição de 1934 incluía a exigência de elaboração de um Plano Nacional de Educação. Essa nova situação induziu profundas modificações no quadro das aspirações educacionais, no discurso e na própria ação do Estado, iniciada ainda no bojo da economia agroexportadora,

depois consubstanciada na Reforma Francisco Campos (1931-1932) e nas Leis Orgânicas de Ensino (1942-1946) e, por fim, avaliadas e corrigidas em torno dos projetos da nova LDB – Lei 4.024/61.

Na condição de país periférico, o Brasil absorveu, através de suas elites intelectuais, ideologias nascidas e difundidas no contexto avançado das sociedades hegemônicas, onde as consequências sociais das idéias liberais foram muito expressivas. Não se pode compreender a educação nacional sem considerar também a constituição do pensamento liberal enquanto ideologia nacional, que surge como expressão historicamente necessária ao modo de produção capitalista. Para esse pensamento liberal há um modelo econômico e um modelo universal de educação.

A corrente liberal se expressa na educação pelos ideais da Revolução Francesa, fundada nos princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Essa noção implicava a possibilidade de mobilidade social por “méritos individuais”. Como consequência lógica, o pensamento liberal burguês desembocou na defesa da escola pública, universal, laica e gratuita, como condição indispensável para a garantia da igualdade de direitos e oportunidades, justificando-se, em última instância, a desigualdade social “justa”, porque “natural”. A desigualdade passa a ser justa porque a escola, dada a todos, já resolveu isso.

Nesse contexto, além de os países centrais serem modelos para os periféricos, a educação é vista como produtora de mudanças so-

² Burguesia é aqui entendida como a camada social que, no avanço das relações capitalistas, tornou-se classe dominante no Brasil.

³ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento assinado e divulgado em 1932 pelos educadores de destaque na época, com o objetivo de traçar metas claras para a renovação educacional brasileira.

ciais e, principalmente, como forma de “equalização das oportunidades”. Segundo esse pensamento, a competição é a forma de ascender a qualquer posto. Postula-se que os indivíduos têm diferentes potencialidades e motivações e, por isso, não precisam repetir a profissão dos pais.

O paradigma capitalista da escola ou um modelo universal não se realiza no Brasil, porque as condições na periferia do sistema não são as mesmas dos países hegemônicos. À medida que a produção burguesa foi se instalando e deixando de solucionar os problemas de pobreza/riqueza, o liberalismo responsabiliza a escola, mais que qualquer outra política social, pelo fracasso ou não desenvolvimento da sociedade. Expandir as oportunidades educacionais ou reformar instituições é mais fácil do que promover uma distribuição de renda e de poder, verdadeira causa da miséria e do não desenvolvimento da sociedade.

O perfil liberal do sistema educacional brasileiro que se concretizou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, com o ideal escolanovista, transplantado, atendia às exigências do avanço do capitalismo brasileiro e, até mesmo no seu discurso democrático e na sua prática elitista, refletia as contradições particulares do seu desenvolvimento. As mudanças de rumo ou “desvios” do pensamento e da política educacional acompanham as mudanças concretas nas relações econômicas e políticas do país. Porém, os ideais liberais de uma escola redentora promotora do progresso individual e social articularam-se ao discurso político e revelaram a fragilidade da elite política progressista diante dos

índices de analfabetismo que demonstravam o atraso do país. Era mais fácil culpar a educação por esse atraso do que levantar as causas mais profundas.

No projeto de desenvolvimento industrial, uma política educacional nacional era ponto de honra para possíveis acordos com o capital internacional. As articulações nesse sentido sempre esbarraram na polêmica centralização e descentralização do sistema educacional, retomada a cada reforma desse sistema e que, devido a seu caráter político, acaba dominando a discussão, em detrimento do pedagógico. A centralização era associada a regimes autoritários e a descentralização aos democráticos. Na verdade, não foi a centralização do poder e das decisões que resultou no caráter elitista e discriminador do sistema educacional brasileiro, mas o rompimento entre o poder e os interesses da população. A tensão entre centralização/descentralização, desde as primeiras reformas educacionais, acabava por encobrir um problema maior: a falta de verbas públicas. Veremos que essa centralização das políticas educacionais se dá justamente a partir dos anos 30. Porém, a questão de garantir uma escola pública e gratuita, ideal dos pioneiros da educação nova, só se definirá em 1959, quando o Estado admite sua função complementar, não exclusiva de financiamento.

O substitutivo Lacerda,⁴ dez anos depois das Leis Orgânicas, com orientação expressamente privatista, admite finalmente a incapacidade do poder público de financiar a educação. O conflito descentralização/centralização é pretexto para o confronto entre “liberais e autoritários” no cenário político da tran-

⁴ Projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados por Carlos Lacerda em 15 de janeiro de 1959, que substituiu o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentado à Câmara dos Deputados por C. Mariani, em 1948.

sição democrática, dando lugar ao conflito “escola pública e escola privada”. Com esse substitutivo, põe-se às claras a questão do financiamento sem idealizações doutrinárias e discursos demagógicos. O substitutivo não contrariava nenhuma das constituições republicanas ou decretos, que enfatizavam mais a função fiscalizadora ou moralizadora do que a mantenedora. Contradizia, porém, os ideais do Manifesto dos Pioneiros de uma escola pública, laica e gratuita.

Em consequência, define-se o caráter supletivo das escolas oficiais e outorga-se a igualdade de condições às escolas oficiais e particulares, liberando o Estado para o exercício de sua função inalienável de estabelecer e garantir as diretrizes gerais através do controle rigoroso da qualidade do ensino.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS LIBERAIS E A GEOGRAFIA NESSE CONTEXTO

As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1930 expressam o conflito de idéias que representavam, na verdade, uma definição da identidade que deveria orientar a educação nacional. Os católicos partiam da necessidade de dar conteúdo espiritual consistente, pregando a reforma moral, enquanto os pioneiros pretendiam imprimir à educação nacional um sentido liberal e democrático. Para Jamil Cury (1988), ambas as posições seriam equivocadas: a primeira por representar um “utopismo passadista” e a segunda por representar um “futurismo ideal” – à margem das necessidades nacionais. Esses grupos defendem, em última análise, os inte-

resses da classe dominante. Foi um período renovador e fecundo pelos debates, apesar das radicalizações, já que o grupo tradicional acusava os educadores escolanovistas, em virtude de sua defesa da escola pública, de se aproximar do princípio de monopólio do ensino pelo Estado e, por isso, dos comunistas. Considerando que esse momento coincidia com o primeiro governo de Vargas, politicamente autoritário e economicamente progressista, a Constituição de 1934 acabou contemplando essas correntes contrárias:

A reivindicação católica quanto ao ensino religioso é atendida, assim como outras ligadas aos representantes das “idéias novas”, como as que fazem o Brasil ingressar numa política nacional de educação desde que atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional (cap.I, art. 5, XIV) e de fixar o plano nacional de educação (art.151). (Ribeiro, 1984, p. 107)

Como vimos, é nas décadas de 30 e 40 que se consolida no Brasil a preocupação com as políticas nacionais de educação. Essas décadas marcam também a consolidação de uma orientação moderna para a Geografia. Desde 1832, quando a Geografia passa a fazer parte da *Ratium Studiorum* dos jesuítas como disciplina autônoma, assume características da Geografia clássica, seja de tradição descritiva, seja de tradição matemática, fruto da compreensão de que há conexão entre os conhecimentos gerais sobre a terra e a astronomia, a cosmografia, a cartografia e a geometria. Era um modelo de Geografia tipicamente europeu. Para Genilton Rêgo da Rocha (1996), já naquele tempo eram estabelecidas uma “Geografia dos professores” e uma “Geografia dos estados maiores”.⁵ Ambas as vertentes foram

⁵ A Geografia dos professores, conforme Amaral Pereira (1993), é um saber que toma corpo ligado ao esforço de escolarização desenvolvido pela Alemanha durante o século XIX. Diferentemente da Geografia dos estados maiores

criadas pelos jesuítas, responsáveis pelos conhecimentos geográficos acerca da colônia portuguesa na América.

Souberam eles, melhor do que ninguém mais, naquele momento diferenciar o que deveria ser destinado apenas aos detentores do poder do Estado e o que poderia ser socializado enquanto saber escolar. Iniciava-se naquele momento no Brasil, sem dúvida alguma, a produção de nossa geografia dos(as) professores(as). (Rocha, 1996, p. 135)

O nítido feitio de formação geral que o currículo do curso secundário no Brasil tinha até os anos 30 definia, por sua vez, a finalidade da Geografia de fornecer informações genéricas, quase enciclopédicas, e muitas vezes apresentar mais a Geografia da França do que a brasileira. Esse fato nega a argumentação de que a Geografia teria nessa época o papel de difundir a ideologia do nacionalismo patriótico.

O Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, teve grande importância, desde a sua criação, como colégio modelo de onde se originavam as estruturas e os programas curriculares para todo o Brasil. Conforme a centralização ou descentralização que caracterizava a legislação vigente, o Colégio D. Pedro II reassumia sua posição de escola modelo, uniformizando o currículo para todos os estabelecimentos oficiais de ensino secundário do país e, conseqüentemente, seu regimento interno, seus conteúdos programáticos tornavam-se obrigatórios nacionalmente. O entusiasmo pela escolarização surgido nos anos 20 em razão do aumento da demanda social, quando o sistema vê-se pressionado a expandir-se, aliado a trans-

formações socioeconômicas no novo modelo urbano industrial que estava sendo implantado no país, desencadeou discussões acerca da necessidade de se repensar o papel, o currículo e as metodologias da escola.

Para a Geografia escolar brasileira, o período também é significativo em termos de renovação, pois começa a firmar-se uma orientação moderna no seu ensino, introduzindo profundas transformações em termos de finalidades e metodologia. O embate dá-se entre professores de tendência conservadora, que defendiam uma concepção clássica, ensinada de forma descritiva e mnemônica, e professores que defendiam a renovação do ensino em termos de metodologias e conteúdos.

É significativa a contribuição de Delgado de Carvalho para a renovação da Geografia escolar brasileira. Professor concursado do Colégio D. Pedro II, teve uma posição destacada na difusão de novas idéias. Em seu livro **Methodologia do ensino geographico** (Introdução aos estudos de Geographia Moderna), ele faz críticas à Geografia meramente mnemotécnica, execrando a base de seu ensino na nomenclatura, assim como a função de guardadores de livros dos professores da época, a quem competia

saber se a memória do alumno foi fiel, e, para poder seguir – exigirá apenas que a recitação seja feita de preferência na ordem em que foi commettida a materia no “completo” compendio. (Carvalho apud Rocha, 1996, p. 236)

Defendendo um ensino que partisse da Geografia física elementar, além de um mai-

militares ou daquela ligada aos interesses financeiros, por razões patrióticas, tem que ocultar a divisão social do trabalho inerente ao próprio capitalismo a ser consolidado. Esse saber não possui uma função estratégica e, por isso, converte-se num discurso sem conotações políticas expressas. Hoje se manifesta através de teses, monografias, aulas, livros didáticos, juntamente com a Geografia turística dos meios de comunicação.

or destaque para a Geografia humana, esse geógrafo foi também responsável por uma orientação metodológica que introduzia o método comparativo, diferenciando do ensino da Geografia tradicional, que enfatizava “o universo e seus habitantes”, enquanto que esta era o estudo do “universo em relação aos seus habitantes”.

A Reforma Francisco Campos

A chamada Reforma Francisco Campos era um conjunto de decretos que dispunha sobre o ensino médio, secundário e profissional. Embora apresentasse um caráter inovador, na medida em que implantou a versão nacional do escolanovismo, era conservadora, pois consolidou o dualismo⁶ e reforçou o elitismo. Centrava-se no ensino secundário, “ponto nevrálgico” no sistema educacional, e no ensino superior, centro de formação das elites redentoras da nação.

Quando se organiza o ensino comercial e industrial – Lei Francisco Campos de 1931 e 32 – não se assumem as necessidades técnicas voltadas para a sociedade industrializada que se pretende organizar numa época em que os traços marcantes da Segunda Revolução Industrial, o taylorismo e o fordismo, implantam-se como técnicas de gerenciamento voltadas para o aumento da produtividade dos trabalhadores.

Para Maria Luisa S. Ribeiro, a preocupação da reforma Francisco Campos em organizar o ensino profissional vinha ao encontro das exigências do capital, isto é, havia essa demanda na prática social:

Para que ocorresse no âmbito escolar uma valorização da técnica, da atividade manual em si, em contraposição ao academismo até então dominante, teria que ter ocorrido tal tendência no âmbito do trabalho e das relações humanas determinadas por ele e que caracterizam o contexto social brasileiro. (Ribeiro, 1984, p. 115)

Foi organizado o ensino secundário de 2º ciclo, que ainda não existia. Surge nessa época como secundário de 1º ciclo obrigatório para o ensino superior e, na verdade, visa a assegurar a formação propedêutica para as classes hegemônicas continuarem no comando. O ensino secundário de sete anos, é portanto, propedêutico e obrigatório para o ingresso no ensino superior. O curso foi dividido em duas partes: a primeira, de cinco anos, comum e fundamental para todos, era o curso de formação do homem que, através de hábitos, atitudes e comportamento, se habilite a viver integralmente e a ser capaz de decisões convenientes e seguras em qualquer situação; e a segunda, de dois anos, constituía a necessária adaptação dos candidatos ao ensino superior. Por isso, dividia-se em três seções com matérias (novas disciplinas) agrupadas de acordo com a orientação profissional do aluno e realizadas nas próprias escolas de nível superior. Os cursos terminais ou profissionais eram o Técnico Comercial de 1º e 2º ciclos, e o normal, o primeiro voltado nitidamente para as demandas de um processo produtivo em que a indústria de transformação era incipiente. Nenhum deles, porém, dava acesso ao curso superior.

De caráter eminentemente educativo, o pa-

⁶ A dualidade expressa no ensino médio é aquela que, segundo Kuenzer (1997), já existia desde 1909 com a instalação da escola de artes e ofícios para os “órfãos e desvalidos da sorte”. Essa dualidade é reforçada daí em diante no sistema escolar, quando define a trajetória educacional de quem vai desempenhar funções intelectuais ou instrumentais.

pel do ensino secundário aponta para a necessidade de formação moral, para os novos métodos e a renovação da qualidade dos conhecimentos. Nesse sentido, afirma o Ministro Francisco Campos na Exposição de Motivos:

... a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras. (Brasil, Decreto n. 19.890, 1931, apud Rocha, 1996, p. 262)

O ministro salienta ainda que a educação deveria concentrar seus interesses no processo de aquisição de conhecimento e não apenas na quantidade de noções e conceitos transmitidos pelos professores.

Para essa renovação proposta pelo ministro, fazia-se necessário reformar os métodos e processos de ensino, os programas e o tempo destinado à execução dos novos programas. Em consonância com essas idéias, a reforma procurou também orientar o ensino de Geografia, conciliando dois elementos fundamentais da época: a Geografia moderna e a educação. Incorporou as idéias de Pestalozzi e de outros pedagogos defensores dos métodos ativos, que prescreviam o ensino realizado em contato com a natureza e a realidade objetiva. Esse ensino apuraria a capacidade de observação e tornaria mais sólido o conhecimento. A excursão passa a ser vista como um dos principais recursos didáticos.

A reforma também ampliou a participação da Geografia no currículo. A disciplina passou a constar das cinco séries do curso fundamental. Porém, a despeito da legislação, permaneceu nas salas de aula a prática pedagógica há muito consolidada.

A experiência da implantação, pelos resultados que traria, mostrou que tanto a falta de sincronização, como a inexistência, principalmente, de um professorado dotado de plena consciência dos objetivos do ensino secundário e do papel da Geografia nesse processo, transformaram as intenções pretendidas e reduziram o ensino da Geografia ao ministrar aulas de conteúdo nem sempre renovado. Aulas discursivas ou expositivas executadas pelos alunos em cadernos especiais, em cujas folhas espessas estava intercalada uma folha de "papel de seda" ou similar que servia para "copiar" o contorno de mapas existentes nos atlas e um caderno de exercícios em que os alunos respondiam perguntas formuladas pelos professores ou então retiradas dos questionários de fim de capítulos dos livros didáticos, constituíram e constituem o grosso da rotina escolar no ensino da Geografia". (Isller, apud Rocha, 1996, p. 267)

É nessa década que o Estado passa a valorizar sobremaneira a ciência geográfica e a disciplina Geografia. Essa valorização se dá em vista das finalidades atribuídas ao seu ensino, que exacerba o seu caráter de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. Foram criados os primeiros cursos de formação de geógrafos na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG).

Além disso, o Estado ditatorial de Vargas garante a realização de "reformas radicais" nos diferentes setores sociais, incluindo o educacional. As novas políticas a serem implementadas deveriam basear-se na doutrina que orientava o novo governo, a "doutrina do Estado", marcada pela centralização e uniformização. Em 1942, entraram em vigor as Leis Orgânicas do Ensino, por iniciativa do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, as quais demonstraram a concepção de "educar para a pátria", distanciando-se dos princípios escolanovistas de "educar para a sociedade".

A Reforma Capanema

A Reforma Capanema foi um conjunto de Leis Orgânicas de Ensino elaboradas pelo Ministro Gustavo Capanema e implantadas através de Decretos-leis baixados entre 1942 e 1946. Sua organização é muito mais acabada e reflete os avanços de um governo progressista, no plano econômico, e autoritário, no plano político. Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai (1942), e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac (1946), já se explicita o caráter complementar do Estado para a educação. Não se gastariam energia e investimentos para a formação industrial se esses órgãos o fizessem. Uma década depois da Reforma Francisco Campos, com a intenção de dar continuidade ao “projeto educacional renovador” e oficial, cujo objetivo era a renovação e elevação do ensino secundário iniciadas por Francisco Campos, vem a Lei Orgânica do Ensino Secundário, ponto central da Reforma Capanema. Sem negar as diretrizes expressas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e na reforma anterior, essa lei introduz um nacionalismo estratégico e uma roupagem nova nas finalidades do ensino secundário:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. (Brasil, Decreto-lei n. 4.024 de 9/4/1942, Exposição de Motivos. apud Xavier, 1990, p. 106)

Em resposta às reivindicações e às pressões políticas, organiza-se o ensino técnico profissional nas três áreas da economia. O ensino médio, na reforma Capanema, contem-

pla a formação de 1º e 2º ciclos, o ginásio de quatro anos e o colegial de três anos, divididos horizontalmente nos ramos secundário, normal e técnico, este último dividido em industrial, comercial e agrícola, que davam acesso a cursos correlatos no ensino superior. As mudanças impostas à estrutura do curso secundário não alteraram significativamente as disposições legais anteriores: o ciclo complementar teve sua duração estendida para três anos e o ciclo fundamental foi reduzido a quatro anos, o que, segundo o ministro, poria

a educação secundária, em sua primeira fase, ao alcance de um número maior de brasileiros e possibilitaria uma conveniente articulação com o segundo ciclo de todos os ramos especiais de segundo grau, isto é, com o normal servindo de base a essas categorias de ensinos, o que concorrerá para maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá como finalidade preparatória apenas conduzir ao ensino superior. (Brasil, Decreto-lei n. 4.024 de 9/4/1942, Exposição de Motivos. apud Xavier, 1990, p. 109)

No espírito da correção de tendências elitizantes, a História e a Geografia do Brasil tornam-se disciplinas autônomas, para garantir um estudo mais profundo e eficiente da realidade do país. Porém, a política educacional do Estado Novo acaba instituindo um sistema educacional dual, sendo um dos segmentos destinado aos jovens da classe trabalhadora e outro aos jovens que assumiriam o comando, reproduzindo uma situação preexistente. As pressões para a quebra dessa dualidade chegam a nossos dias. O resultado dessas políticas foi o de terem substituído qualquer possibilidade de democratização por um zelo pela qualidade, que acirrou o rigor acadêmico e os mecanismos seletivos em geral.

Voltando ao papel que caberia à Geografia nessas políticas, vemos que a legislação, ao

oficializar seu objetivo de garantir o estudo mais profundo da realidade brasileira, pretendendo, de fato, atribuir-lhe o papel de difusão do nacionalismo patriótico. Importantes figuras da educação da época salientam seu cunho patriótico, como Delgado de Carvalho, nesta manifestação sobre a importância da Geografia para a educação cívica:

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade. [Esse estudo] leva a estabelecer bases científicas de uma educação cívica esclarecida e robusta, e não apenas ingênua, superficial, "ufanista" e cega. (Rocha, 1996, p. 282)

Para Genylton R. Rocha (1996), se na Geografia Moderna perpassava o padrão oficial de Geografia escolar, mantinha-se entre os professores a velha orientação clássica como modelo, uma espécie de hibridismo. O que surgiu entre essas duas orientações foi a "Geografia dos professores" que, a partir daí, passa a estar presente em nossas escolas e que só seria objeto de profundos questionamentos nos anos 70, quando no Brasil adquire força o movimento de renovação na ciência geográfica e no ensino da Geografia.

A Reforma Capanema, iniciada em 1942, vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024, de dezembro de 1961. Essa última fase foi marcada pelas controvérsias entre escolas públicas e particulares, católicos e liberais, além da questão do financiamento. Porém, o que caracteriza os acontecimentos dessa fase é a tentativa de superação, no plano da organização educacional, do mecanismo de transplante cultural. É quando tomam vulto os "Movimentos de Educação Popular". Restringindo-se mais ao Nordeste, os resultados desse trabalho ganham força e são editados por Pau-

lo Freire no livro **Educação como prática de liberdade**, que é discutido nacionalmente, apesar da paralisação do Plano Nacional de Alfabetização pela mudança de orientação política de 31 de março de 1964. Outra tentativa educacional de adequar de forma mais efetiva os interesses da população foi a "Reforma da Universidade de Brasília". Segundo Maria Luiza S. Ribeiro (1984), essa última iniciativa se preocupava em responder a questões como: que tipo de profissional se quer formar? Formar um profissional para atender a que interesses? A referida reforma era dotada de uma visão eminentemente brasileira dos problemas educacionais e de uma certa unidade de propósito com os "movimentos de educação popular".

As reformas educacionais no regime militar

Nos anos 60, diante da reação conservadora de 64, a legislação educacional passa por um processo de tecnização e expansão controlada, destruindo as resistências nacionalistas e populares que, contraditoriamente, negam e reforçam o ideário liberal. Essa ruptura política foi considerada necessária

para garantir a continuidade da ordem socioeconômica vigente ameaçada pelo grupo que não exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. (Saviani, 1997, p. 21)

Garantida a ordem socioeconômica, estava conseqüentemente garantida a continuidade das diretrizes gerais da educação em vigor. Bastava ajustá-la ao novo quadro político.

Todavia, é possível constatar uma diferença de orientação, a primeira de inspiração liberalista e a segunda claramente tecnicista.

A diferença entre as duas orientações se caracteriza pelo fato de que, enquanto o liberalismo põe ênfase na qualidade em lugar da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnicas); na autonomia em oposição à adaptação; nas aspirações individuais antes que nas necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso. (Saviani, 1997, p. 32)

O ajuste realizado atingiu basicamente a estrutura do ensino até então em vigor e não modificou os cinco primeiros títulos da Lei 4.024 que tratam dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade de ensino, da administração e dos sistemas de ensino. Esses consubstanciam as diretrizes, ou seja, orientam a organização escolar brasileira. Nessa reforma do ensino do regime militar, destacaram-se a Lei 5.540/68, que instituiu princípios para a organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, resultado dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU, e a Lei 5.692/71, que reformulou o ensino primário e médio. Em lugar de um curso primário de quatro anos, seguido do ensino médio subdividido verticalmente em curso ginásial de quatro anos e colegial de três anos, passamos a ter um ensino de 1º grau de oito anos. O 2º grau de três anos é unificado e de caráter profissionalizante, com a possibilidade de um leque de habilitações profissionais, eliminando-se a distinção entre escola secundária e escola técnica e propondo-se a eliminar a dualidade entre ensino geral e profissional.

Importa destacar, mesmo não sendo o foco deste trabalho, mas dada a relação existente com as reformas dos anos 90, que essas reformas surgem por exigência da demanda social crescente e da incapacidade do antigo regime de responder a essas pressões, pois a inelasti-

cidade da oferta era acompanhada de uma estrutura escolar que nem de longe respondia à demanda de recursos humanos criada pela expansão econômica. A expansão da rede deu-se em limites estreitos, pois o governo estava mais preocupado em capitalizar, em investir nessa nova fase de desenvolvimento. A política adotada, portanto, foi a da contenção da expansão em limites compatíveis com o modelo econômico. A crise que se instalou justificou a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e a “Agency for International Development – AID”, que incluíam assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais, e serviram de fundamento para a definição da política educacional da época.

Os convênios, conhecidos comumente pelo nome de “Acordos MEC/USAID”, tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura. Lançaram, portanto, as principais bases das reformas que se seguiram. (Romanelli, 1984, p. 197)

O objetivo geral da educação de 1º e 2º graus fixado por essa lei e expresso no Art. 1º era “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. A auto-realização não ocorre, porém, independentemente da sociedade em que o indivíduo está inserido e das condições de vida que desenvolve. É o trabalho que possibilita ao homem a interação com o meio, à medida que ele enfrenta os desafios agindo e reagindo ao meio, tornando-se mais humano. É nessas relações que o indivíduo estabelece com a natureza e com os outros homens que se processa a vi-

vência da cidadania. Importa saber se os meios para atingir esses objetivos serão viabilizados e se a escola conseguirá prover os conteúdos e métodos que possibilitem, além da cultura geral básica, uma real educação para o trabalho. E, de outro lado, o exercício de uma cidadania consciente contradiz o contexto político autoritário e inibidor.

Outro aspecto a se destacar é o da organização e do tratamento metodológico do currículo, especialmente a criação de um núcleo comum ordenado em atividades, áreas de estudo e disciplinas, as primeiras dominantes no início da escolarização e as últimas no ensino de 2º grau. Essa organização alterou significativamente o ensino da Geografia.

Se a escola e a Geografia implementadas no Brasil nos anos 30 e 40 foram instituições voltadas para enaltecer o nacionalismo, ajudando a consolidar o Estado-nação que se estruturava, e para implantar valores adequados à sociedade mercantil produtora de mercadorias da primeira Revolução Industrial (Lacoste, 1981; Pereira, 1989; Vesentini, 1996), a escola necessária às exigências da segunda Revolução Industrial tinha uma característica pragmática, exigindo funcionários mais especializados que pudessem aumentar a produtividade do trabalho. O ensino da Geografia, assim como das demais ciências humanas, atravessou de forma instável essa fase. Com o avanço do fordismo e, em especial, da internacionalização da economia, as ciências humanas são consideradas dispensáveis frente a outras prioridades – a produção industrial, comercial e agrícola, e militares. Foram privilegiadas a matemática e as disciplinas técnicas, ditas profissionalizantes, em detrimento das humanas.

O golpe de Estado de 1964 sufoca a voz dos movimentos de educação popular e do povo brasileiro e reorienta os objetivos da acu-

mulação acelerada, da modernização tecnológica e de baixos níveis de investimento social. O então ministério da Educação e Cultura, em consonância com os objetivos do governo militar, promove uma macrocirurgia, implantando mudanças no quadro curricular e desvalorizando sensivelmente as ciências humanas. Várias modificações foram introduzidas, afetando o ensino da Geografia. Se na legislação anterior a disciplina havia tido uma revalorização, de acordo com o Parecer n. 853/71 e a Resolução n. 8/71, passou a categoria de conteúdo na matéria de Estudos Sociais do núcleo comum do currículo de ensino de 1º grau, ensinada concomitantemente com a História. No 2º grau, a Geografia teve caráter de obrigatoriedade, porém opcional, dependendo da natureza da habilitação. Os Estudos Sociais vigoraram até 1986, realizando seu papel de preparar ideologicamente os jovens, mas seus conteúdos serviam mais para dissimular a realidade do sistema repressivo, dificultando a formação de uma consciência crítica.

Os anos 80 representaram a esperança de redemocratização política e a reinvenção de uma escola democrática que não se realizou, apesar de os militares terem saído de cena, pois os presidentes civis que os sucederam continuaram a estreitar alianças com os países hegemônicos, o FMI e o BM.

Hoje, mais do que nunca atrelados aos desígnios dos órgãos representativos dos países centrais – o Banco Mundial – a América Latina e em especial o Brasil realizam suas reformas educacionais, cujas propostas para o ensino fundamental e médio não são isoladas nem desvinculadas de um projeto global. Expressam o caminho trilhado para pôr em prática as medidas neoliberais decididas em escala mundial para aplicar aos países emergentes como o Brasil. Essas medidas, como sa-

bemos, estão afetando profundamente o trabalho pedagógico nas escolas.

A LEI N. 9.394/96 E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A mundialização da economia e os novos padrões de organização do trabalho determinaram profundas mudanças nas demandas da sociedade aos sistemas de ensino. Essas mudanças decorrem, por sua vez, do esgotamento do modelo econômico vigente trocado por outro que prioriza o investimento em conhecimento, criatividade, capacidade de solucionar problemas e adaptação ao processo produtivo.

A alteração no modo de organização do trabalho e nas relações sociais impõe que uma das tarefas centrais da escola seja a de adaptar-se a um tempo cujo princípio é a mudança. Essa nova função social exigirá mudanças estruturais que decorrem da chamada “Revolução do Conhecimento”, em cujo contexto a escola precisa pensar um novo paradigma que contemple as novas funções a que é chamada.

Se na década de 60 e 70, com as exigências de uma economia que se industrializava rapidamente, a política educacional vigente priorizou uma profissionalização compulsória para o ensino de nível médio que desse conta de preparar especialistas e técnicos capazes de dominar a maquinaria, nos anos 90 o desafio é outro. Se antes o papel da educação era “conformar” o futuro profissional ao mundo do trabalho, a centralidade do conhecimento nos processos de produção e a organização da vida social aproximam hoje as competências desejáveis ao cidadão ou o pleno desenvolvimento humano daquelas necessárias à inserção no processo produtivo.

A nova LDB, Lei 9.394/96, comporta grandes inovações em relação às anteriores no que tange à prática administrativa e curricular das escolas públicas brasileiras. Essas inovações se efetivam, em primeiro lugar, estendendo a educação básica, que agora compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, como direito de todos e dever do Estado e da família. Seu caráter incluyente se expressa nas formas democráticas de gestão e práticas escolares, bem como num currículo centrado na aprendizagem e não no ensino.

Na lei, o eixo fundamental que orienta a educação nacional e, por conseguinte, as diretrizes curriculares, é a vinculação da educação ao mundo do trabalho e à prática social (art. 1). Esse eixo aparece como “exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” escrito de formas diferentes. O parecer 16/98 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que resultou na Resolução 03/98, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, define como paradigma curricular a organização de princípios éticos, políticos e estéticos que articulam as áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã. A LDB propõe, em seu art. 36, uma formação que alie o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna ao conhecimento das formas contemporâneas de linguagem e da organização social da identidade, cujos princípios se baseiam numa nova forma de perceber, sentir e valorar, enfim, a vivência de uma cidadania nova.

Para compreensão desses objetivos, conceitos e definições existentes na legislação educacional, é fundamental desvendar as transformações no mundo do trabalho, perceber a ruptura com o passado, os novos processos de produção, o desemprego decorrente e como tudo

isso influenciou nas novas diretrizes educacionais. Ao analisar as diferentes disciplinas e sua função histórica curricular na formação da consciência cívica, vemos que essas finalidades educacionais são inerentes e já nasceram com a escola, que é o exercício da cidadania. Essa consciência cívica, porém, não instrumentaliza o indivíduo para enfrentar o mundo do trabalho nem o torna capaz de compreendê-lo em suas contradições. Tem, antes, a função de aceitação do mundo como ele se manifesta. Na disciplina de Geografia, por exemplo, o aluno ainda é incentivado a analisar as relações do homem com a natureza, quando a questão maior está nas relações entre os homens; pouco a pouco, o aluno é levado a perceber que os homens transformam a natureza, organizam o espaço, produzem de-sequilíbrios, corrigem os de-sequilíbrios. Contudo, dificilmente os alunos são levados a perceber que essas ações são determinadas por relações sociais de produção desenvolvidas historicamente e que também podem ser transformadas, sendo que, atualmente, atingem um alto grau de dissolução. Os alunos não são levados a perceber que a relação de troca entre capital e trabalho, que foi o elo entre os homens nos séculos passados, está deixando de existir à medida que o homem é substituído pela máquina nos diferentes setores da atividade humana.

Portanto, o pano de fundo dessa proposta deveria ser o não trabalho, visto que não é mais lógico explicar o mundo pelo trabalho como categoria de análise e nos debruçarmos sobre a dissolução das relações sociais, discutir a não centralidade do trabalho numa fase em que as mudanças econômicas e sociais da terceira Revolução Industrial geram a exclusão, o desemprego e a miséria. Importa investigar que significado trazem os documentos quando propõem utilizar o mundo do trabalho para

ressignificar ou contextualizar os conteúdos das disciplinas visando a formar o cidadão com base na estética da sensibilidade, na ética da identidade e na política da igualdade. Teriam a finalidade de fortalecer os laços sociais, ensinar virtudes próprias do cidadão que a competição na luta pela vida não ensina, como tolerância, altruísmo, solidariedade, cooperação? Não é combater de forma extrema a individualismo, que a desregulamentação do mercado estimula?

Deve-se perceber as diretrizes educacionais como instrumentos do Estado e, indiretamente, do capital, disseminando a ideologia da orientação política hegemônica neoliberal, a qual permitirá livre curso ao capital. Se, por um lado, a boa convivência entre os homens é condição para a estabilização social e política, por outro, a estabilização social e política é condição para a entrada do grande capital, daquele culturalmente sem pátria que entra, explora, que não faz pacto de lealdade nem com funcionários nem com a assim chamada "remissão empresarial". Qualquer ameaça de desestabilização social e política faz com que esse dinheiro voe de um canto a outro do planeta, provocando a bancarrota de um país inteiro. É essa prática que a escola vai sustentar?

COMO AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO AFETARAM A ORGANIZAÇÃO DA GEOGRAFIA E SEU ENSINO

A sensação que nos invade é de que não vivemos naquele velho e injusto, porém seguro mundo moderno. Este mundo novo não se tornou mais justo, mas se tornou menos seguro...
(Veiga Neto, 1998, p. 56)

Mudam as relações de trabalho, mudam as formas de organização da vida. Hoje, um

processo acelerado de mudanças faz com que a sociedade viva a instabilidade, a indefinição e a dúvida. A educação reflete essas condições. Entendendo a história como processo, veremos que, em decorrência da luta pela sobrevivência, os homens são obrigados a criar novas formas de trabalho, tendo que modificar seus hábitos, costumes, comportamentos e idéias, adequando-se a novas condições de vida que eles próprios criam. Isso não se processa instantaneamente, mas de modo lento, doloroso, conflituoso. Assim, o novo que se introduz não representa um aperfeiçoamento do velho, mas constrói-se como uma espécie de negação, pela destruição dos velhos comportamentos e papéis sociais. Estes, por sua vez, vão perdendo a razão de existir, porque não correspondem mais às novas exigências da sociedade. O novo representa a dúvida, a insegurança, porque o velho deu certo e o novo ninguém sabe no que vai dar.

Assim é possível entender as mudanças na base técnica do trabalho e, especialmente, as surgidas nesta terceira revolução industrial ou técnico-científica de que estamos participando. Ocorreu o esfacelamento das relações de trabalho existentes no fordismo/taylorismo, que definiam uma educação nesses paradigmas de cunho tanto pedagógico como administrativo. A alteração na base técnica do trabalho determinou a mudança nas relações sociais, nas formas de pensar, apresentando contradições criadas pelas formas de vida opostas.

A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) "totalizantes" são o marco do pensamento pós-moderno. [...] acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos

fractais), o ressurgimento da preocupação, na ética, na política e na antropologia, com a validade e a dignidade do outro – tudo isto indica uma ampla e profunda mudança na "estrutura do sentimento". (Harvey, 1992, p. 19)

Continuando com Harvey, percebe-se que não há esforço de sustentar a continuidade de valores, crenças ou mesmo descrenças. Negam-se todas as "metanarrativas", isto é, as tentativas de interpretação teórica de larga escala, universais, tão próprias do pensamento modernista. Isso representa a queda das explicações totalizantes e a ascensão do pluralismo. Nessa perspectiva, a vida apresenta-se como um processo de luta entre propostas que se contrariam e que alimentam o fenômeno das mudanças. As novas formas sociais convivem junto com as antigas. Não existem de forma isolada, convivem num mesmo espaço, provocando tensões e conflitos.

No final do século XX vive-se uma época de transição marcada por rupturas, em que as necessidades da humanidade exigem uma releitura, uma outra atitude diante do mundo, que hoje apresenta características totalmente diversas daquelas de há 20, 30 anos. O provisório substitui o permanente, a fragmentação a totalidade, tudo é heterogêneo, fluido. As necessidades da sociedade pós-moderna levam a novas exigências no mundo da educação, que causam perplexidade e crise. Podem ser, contraditoriamente, força propulsora para a busca de novas formas e possibilidades. É o que está ocorrendo com o ensino de todas as disciplinas e, em particular, o ensino da Geografia.

Assim como se instalam relações sociais diversas reforçadas pelo neoliberalismo no plano político e econômico, instala-se a exclusão. Na "acumulação flexível"⁷ a riqueza

⁷ Modelo de acumulação que se compõe de um núcleo dinâmico constituído pela empresa flexível e integrada,

se concentra cada vez mais em poucos grupos fortes, gerando grande desemprego e miséria. Ficará a Geografia novamente a serviço da inculcação de valores que afirmam a dominação ou assumirá seu papel político libertador, como ciência do homem?

Os custos sociais e ambientais resultantes do crescimento desordenado do capitalismo leva os geógrafos à busca da compreensão das causas reais desses problemas de que os estudos abstratos e técnicos não davam conta. Portanto, o fundamento positivista da Geografia tradicional é negado, surgindo um movimento de renovação que não possui unidade, porém pode ser classificado em dois grandes conjuntos: um chamado de Geografia Pragmática, outro de Geografia Crítica, assim agrupados pela polaridade ideológica que caracterizou tais movimentos. Enfim, da ciência meramente descritiva à Geografia Crítica, um longo e turbulento caminho se fez. Não pretendemos entrar nesse mérito, tão amplamente discutido, mas ver como a Geografia nesta virada de milênio pode fazer a opção por um paradigma hermenêutico cujo conteúdo contribua para o crescimento do espírito humano e para a construção de uma cidadania nova, tornando-se algo conseqüente na formação do jovem.

Se o pós-moderno é a ruptura com as metanarrativas (Harvey, 1992; Moreira, 1997), rompe-se com a forma de ler e explicar o mundo referenciada no conceito de totalidade e as leis gerais perdem sentido. “Finda assim toda uma forma de representação do mundo referenciada em princípios e fundações. Não há mais fundamentos, raízes fincadas, lógicas

totalizantes. Some o padrão, fica o múltiplo” (Moreira, 1997, p. 49). Nessa perspectiva, importa fazer uma reflexão sobre as propostas curriculares tradicionais e aquelas exigidas pela revolução técnico-científica, que começa a reclamar uma formação de 3º grau, em que importa o “aprender a aprender”, saber pensar por conta própria, ter criatividade, raciocínio lógico e senso crítico. Nessa formação, as ciências humanas sofrem uma revalorização e a Geografia, em especial, por causa da globalização dos mercados e da crescente interdependência entre os povos e economias, que envolvem a participação ativa de multidões do mundo inteiro – o envolvimento com as redes de informações, os fluxos de capital, as migrações etc. reclama uma compreensão do mundo que a Geografia favorece. Segundo William Vesentini (1996), essa não é a escola tradicional baseada no modelo “a Terra e o Homem”, em que se memorizavam conteúdos sobrepostos, nem a escola que doutrina os alunos na perspectiva de uma sociedade futura – o socialismo, que substituiria o capitalismo, nem a que dá receitas ou conceitos prontos, substituindo um conteúdo tradicional por um pronto e pretensamente revolucionário.

Constata-se, entretanto, que pensar o ensino da Geografia remete ao ensino como resultado de um processo de mediação da escola definido por um projeto pedagógico e pelo currículo. Hoje, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio negam o currículo numa perspectiva racionalista que subordina os elementos social, cultural e econômico a uma epistemologia que seria estável, univer-

caracterizada por um setor produtivo (serviços e manufaturas) e um setor financeiro ligado ao mercado mundial de ações. Na esfera produtiva, adotam o enxugamento das atividades produtivas, articulando-se com o conjunto de empresas parceiras, terceirizadas ou fornecedoras. (Cordioli, 1997, p. 78)

sal, o “saber acumulado da humanidade”, em favor de percebê-lo como um elo entre a escola e a cultura. Desse deslocamento conceitual resultou a preocupação também com “o que ensinar”, que era, de certa forma, ponto pacífico para os professores. Veiga Neto (1998) aprofunda essa discussão apontando as possibilidades de se promover uma distribuição mais equitativa do conhecimento, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, de modo a superar as desigualdades sociais. Continuando com o autor, se a lógica da desigualdade, da exclusão, da concorrência e da discriminação está no centro do neoliberalismo e este está tornando-se hegemônico em escala mundial, isso tem um efeito sobre o currículo. Como evitar que o conhecimento seja desigualmente distribuído? Além disso, a própria escolarização deixa de ser entendida como elemento socializador e como direito social e passa a ser entendida como uma mercadoria a ser adquirida? (Gentili & Silva, 1999)

As diretrizes e parâmetros estão dados, cabe transformar o currículo formal em real. É no interior das escolas e na dinâmica institucional que novas diretrizes e programas são incorporados. Embora propostos pelo Ministério da Educação, são também produzidos no seio de cada instituição num processo ativo, em que as políticas educacionais são reinterpretadas em função dos pressupostos de quem as põe em prática, incorporando também as histórias e tradições dos sujeitos regionais, o que faz com que cada escola seja única. Essa autonomia para se pensar em termos locais e regionais efetivada no projeto pedagógico da escola pode constituir um instrumento político de contraposição à massificação dos currículos nacionais impostos e de resistência local para sobreviver ao turbilhão da exclusão mundial.

A PROPOSTA CURRICULAR DE GEOGRAFIA NOS PCNs

Ao analisar a DCN e PCN do ensino médio no que tange à visão educacional, à concepção teórica do conhecimento e às implicações políticas ideológicas dessas diretrizes, vê-se que a Geografia dos PCNs não é positivista, nem marxista. Os autores da proposta optam por uma concepção fenomenológica que leva em conta uma percepção individual do espaço e uma leitura psicologizada da realidade, sem questionar as condições materiais que a determinam – o que resulta numa visão a-histórica. Na análise de Ariovaldo U. de Oliveira (1999), o texto dos PCNs tem problemas de natureza filosófica, histórica, teórica e pedagógica. Por exemplo, não é possível identificar a corrente filosófica presente nos PCNs. Há várias possibilidades de interpretação, que abrangem desde o historicismo e o positivismo clássicos até o marxismo, incorporado no texto quando se apontam categorias marxistas para explicar as desigualdades da distribuição de renda e riqueza. Outros momentos apontam para a concepção de Geografia baseada numa pretensa concepção fenomenológica de mundo.

Estas diferentes concepções da ciência geográfica presentes no texto permitem que se afirme que os autores adotaram a concepção de geografia baseada no ecletismo. Ao que se saiba, o ecletismo revela mais a ausência do que a presença de uma concepção filosófica [...]. Não eleger uma concepção de geografia para dar sustentação e consistência epistemológica, em nome da pluralidade, deixou a descoberto a possibilidade do ecletismo aparecer como concepção dominante. (Oliveira, 1999, p. 50)

Será essa concepção eclética da Geografia capaz de reverter a exclusão e ajudar na luta por maneiras mais justas de organização do

espaço e da sociedade? Segundo os PCN do ensino fundamental, tanto a Geografia tradicional quanto a Geografia marxista militante negligenciaram a dimensão sensível de percepção do mundo:

O cientificismo da Geografia tradicional, por negar ao homem a possibilidade de um conhecimento que passasse pela subjetividade do imaginário; e o marxismo ortodoxo e militante do professor, por tachar de idealismo alienante qualquer explicação subjetiva e efetiva da relação da sociedade com a natureza que não priorizasse a luta de classes. (PCNs, Geografia: 3º e 4º ciclos, 1998, p. 22)

Ao negar a contribuição dos pressupostos marxistas à Geografia, os autores demonstram a posição ideológica dos que defendem uma educação que privilegia os valores individuais e individualistas e uma geografia que volta a exercer o postulado da neutralidade, ocultando as contradições e os conflitos gerados pela relação capital/trabalho. Negam uma orientação dialética para a Geografia, baseada na consciência de classe e na necessidade de luta pela transformação social. Dessa forma,

esta postura pode revelar o caráter ideológico que era objeto de combate, ou seja, apresentar uma concepção de geografia que fosse capaz de quebrar a visão de totalidade que a concepção dialética trouxe para o interior do pensamento geográfico. Visão de totalidade que permite ao sujeito do conhecimento a compreensão do mundo em que vive e que, antes de tudo, permite pensar a sua superação. Aqui por certo está, consciente ou inconscientemente, o real objetivo de concepção baseada no subjetivismo na geografia. Formar cidadãos que apenas se enxerguem como indivíduos, não conseguindo, portanto, enxergarem-se como classe. (PCNs, Geografia: 3º e 4º ciclos, 1998, p. 54)

O papel principal da Geografia no ensino médio “é levar o aluno a construir competências que permitam a análise do real, revelan-

do as causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade” (PCN Ensino Médio, 1999). Os objetivos estão traçados no sentido da construção de uma cidadania nova. Os PCNs definem também um corpo conceitual pretensamente capaz de satisfazer os objetivos apontados. Propõem conceitos-chaves como paisagem, lugar, território e territorialidade, enquanto instrumentos capazes de permitir uma análise científica do espaço e dar conta de um mundo cada vez mais acelerado e fluido, além dos diferentes tipos de escala para apreensão da realidade e um conjunto de conceitos referentes a globalização, técnicas e redes.

Devido à forma autoritária com que se instituiu e à falta de reflexão junto aos professores, esse conjunto de noções, conceitos e categorias se apresenta confuso, de difícil compreensão para a maioria dos professores do ensino fundamental e médio. O texto é teórico demais para o professor que ainda utiliza o livro didático como sua única bibliografia. Há necessidade de uma formação continuada e de outras ações que permitam ao professor, com a formação que teve, fazer uma leitura crítica do PCN.

Para Oliveira (1999), as bases conceituais da Geografia aí presentes carecem de rigor e consistência lógica, pois os conceitos enumerados são produtos históricos de diferentes correntes de pensamento, propostos com base em uma identidade epistemológica. Daí a dificuldade de entendê-los e buscar articulação entre os mesmos.

A GEOGRAFIA PROPOSTA NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Nos PCN do ensino médio, reforça-se a concepção fenomenológica quando se argumenta que uma das características fundamentais da produção acadêmica em Geografia dessa última década foi justamente a definição de abordagens que considerem as dimensões subjetivas e, portanto, singulares que os homens, em sociedade, estabelecem com a natureza. Essas dimensões são socialmente elaboradas como frutos das experiências individuais marcadas pela cultura na qual se encontram inseridas e resultam em diferentes percepções do espaço geográfico e sua construção. É a busca de explicações mais plurais, que promovem a interseção da Geografia com os outros campos do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Biologia, as Ciências Políticas. Trata-se de uma Geografia que não seja centrada exclusivamente na descrição empírica das paisagens, nem tampouco na interpretação política e econômica do mundo; que trabalhe tanto as relações socioculturais da paisagem quanto os seus elementos físicos e biológicos, investigando as múltiplas interações estabelecidas entre eles na constituição de um espaço: o espaço geográfico.

Os PCNs da área de ciências humanas e suas tecnologias⁸ propõem um currículo estruturado em áreas do conhecimento, fazendo com que os estudos das humanidades sejam recuperados e articulados ao estudo da ciência e da tecnologia de modo complementar e não excludente. Prevêem ainda uma organização curricular baseada em princípios

estéticos, políticos e éticos. Ao fazê-lo, o documento reinterpreta os princípios propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Unesco, amparados no aprender a conhecer, no aprender a fazer, no aprender a conviver e no aprender a ser, voltados respectivamente para o quadrupé que contempla conteúdos de aprendizagem cognitiva, econômica, social e moral, além daqueles de aprendizagem pessoal e existencial. Estes são, de fato, temas clássicos e permanentes das ciências humanas que apontam para a interdisciplinaridade. Tais princípios norteiam a definição das competências cognitivas, socio-afetivas e psicomotoras, gerais e básicas, a partir das quais se desenvolvem competências e habilidades mais específicas e igualmente básicas para cada especialidade de conhecimento.

Os fundamentos metodológicos apontam, nos PCN do ensino médio, para a interdisciplinaridade e a contextualização. Querem dar significado ao conhecimento, associando os temas escolares à realidade extra-escolar. A proposta de um diálogo interdisciplinar é justificada pela insatisfação com a excessiva fragmentação resultante da multidisciplinaridade, até agora em vigor, e pela consciência da necessidade de organização do trabalho em torno de objetivos que transcendam os objetos das disciplinas, além da consciência de que o conhecimento deve estar a serviço da inteligência e dos projetos das pessoas. Nessa proposta de ensino em áreas, a Geografia é chamada a transcender seus limites conceituais e buscar a interatividade com as demais ciências, sem perder sua identidade e especificidade.

⁸ Os PCNs da área de ciências humanas e suas tecnologias vêm em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, Parecer n. 15, que integra a Resolução n. 3/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Resta saber se a Geografia, nesse enfoque, permitirá que seu ensino lide com o espaço como expressão visível do modo de organização da sociedade, o que equivale a dizer pleno de contradições e desafios do nível local e global, pois só um ensino de Geografia que auxilie no entendimento do mundo poderá contribuir para superar uma educação que acabou sempre por afirmar a dominação e a exclusão.

Diante da proposta analisada, fica a questão: está hoje a Geografia, como em outras épocas, adequando-se às necessidades do sistema, como as reformas impostas de cima para baixo têm demonstrado? A lógica da mercadoria e as regras do mercado acabam definindo os rumos da ciência. Hoje, o “aprender a aprender” proposto nas diretrizes educacionais é fundamental, mas não pode estar ligado apenas aos ditames neoliberais frente às exigências do mercado, pois este tem levado a crescente exclusão. A legislação vigente tem demonstrado em muitos aspectos essa subserviência ao mundo do mercado.

Logo, não se trata de adaptar a ciência às mudanças do capital, mas por intermédio da ciência subverter a ordem mesma que a institui. Ainda que completamente no interior da ordem, plenamente contrária a ela. (Souza Neto, 1999, p. 15)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reformulação da base produtiva do Estado brasileiro, em especial na década de 80, trouxe à educação novas exigências às quais a função ideológica que lhe foi outorgada desde os anos trinta, quando se define seu direcionamento político ideológico, não lhe permite responder. A constituição de políticas

educacionais a partir do modelo liberal assimilado fez com que as transformações que o adequavam às exigências econômicas fossem tão limitadas quanto os resultados sociais que dele advieram. A grande massa da população ficou alijada da participação nos processos socioeconômicos e políticos nacionais.

As transformações educacionais que ocorreram demonstram, ao longo do século, uma ideologia educacional que surge para cimentar a consolidação do capitalismo no Brasil e indica os rumos que acabam por consolidar a dependência. As reformas educacionais não romperam estruturas e sempre foram conservadoras, “ré-formas” em que o que se garantia mesmo era a manutenção dos privilégios de uma elite condutora.

Além disso, considerando as peculiaridades da ordem capitalista brasileira e sua repercussão ideológica e educacional, podemos constatar que os ideais equalizadores do Estado sempre estiveram mais no discurso e não coadunam com a função de concentração do capital que o Estado veio crescentemente assumindo. A idéia de promover o redistributivismo através das políticas sociais desconsidera a natureza do capitalismo, cujo caráter é concentrador. As políticas de liberação foram, na verdade, medidas compensatórias exigidas pelo próprio capital para reprodução do sistema.

O mito da ascensão social via educacional tem sido reforçado nos momentos de crise econômica. A passagem pela escola realizaria a seleção natural, o que vai justificar a existência da miséria como natural, o domínio dos países ricos sobre os pobres e a subserviência às posturas intervencionistas e normativas do Banco Mundial.

As propostas curriculares, especialmente da Geografia, que resultaram dessas leis refletem, como a educação de um modo geral,

a instabilidade, a indefinição e a dúvida que atingem a sociedade nesta virada de milênio. As mudanças na base técnica do trabalho criaram nova demanda para a educação. Nesse contexto, a Geografia sofre uma renovação determinada pelo próprio impacto da tecnologia que acarreta procura por novos paradigmas voltados para um outro projeto de homem e de sociedade. Não se trata da visão descritiva terra/homem, nem da denúncia apenas e da inútil análise das aparências, mas da análise da essência, da segunda natureza que incorpora o resultado da ação e das relações sociais, econômicas, políticas e suas práticas locais, regionais e mundiais.

Sobre o ensino da Geografia, a análise das políticas educacionais aqui realizada, no que tange à visão educacional, à concepção teórica do conhecimento e às implicações políticas ideológicas dessas diretrizes, permitiu observar a permanência de algumas questões:

- A lógica da mercadoria e as regras do mercado acabam definindo os rumos da ciência; está hoje a Geografia, como em

outras épocas, adequando-se às necessidades do sistema, como as reformas, impostas de cima para baixo, têm demonstrado?

- O enfoque fenomenológico na Geografia enfatiza as dimensões subjetivas e, portanto, singulares que os homens em sociedade estabelecem com a natureza, relações essas meio a-históricas. Poderá esse enfoque proporcionar o entendimento do mundo e superar uma educação que acabou sempre por privilegiar a dominação e a exclusão?
- Estará a escola preparada para assumir a construção de um currículo voltado para objetivos maiores, ligados ao papel que o aluno deve desempenhar na sociedade e à garantia de uma equidade na distribuição do conhecimento?

Seguramente, as respostas a essas questões, ou pelo menos o sentido de sua direção, poderão ser buscados futuramente, em análises mais profundas da educação brasileira.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **A lei de diretrizes e bases da educação nacional e a reforma do ensino médio**. Brasília, SEMTEC/MEC, 1998.
- BRASIL. **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**: texto na íntegra Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Cascavel: Editora da Unioeste, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio**: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: SEMTEC/MEC, 1999.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino superior**: geografia. Brasília: SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. **Parecer 15/98, diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: SEMTEC/MEC, 1998.
- CORDIOLLI, Marcos. Discutindo as mudanças no capitalismo. **Revista Paranaense de Geografia**, n. 2, Curitiba, p. 75-83, 1997.
- CURY, Carlos Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo, Cortez, 1988.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1992.

KUENZER, Acássia Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LACOSTE, Yves. A geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **A filosofia das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOREIRA, Rui. A pós-modernidade e o mundo globalizado do trabalho. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 2, p. 48-56, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e ensino: os parâmetros curriculares em discussão. **Contexto: Novas Abordagens**, São Paulo, p. 43-67, 1999.

PEREIRA, Diamantino. Geografia escolar: uma questão de identidade. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 39, p. 47-63, 1996.

PEREIRA, Raquel M. F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1984.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro**: 1837-1942. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ROMANELLI, Otáíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: 1930/1973. Petrópolis: Vozes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: LDB, trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Editores Associados, 1999.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes de. O agora e o agora. **Terra Livre – AGB**, São Paulo, n. 14, p. 11-21, 1999.

VEIGA NETO, Alfredo. Currículo e cultura In: CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO "NEOLIBERALISMO E OS EFEITOS NA EDUCAÇÃO", 1, 1998, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Edunioeste, 1998. p.51-63.

VESENTINI, José William. O novo papel da Geografia e do ensino da geografia na época da terceira revolução industrial. **Terra Livre – AGB**, São Paulo, n. 11/12, p. 209-223. 1996.

XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas de ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete S.P. Para um exame das relações históricas entre capitalismo e escola do Brasil: algumas considerações teórico-metodológicas. **Cadernos da Escola Pública**, Brasília, n. 1, p. 1-23. 1993.

CATEGORIAS GEOGRÁFICAS: REFLEXÕES SOBRE A SUA NATUREZA*

Cássio Eduardo Viana Hissa**

RESUMO

Este trabalho objetiva resgatar e compreender as vinculações das reformas educacionais brasileiras com as imposições feitas à educação pelo mercado de trabalho, face às exigências do capitalismo monopolista. Além disso, propõe-se analisar a geografia sob a ótica dessas reformas e seu papel na formação do cidadão. O objeto dessa análise são as políticas educacionais dos anos 30 até hoje vistas sob um recorte que privilegia a educação secundária.

Palavras-chave: Reformas educacionais; Geografia; Ensino médio; Cidadania.

Uma reflexão sobre o que pode ser compreendido como “categorias geográficas” solicita comentários preliminares e de contexto. A própria expressão já soa como uma provocação. Parece sugerir que existam categorias próprias da Geografia desenvolvidas para a edificação da disciplina como um campo do saber autônomo, um domínio particular da ciência. Assim, como imaginam os sociólogos a existência de categorias sociológicas – próprias da Sociologia –, existiriam categorias geográficas – próprias

da Geografia – supostamente indispensáveis ao entendimento da “realidade” e à construção do discurso geográfico. Desse modo, a expressão, aqui, parece sugerir – quando esta não é exatamente a sua intenção – a existência (e a sua condição indispensável, nos termos em que se apresenta para a construção do discurso científico) de categorias exclusivas e, por conseguinte, de disciplinas autônomas.

A edificação da ciência moderna implica o desenvolvimento teórico acerca de um objeto próprio e, ainda, de um método de análise

* A elaboração do presente texto é motivada pelos trabalhos originários da disciplina oferecida pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “Categorias geográficas: reflexões teóricas”.

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Demografia pelo Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – da Universidade Federal de Minas Gerais; Doutor em Geografia/Organização do Espaço pela Universidade Estadual Paulista, *campus* de Rio Claro, São Paulo; Coordenador do Curso de Especialização em Geografia Humana – Prepes –, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

se próprio. Assim, a pulverização da ciência em várias disciplinas implicaria a percepção compartimentada do mundo (repartido em objetos de análise específicos) e, também, de estratégias de produção de conhecimento particulares. É possível? Parece ser. Entretanto, os resultados terminam por solicitar, após décadas e séculos de esforço científico sob a referência da modernidade, que todos os saberes procurem os “elos de ligação” perdidos ao longo da construção do conhecimento especializado.

Diz-se que a Geografia moderna surge com dois alemães: Humboldt (1769-1859) e Ritter (1779-1859). Contemporâneos, são tomados como os que sistematizam o pensamento geográfico até então disperso, contido em narrativas literárias, em descrições de viajantes, em textos de Filosofia e em diversos outros campos integrados do conhecimento. Até então a Geografia existia como conhecimento alheio à disciplina e à sistematização. A Geografia moderna nasceria na Alemanha de Humboldt e de Ritter. Entretanto, avalia-se com ressalvas a observação de que a disciplina teria sido sistematizada pelos alemães do século XIX: nenhuma disciplina encontra-se sistematizada, em qualquer momento; todas as disciplinas experimentam, continuamente, processos de sistematização. A Geografia seguiu o seu curso, ultrapassou o século XIX e experimentou, durante todo o século XX, diversas “revoluções” que permitiram o avanço teórico de sua trajetória. Refletir sobre a natureza das categorias geográficas é, também, um exercício de reflexão sobre o percurso histórico da disciplina, a sua incipiente sistematização no século XIX e as suas inserções nos movimentos contemporâneos que atingem todas as áreas do saber.

CATEGORIAS DE ANÁLISE: COMENTANDO ABBAGNANO

A abordagem inicial do problema da discussão em torno das categorias de análise pretende resumir-se à leitura de passagens de um verbete. Parece pouco. Entretanto, para o que se deseja, o movimento de leitura proposto é suficiente. Elege-se a contribuição de Abbagnano. Categoria:

Em geral, qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a expressão lingüística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. (Abbagnano, 1982, p. 114)

O texto de Abbagnano já anuncia o significado de categoria: trata-se de uma noção desenvolvida para que possa servir como uma regra. É certo que não há como elaborar o discurso da Filosofia e o texto da ciência sem que se tenha definido qualquer critério. A ausência de critério, por si só, já é critério: mesmo que possa, assim, ser compreendido por alguns como o melhor critério ou a melhor regra. No entanto, a noção de categoria está freqüentemente atrelada à idéia de instrumento que objetiva a construção de conhecimento, sem o qual (o próprio instrumento) não há possibilidade do desenvolvimento do pensamento científico moderno.

Este é o significado que, aqui, atribui-se à palavra: as categorias são instrumentos conceituais que, colocados à disposição de determinada disciplina científica, contribuem para a compreensão do que procura pesquisar e para a abordagem do seu objeto de estudos. É certo que as categorias, tomadas como próprias a uma determinada disciplina, são “ex-

traídas” de seu próprio objeto. São conceitos que procuram auxiliar ou fundamentar o que, na ciência moderna, pode ser interpretado como análise da realidade.

Abbagnano apresenta, mais adiante, a fonte de origem das categorias e a sua função na produção do conhecimento. A fonte original, da qual derivaria o primeiro significado que se atribui às categorias de análise, consiste na própria realidade. O que se toma como “real”, assim, determinaria a existência dos instrumentos conceituais analíticos. Nesses termos, as categorias poderiam ser compreendidas como parte integrante da realidade, tal como construída teoricamente; estariam no mundo exterior ao sujeito que procura a compreensão das coisas e dos seres. Caberia ao sujeito apenas “extraí-las” da realidade. Entretanto, o que pode ser interpretado como real? Conforme os paradigmas mais conservadores da ciência moderna, o “real” decorre de uma construção a partir da qual abstrai-se o que está “fora do eu”. Assim, a percepção objetiva da realidade estaria subordinada à idealizada postura impessoal do sujeito, da qual derivaria a sensação de possibilidade de “extração” (do real) de categorias objetivas de análise. Por sua vez, as categorias, recolhidas criteriosamente pelo sujeito, teriam o papel de questionar a própria realidade.

As categorias são mediações. São construídas para que possam servir de “travessias” entre a “realidade” e o discurso que se constrói sobre ela. Para tanto, objetivando a construção do texto da ciência, é necessário o investimento na correspondência entre o discurso e a “realidade”:

Essa correspondência entre a realidade e o discurso, mediante as determinações categoriais, é também a base da teoria de Aristóteles [como o é na de Platão]. Este, porém, parte de um ponto de vista lingüístico: as categorias são os modos em que o ser se predica das coisas nas preposições, portanto os predicados fundamentais das coisas. (Abbagnano, 1982, p. 114)

Os predicados fundamentais das coisas: as categorias: as qualidades essenciais das coisas; as características básicas das coisas. As categorias, portanto, já carregariam em si mesmas uma leitura das coisas às quais se referem ou com as quais estabelecem alguma ou completa correspondência. Utilizando-se de passagem de Aristóteles, Abbagnano procura explicar as relações entre as qualidades do *ser* e o conhecimento que se desenvolve sobre ele:¹

Desde que a predicação afirma às vezes o que é uma coisa é, às vezes a sua qualidade, às vezes a sua quantidade, às vezes a sua relação, às vezes a que faz ou o que sofre e às vezes o lugar onde está ou o tempo, segue-se que tudo isso são modos do ser [...] Esse conceito de categoria como determinação pertencente ao próprio ser e do qual o pensamento deva servir-se para conhecê-lo e exprimi-lo em palavras durou por longo tempo; e por muito tempo as escolas filosóficas ou os filósofos discordaram só a respeito do número ou da distinção das categorias. (Abbagnano, 1982, p. 114)

As características e a natureza das coisas, assim, estariam grafadas nas categorias: a sua quantidade, as suas relações com o mundo exterior, os seus movimentos ativos e passivos, a sua localização espacial e o tempo a que pertence. A leitura das coisas e da “realidade” pelo sujeito, contudo, está “impregnada” dos olhos de quem lê. Portanto, as cate-

¹ Obra de Aristóteles a que se refere Abbagnano: *Metaphysica*, Oxford: Ross, 1924.

traídas” de seu próprio objeto. São conceitos que procuram auxiliar ou fundamentar o que, na ciência moderna, pode ser interpretado como análise da realidade.

Abbagnano apresenta, mais adiante, a fonte de origem das categorias e a sua função na produção do conhecimento. A fonte original, da qual derivaria o primeiro significado que se atribui às categorias de análise, consiste na própria realidade. O que se toma como “real”, assim, determinaria a existência dos instrumentos conceituais analíticos. Nesses termos, as categorias poderiam ser compreendidas como parte integrante da realidade, tal como construída teoricamente; estariam no mundo exterior ao sujeito que procura a compreensão das coisas e dos seres. Caberia ao sujeito apenas “extraí-las” da realidade. Entretanto, o que pode ser interpretado como real? Conforme os paradigmas mais conservadores da ciência moderna, o “real” decorre de uma construção a partir da qual abstrai-se o que está “fora do eu”. Assim, a percepção objetiva da realidade estaria subordinada à idealizada postura impessoal do sujeito, da qual derivaria a sensação de possibilidade de “extração” (do real) de categorias objetivas de análise. Por sua vez, as categorias, recolhidas criteriosamente pelo sujeito, teriam o papel de questionar a própria realidade.

As categorias são intermediações. São construídas para que possam servir de “travessias” entre a “realidade” e o discurso que se constrói sobre ela. Para tanto, objetivando a construção do texto da ciência, é necessário o investimento na correspondência entre o discurso e a “realidade”:

Essa correspondência entre a realidade e o discurso, mediante as determinações categoriais, é também a base da teoria de Aristóteles [como o é na de Platão]. Este, porém, parte de um ponto de vista lingüístico: as categorias são os modos em que o ser se predica das coisas nas preposições, portanto os predicados fundamentais das coisas. (Abbagnano, 1982, p. 114)

Os predicados fundamentais das coisas: as categorias: as qualidades essenciais das coisas; as características básicas das coisas. As categorias, portanto, já carregariam em si mesmas uma leitura das coisas às quais se referem ou com as quais estabelecem alguma ou completa correspondência. Utilizando-se de passagem de Aristóteles, Abbagnano procura explicar as relações entre as qualidades do *ser* e o conhecimento que se desenvolve sobre ele:¹

Desde que a predicação afirma às vezes o que é uma coisa é, às vezes a sua qualidade, às vezes a sua quantidade, às vezes a sua relação, às vezes a que faz ou o que sofre e às vezes o lugar onde está ou o tempo, segue-se que tudo isso são modos do ser [...] Esse conceito de categoria como determinação pertencente ao próprio ser e do qual o pensamento deva servir-se para conhecê-lo e exprimi-lo em palavras durou por longo tempo; e por muito tempo as escolas filosóficas ou os filósofos discordaram só a respeito do número ou da distinção das categorias. (Abbagnano, 1982, p. 114)

As características e a natureza das coisas, assim, estariam grafadas nas categorias: a sua quantidade, as suas relações com o mundo exterior, os seus movimentos ativos e passivos, a sua localização espacial e o tempo a que pertence. A leitura das coisas e da “realidade” pelo sujeito, contudo, está “impregnada” dos olhos de quem lê. Portanto, as cate-

¹ Obra de Aristóteles a que se refere Abbagnano: *Metaphysica*, Oxford: Ross, 1924.

gorias (que se referem ao ser) são um instrumento construído pelo sujeito que se põe em contato com o mundo sob observação. Essa não é, entretanto, a definição de categoria conforme as referências da modernidade. As categorias dizem respeito à “realidade fora do eu”. De Aristóteles a Kant: Abbagnano apresenta o que são as categorias para o filósofo alemão:²

(...) as categorias são os conceitos primitivos do intelecto puro e condicionam todo o conhecimento intelectual e a própria experiência [...]. As categorias são, todavia, as condições da validade objetiva do conhecimento, isto é, do juízo em que o conhecimento se concretiza. Com efeito, um juízo é uma conexão entre representações, mas tal conexão não é subjetiva, logo não vale só para o objeto isolado que a efetua justamente porque é feita em conformidade com uma categoria, isto é, segundo um modo, uma regra que é igual para todos os sujeitos e que dá portanto necessidade e objetividade ao que se vincula na percepção... A doutrina de Kant sobre as categorias pode por isso reduzir-se a dois pontos fundamentais: 1. as categorias dizem respeito à relação sujeito-objeto e por isso não se aplicam a uma eventual “coisa em si” que caia fora dessa relação; 2. as categorias constituem as determinações objetivas dessa relação e são portanto válidas para todo ser pensante finito”. (Abbagnano, 1982, p. 115)

Julgar: avaliar criticamente, a partir do estabelecimento de critérios, determinada matéria dominada (controlada) pelo conhecimento de quem julga. Vê-se, portanto, que a noção de categoria como suporte de leitura da realidade pretende apresentar-se como um instrumento de análise objetiva. Assim, consequentemente, é um dos elementos fundamentais da edificação da Filosofia e da ciência modernas. Também vê-se que, a partir da inter-

pretação fornecida, pretende-se construir uma interpretação objetiva da realidade: as categorias são válidas para todos os sujeitos, independentemente dos mesmos e de possíveis “histórias” e de concepções de método que os diferenciam. É certo que, para Kant, as categorias referem-se à relação sujeito/ objeto. Mas como é possível admitir que as categorias de análise, mesmo que referindo-se a um “mesmo mundo”, possam valer para todos? Abbagnano comenta o predomínio do conceito kantiano das categorias:

O conceito kantiano das categorias permaneceu como o predominante na filosofia moderna e contemporânea [...]. Todavia, tal conceito não é o único na filosofia moderna e contemporânea. O conceito tradicional de categoria como “determinação do ser” foi retomado pelo idealismo romântico e, em particular, por Hegel [...]. Este considera as categorias como “determinações do pensamento” [...]. Mas, na verdade, para Hegel as determinações do pensamento são, ao mesmo tempo, as determinações da realidade (...). (Abbagnano, 1982, p. 115)

Pode haver alguma determinação objetiva referente à relação sujeito/objeto? Como pensar a categoria como a constituição dessa relação tomada como objetiva? E mais, ainda sublinha-se, como conceber um conjunto de categorias válidas para todo ser pensante (vale dizer, para todos os sujeitos)? Se são “determinações da realidade”, as categorias deveriam limitar-se ao que sinaliza o objeto (o real) sob os olhares rigorosos do sujeito. Além disso, pela mesma razão, seria a própria realidade que indicaria as categorias, a sua natureza e a sua quantidade. Entretanto, Abbagnano comenta a proposição de novas categorias

² Obra de Kant a que se refere Abbagnano: *Kritik der reinen Vernunft* [Crítica da Razão Pura]. 2. ed. 1787.

como um exercício legítimo que cabe a cientistas e filósofos:

Contudo, cientistas e filósofos, e em geral, os pesquisadores sempre exerceram o direito de propor novas categorias, isto é, novos instrumentos conceituais de investigação e de expressão lingüística. Daí a necessidade de formular a noção de categoria justamente como a de tal instrumento: noção que além de tudo apresenta a vantagem de caracterizar igualmente bem a função efetiva de todos os conceitos de categoria historicamente propostos. (Abbagnano, 1982, p.115)

Cientistas e filósofos, como observa Abbagnano, sempre propuseram “novas categorias”. De fato, a corrente proposição de “novas” categorias é a própria externalização da subjetividade. A proposição de uma “nova” categoria não constitui uma descoberta. A proposição de categorias é uma leitura das coisas que se manifesta a partir das relações que se estabelecem entre o leitor e o mundo sob leitura. A proposição de “novas” categorias explicita a sistematização de uma nova leitura, dentre tantas possibilidades de arranjo de informações provenientes do contato concebido entre o sujeito e o seu mundo exterior, admitindo-se que ambos constituem uma mesma dimensão.

CATEGORIAS GEOGRÁFICAS

O que podem ser as categorias geográficas? Instrumentos conceituais que interessam à abordagem do universo de temas que constituem o objeto da Geografia. Qual é a sua natureza? Como compreender a sua especificidade no universo de relações que a disciplina estabelece com outros campos do saber?

Em princípio, pode-se indagar da própria Geografia e dos geógrafos o propósito e a

importância de uma reflexão sobre categorias como instrumento de compreensão da “realidade”. Afinal, a Geografia tem sido apresentada pelos próprios geógrafos, sobretudo no decorrer de sua história passada, como uma disciplina “eminentemente prática” e exclusivamente voltada para o estudo das “coisas concretas”. Dispensam-se, nesses termos, a teoria e a reflexão de caráter epistemológico. Aborda-se, assim, a realidade, como se fosse possível fazê-lo sem qualquer mediação. Contudo, as mediações conceituais são indispensáveis para que a abordagem possa ser tomada como interpretação ou leitura das coisas e dos seres e das suas relações. Mas em que consiste uma disciplina “prática”? E mais: o que são “coisas concretas”? Como ignorar as questões apresentadas e, simultaneamente, admitir a importância da construção de categorias que referenciam a produção de conhecimento em Geografia?

Duas situações devem ser adiantadas. Ambas dizem respeito à organização da ciência e de seu avanço. A primeira delas refere-se à própria avaliação da Geografia, especialmente em seu passado, como uma disciplina avessa às construções teóricas. Ainda predominam as posições mais conservadoras, produto de práticas tradicionais que se projetam nos campos do ensino e da pesquisa. Desenvolveu-se uma cultura que define a Geografia, de forma preconceituosa, como uma disciplina sobretudo prática e como “a ciência do mundo concreto”. Trata-se de uma situação extrema que, já há algum tempo, vem sendo combatida no próprio interior da disciplina.

A segunda situação refere-se à avaliação da Geografia como uma disciplina que, ainda que retardatária no contexto constituído por todos os saberes, desenvolveu-se bastante teoricamente. O que significa isso? Significa que

a Geografia procurou, percorrendo trajetórias equivalentes às aquelas traçadas por outras disciplinas científicas, trabalhar teoricamente o seu objeto de estudo e definir métodos de análise compatíveis com os seus temas de interesse e com os seus objetivos. Nos últimos trinta anos do século XX, a Geografia experimentou um importante avanço epistemológico e trabalhou problemas conceituais que até então haviam sido ignorados. Tal situação fez da Geografia um campo do saber objetivando a autonomia. Decorre dessa segunda situação, e mais propriamente do esforço de delimitação teórica do objeto da Geografia, a proposição de categorias que permitam mediar o esforço de leitura do que pode ser denominado “realidade espacial”.

As categorias geográficas, extraídas do objeto e trabalhadas teoricamente, seriam instrumentos de mediação que, entre o sujeito e o mundo sob processo de investigação, viabilizariam o desenvolvimento do discurso geográfico. Assim, os conceitos de espaço, de território, de fronteira, de paisagem, de lugar e de rede poderiam ser compreendidos como instrumentos teóricos de mediação colocados entre o sujeito (o que constrói a leitura e as narrativas de natureza geográfica) e fragmentos de mundo tomados como objeto de estudo da disciplina. Tal mediação (categorias), de natureza conceitual, viabiliza o tratamento analítico com o qual se responsabiliza a ciência moderna. Entretanto, não há, de fato, uma obra que, versando sobre as categorias geográficas, procure sinalizar os caminhos de construção do pensamento geográfico. Há fragmentos de obra. E, menos do que isso, há indicações de categorias que necessitariam de delineamentos mais aprofundados. A obra de Milton Santos pode ser tomada como uma referência possível.

Milton Santos (1996) faz menção às cate-

gorias próprias da Geografia. Tais categorias seriam “extraídas” da noção de espaço, palavra que, para muitos, sintetiza o objeto de estudo da disciplina: “A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas” (Santos, 1996, p. 19). Percebe-se, no próprio texto do autor, o papel e a importância das categorias: são instrumentos de análise; são instrumentos de modernização teórica, reflexo da edificação da ciência moderna. A ciência moderna não se contenta com a interpretação ou com a leitura das coisas e dos seres. Pretende analisar o mundo e, para isso, serve-se também de categorias próprias. Milton Santos enumera algumas categorias analíticas internas:

Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira, e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar; o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnosfera e uma psicosfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (Santos, 1996, p. 19)

Milton Santos classifica as categorias analíticas a serviço da Geografia. Com isso, o autor, além das denominadas “categorias internas”, concede importância às categorias por ele intituladas “externas”. Entretanto, dá-se um peso maior às denominadas categorias internas. Elas originar-se-iam do próprio domínio da disciplina. Propõe-se que o espaço,

compreendido como o objeto de estudos da Geografia, seja definido "... como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" (Santos, 1996, p. 18). Da definição proposta derivariam conceitos, noções e instrumentos de análise: "... o que se busca é uma caracterização precisa e simples do espaço geográfico, liberta do risco das analogias e das metáforas" (Santos, 1996, p. 19). Apoiando-se em Dominique Le Court (1974, p. 79), Milton Santos procura restringir os domínios da disciplina, delimitando com maior precisão o seu objeto: "As metáforas e as analogias devem ser analisadas e referidas ao seu terreno de origem".³ Assim, conclui o seu pensamento sobre as comparações e analogias que, em última instância, sintetizam o trânsito interdisciplinar de idéias e de conceitos: "O brilho literário das comparações nem sempre é sinônimo de enriquecimento conceitual". (Santos, 1996, p. 19)

As categorias geográficas são apresentadas por Milton Santos: a paisagem, a configuração espacial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Para tomar esses conceitos como ponto de partida: não há como, apenas a partir do domínio da Geografia, trabalhar teoricamente com tais noções. O mesmo pode ser dito sobre o estudo dos "recortes espaciais", tal como propõe Milton Santos: região, lugar; redes e escalas; a racionalidade do espaço, também produto da "emergência das redes" e da globalização. Como circunscrever à Geografia, a "expedição teórica" que objetiva extrair de "seu objeto", o espaço, as categorias analíticas para o tratamento científico que lhe cabe? A pergunta

seria essa? Ou é permitido questionar a partir de outro ponto de vista? A que Geografia se está referindo? À Geografia que procura obstinadamente, como todas as disciplinas especializadas, encontrar os seus limites, o seu território próprio, o seu objeto exclusivo? Ou à Geografia que somente se realiza como saber a partir do intercâmbio sem fronteiras, de fato, como todas as outras disciplinas? Milton Santos parece responder às questões:

O estudo dinâmico das categorias internas acima enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. (Santos, 1996, p. 19)

Admitir a importância de processos tomados como externos ao espaço para o estudo das "categorias internas" é, também, admitir a interdependência conceitual existente na produção do conhecimento. Em princípio, parece estranho "introduzir limites" nos conceitos que, pela sua própria natureza, solicitam a liberdade. Não se trata de uma metáfora, no sentido proposto por Milton Santos. Aliás, todos os conceitos são metáforas, incluindo as categorias. Os conceitos, para que possam ser construídos, fazem os mesmos movimentos das metáforas. A metáfora:

A metáfora, no mínimo, cria e reforça imagens necessárias à compreensão e à leitura. A metáfora: uma palavra ou imagem substituta de "uma palavra verdadeira", "própria", "única". Entretanto, a metáfora – sentido figurado – não seria característica de todas as imagens produzidas pelas palavras? Como, por-

³ A obra em que se apóia Milton Santos é publicada por Le Court, Dominique. *Pour une critique de l'épistémologie* (Bachelard, Canguilhem, Foucault). Paris: F. Maspero, 1974.

tanto, admitir uma palavra “própria”, “única”? (...) Conceitos, eles mesmos, não passam de metáforas travestidas: científicas, teóricas. (Hissa, 1999, p. 248-249)

“Considerando que os saberes sempre ultrapassam as tênues fronteiras interdisciplinares, como deveriam se comportar os grandes cientistas, presos aos limites de *suas* disciplinas?” (Hissa, 1999, p. 248). O que seria, de fato, as categorias internas de uma disciplina, cuja validade dependeriam de um “reconhecimento” de processos externos ao objeto de estudo da própria disciplina? Assim, também apoiando-se em Milton Santos, em sua rica ambigüidade, desenvolve-se a imagem de uma Geografia para além de seus limites convencionais, que propõe categorias que ultrapassam as fronteiras disciplinares, para que possa ostentar, de fato, o rótulo de saber que procura edificar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: METACATEGORIAS

Metacategorias: o prefixo grego *metá* pode antecipar vários significados à palavra. Alguns desses significados podem estar direta ou indiretamente associados a *mudança*, *posteridade*, *além*, *transcendência*, *reflexão crítica sobre algo* definido teoricamente como objeto de estudo de alguma disciplina. Todos esses significados, por sua vez, são úteis à compreensão do discurso que pretende interpretar parte dos movimentos atuais experimentados pela ciência. Todos eles podem, também, inserir-se em contextos de leitura do mundo do saber em constante transformação.

Alguns significados sugeridos pelo prefixo *metá*, que confere especificidade à noção de “categoria de análise”, merecem ser abor-

dados para que se permita a ampliação das possibilidades de interpretação e de reflexão. O caráter de transcendência atribuído a determinados conceitos (categorias) implica a compreensão da prevalência de seu valor teórico para além dos limites da disciplina no interior da qual, aparentemente, foram desenvolvidos. Isso significa que determinados conceitos, interpretados como categorias de análise de determinadas disciplinas, podem, por conta de sua própria natureza, ultrapassar as fronteiras da suposta “disciplina de origem”. A situação de mobilidade dos conceitos lhes fornece o caráter de transcendência. Entretanto, é importante não compreendê-los como estruturas conceituais espontaneamente migrantes. A sua transcendência é de natureza estrutural que, em princípio, refere-se ao próprio caráter integrado dos saberes e à própria natureza da ciência. Isso quer dizer que determinados conceitos são trabalhados simultaneamente por mais de uma disciplina, não lhes cabendo qualquer imposição de propriedade e, muito menos, de monopólio disciplinar e específico. Além disso, os significados de *mudança* e de *além*, do mesmo modo contidos no prefixo *metá*, devem ser compreendidos no contexto do significado de *transcendência*. O que transcende implica transferir-se “para além” de seus próprios domínios (tomados como os de origem) disciplinares e, quase necessariamente, implica *mudança* e adaptação.

De todos os movimentos importantes que afetam a ciência – em seu significado, em sua estrutura e em seus papéis –, talvez o mais expressivo esteja relacionado com o que pode ser compreendido como transdisciplinaridade. Não se trata de um movimento novo: ele acompanha, nos subterrâneos do pensamento, todo o desenvolvimento da ciência ao lon-

go da história. Entretanto, por várias razões, a transdisciplinaridade é definida como a fronteira de grandes transformações que atingem todas as áreas do saber. Não significa uma fronteira recente, pois, já na interdisciplinaridade, manifesta-se como a ansiedade de conjugação entre as disciplinas e diversos fragmentos pouco consolidados do saber. O desejo solidário da integração interdisciplinar, entretanto, não se realiza por conta dos próprios limites da disciplina. A construção do discurso interdisciplinar solicita da disciplina o que, de fato, ela não pode fornecer. Em outros termos, a disciplina carrega para o discurso interdisciplinar toda a sua trajetória e sua concepção disciplinar que, em última instância, desempenham o papel de obstáculo para a própria interdisciplinaridade.

Sabe-se que muito da disciplina reside fora de seus próprios limites. Muito da condição disciplinar constitui, inclusive, o exterior da própria disciplina. A observação vale para todas as disciplinas. Por mais que tenham, teoricamente, edificado os seus domínios e os seus métodos de análise, as disciplinas não existem em si mesmas. Foram moldadas à referência de seus contextos culturais, sofreram influências de todas as disciplinas de contato, e muitos de seus temas também são de interesse de vários outros campos do saber. O mesmo pode ser dito dos métodos de pesquisa que, muito mais atualmente do que no passado, circulam com grande liberdade através das fronteiras interdisciplinares. Além disso, o mundo mudou, solicitando um esforço maior de compreensão de seus problemas. A disciplina é uma abstração amesquinhada, isolada do conjunto de saberes, incompatível com a sua promessa analítica e ainda mais distante da interpretação solicitada pelo mundo. Circunscrita ao seu próprio esforço crítico, a disciplina é

pequena diante da complexidade dos problemas que elege para compreender e solucionar.

Ainda assim, o esforço da disciplina é fundamental no processo de desenvolvimento da ciência. O processo de sistematização da disciplina – implicando a demarcação teórica de seu objeto e de métodos de análise, a definição de conceitos e de teorias referenciados pelo que considera como seu objeto – é uma trajetória que resulta, também, na edificação de fronteiras interdisciplinares. Entretanto, como aqui se compreende, as fronteiras também são espaços de transição e cumprem o papel de travessia indispensável para o desenvolvimento de um saber mais conjuntivo, mais integrado e transversal.

A demarcação teórica do objeto de uma disciplina implica a constante reflexão crítica sobre os problemas de seu interesse. Entretanto, para além disso, o esforço de desenvolvimento de uma disciplina implica, inevitavelmente, a constante reflexão sobre os problemas de interesse de outras disciplinas com as quais estabelece fronteiras e mantém intercâmbio. Isso significa que, não havendo objetos disciplinares precisamente delimitados, também não há categorias de análise circunscritas às fronteiras estabelecidas pelos campos do saber científico. As categorias de análise e os conceitos, para que se desenvolvam como referência das interpretações solicitadas pela complexidade do mundo – tal como é compreendido na contemporaneidade –, são, de fato, estruturas que ultrapassam o universo da disciplina. São, assim, “metacategorias”, “metaconceitos”.

O entendimento da situação, tal como aqui se apresenta, serve para a compreensão das disciplinas em seu processo avançado de desenvolvimento, incluindo a Geografia. Como, por exemplo, conceber a categoria “divisão

territorial do trabalho”, do modo como discutida por Milton Santos, apenas circunscrita aos domínios da Geografia ou de qualquer outro campo do saber relacionado às ciências sociais? Como refletir sobre tal categoria sem que se remeta o pensamento, com a densidade necessária, às estruturas teóricas concebidas sobretudo pela Geografia, pela Sociologia, pela Economia e pela Ciência Política? Todas contribuem para o desenvolvimento da categoria e não há, nesses termos, um desenvolvimento complexo do conceito, compatível com o esforço e com a natureza da ciência, na desconsideração de sua mobilidade. As categorias, os conceitos, para que se exercitem como tal, provenientes de um saber de fato reflexivo, explicitam a sua natureza mutante,

plástica, cambiante, flexível: como a própria ciência que se humaniza, abandonando as referências de método fundamentadas na redução da complexidade (Santos, 2001, p. 15). Portanto, existiriam “metacategorias”, desenvolvidas por “metadisciplinas”. Parece ter sido sempre assim, desde a invenção da ciência: “A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar” (Morin, 1999, p. 135-136). Mesmo que tenha caminhado na direção da especialização, a ciência, forjando a disciplina e os seus limites, também carregou consigo a sua “natureza *metá*”. Por isso sobrevive como idéia e se renova como imagem que absorve e reflete a complexidade do mundo e da existência.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade da fronteira**: inserções do conhecimento sócio-espacial na crise da modernidade. 1999. 395p. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 18. ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**; técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

IDENTIDADES, DESIGUALDADES E FRAGMENTAÇÕES BRASILEIRAS

*Ailton Mota de Carvalho**

RESUMO

Existem fragmentações sociais, raciais, econômicas e espaciais no Brasil; entretanto, elas parecem estar camufladas ou passam despercebidas. Em nosso imaginário, vivemos em uma nação territorial e socialmente integrada.

Palavras-chave: Fragmentação étnica; Sociedade inter-racial; Identidades; Desigualdades.

Se olhamos o mapa-múndi contemporâneo, temos o retrato de um mundo em acelerada mutação política, causada por complexos problemas de natureza territorial, étnica, social, religiosa e econômica que, às vezes, chegam a transformar-se em conflitos armados.

Os vários litígios no continente africano são, talvez, o melhor exemplo dessas rivalidades levadas ao extremo, mas também encontramos exemplos pontuais em outros continentes, como na Índia, na Europa do Leste, no México, na Irlanda, no Oriente Médio.

Nesse mundo beligerante, que alguns acham que se tornou mais complexo a partir do processo de globalização, o Brasil aparece como uma exceção, geralmente citado como

um exemplo de tolerância étnica e religiosa, sem nenhum conflito interno mais grave.

Podemos pensar em duas interpretações para essa imagem brasileira: a primeira é a de que, realmente, conformamos uma sociedade inter-racial tolerante e não discriminatória, ao lado da ausência de grandes diferenciações sociais e geográficas; a segunda é a de que ocorre uma série de diversidades socio-econômicas e espaciais que, entretanto, não configuram um problema generalizado e de grandes proporções.

Uma leitura mais atenta da nossa história e da nossa realidade leva-nos a pensar que a segunda interpretação é muito mais correta do que a primeira. Assim, é de acordo com essa hipótese que vamos trabalhar este texto, ten-

* Professor do Centro de Ciências do Homem/UENF – Campos, Rio de Janeiro.

tando apontar alguns aspectos que podem exemplificar uma fragmentação social e territorial à moda brasileira, não sem antes passar por uma breve menção ao caso da fragmentação latino-americana.

FRAGMENTAÇÃO ÉTNICA E GEOGRÁFICA NA AMÉRICA LATINA

Em uma publicação recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1º trimestre de 2000), um pequeno artigo discorre sobre a questão da fragmentação étnica e geográfica que, segundo o autor, “pode reduzir notavelmente a governabilidade de uma sociedade”, pois as sociedades fragmentadas enfrentam a enorme tarefa de conciliar demasiados interesses opostos com um superior bem comum.

Nesse estudo foram usados dois indicadores de fragmentação: a fragmentação etnolinguística, que mede a probabilidade de os indivíduos não pertencerem ao mesmo grupo étnico, e a fragmentação geográfica, que mede a probabilidade de os indivíduos, tomados ao azar, não viverem na mesma ecozona.

No que se refere à fragmentação etnolinguística, o indicador da América Latina é relativamente baixo, em comparação com outras regiões em desenvolvimento. Considerando uma variação do índice de zero a um, a América Latina tem um índice de 0,2, enquanto o Brasil tem um índice de 0,05.

Quanto ao índice de fragmentação geográfica, a América Latina está mais fragmentada que qualquer outra região do mundo, com um índice de 0,5, enquanto o Brasil tem um índice elevado de fragmentação, da ordem de 0,8.

A conclusão principal do referido texto é a de que as principais linhas de fratura social

na América Latina são mais geográficas do que étnicas.

Cabem aqui algumas observações críticas quanto aos indicadores utilizados. Em primeiro lugar, a diferenciação etnolinguística quase sempre corresponde a um lugar específico, ou seja, existe certa coincidência territorial entre um tipo de fragmentação e outro. Em segundo lugar, como o próprio estudo define, muitos indivíduos vivem fora de suas ecozonas de origem, por efeito das migrações internas e, assim, deixam de representar os seus lugares, incorporando, muitas vezes, valores e comportamentos do lugar de destino. Uma outra observação que nos ocorre é que a fragmentação, social e/ou econômica, tem raízes históricas e aí vamos encontrar explicações para alguns acontecimentos atuais, que nada mais são que afloramentos de rivalidades tradicionais.

UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA

No início da ocupação do território e colonização, a forma que os portugueses adotaram foi a doação de faixas de terras a alguns agraciados, que tinham amplos poderes de exploração e de administração sobre esses territórios, denominados “Capitanias Hereditárias”. Essas faixas territoriais, que saíam do litoral e eram indelimitadas no interior, funcionaram por muitos anos de maneira inteiramente desarticulada entre si, como unidades semi-autônomas. A necessidade de produzir para o mercado externo destruiu a comunidade primitiva indígena e deu origem ao modo escravista de produção à base do africano, traços que o texto vai recuperar mais adiante, mas que nascem com a nossa história.

Com a independência, as divergências e di-

ferências da etapa colonial foram transferidas para a nova etapa, dando origem a uma série de rebeliões provinciais, estimuladas pela debilidade inicial do Estado recém-implantado e por sua incapacidade de se fazer presente e respeitado em toda a extensão nacional.

Merecem destaque as insurreições dos cabanos (Pará) e dos farrapos (Rio Grande do Sul), que não geraram fragmentação definitiva, mas demonstraram a existência de divergências sociais e políticas e deixaram legados históricos ainda não muito bem estudados e que podem explicar, por exemplo, os constantes movimentos pela autonomia da Região Sul.

A sucessão das rebeliões provinciais indica uma base territorial e social diferenciada: Pernambuco, em 1817, 1824 e 1848; Amazônia, de 1834 a 1837; Bahia, em 1837; Maranhão, em 1838; São Paulo e Minas Gerais, em 1842; Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845. De acordo com Sodré (1979, p. 195) “há nessas rebeliões traços gerais, denunciando as contradições internas, particularmente dentro da própria classe senhorial, e traços específicos, em que se verifica a presença e a força dos motivos regionais e locais”.

Essas rebeliões que ocorrem durante o processo de independência denotam uma crise que afeta a autoridade e a unidade no interior da classe dominante, mas que vai servir de base histórica para alguns problemas de desigualdades posteriores e mesmo contemporâneos.

De qualquer forma, e apesar desses incidentes, o governo central sempre conseguiu impor a sua autoridade por meios militares, derrotando todas as insurreições regionais.

Uma vez superadas essas tentativas de perturbação da ordem geral, surgiram eventos que contribuíram para uma maior coesão socio-territorial e político-institucional, sendo o principal fator o período da industrialização

brasileira, demarcado pelo fim do século XIX até a década de 70. Sob o comando do Estado, a industrialização exigiu a formação de um mercado interno consumidor e de uma estratégia de integração nacional, ou de divisão interna do trabalho, facilitada pelo avanço das telecomunicações e pela construção de uma rede de transportes, o que permitiu maior interação entre as diversas regiões do Brasil.

De qualquer modo, e com olhar mais apurado e crítico, podemos lembrar que já ocorriam extremas desigualdades de desenvolvimento entre as regiões brasileiras, criando a razão dualista que dominou o pensamento social e político brasileiro durante as décadas de 40 a 60 e que procurava explicar as grandes desigualdades internas – regionais, étnicas e de classe – conforme denunciava Jacques Lambert (1970) em **Os dois Brasis**.

Posteriormente, essa razão dualista sofreu uma série de críticas de intelectuais latino-americanos (Oliveira, 1972), dando lugar ao enfoque do colonialismo interno, adotado por Chaloult (1978), em que muda o ponto de vista analítico, mas não muda a realidade das profundas e crescentes desigualdades regionais do Brasil, principalmente quando confrontadas as macrorregiões Centro-Sul com a Norte-Nordeste.

A partir da década de 70, alguns novos indicadores apontam para uma tendência de acentuação da fragmentação socioterritorial, como:

- a) planos de interligação da Amazônia com portos do Pacífico a oeste e com o Caribe ao norte, o que pode acirrar o sentimento de isolamento da Região Norte em relação ao restante do país;
- b) os intentos de criação da República dos Pampas na Região Sul e os contatos íntimos dessa região com o Cone Sul, via implantação do Mercosul;

- c) a vinculação dos grandes empreendimentos agropecuários do Centro-Oeste com os mercados externos;
- d) a criação de “ilhas de modernidade” no Nordeste, também estreitamente relacionadas com os mercados externos;
- e) os focos de rivalidade interna na Região Sudeste, principalmente a disputa entre São Paulo e Rio de Janeiro, e o movimento separatista do Triângulo Mineiro, que fragilizam a estrutura nacional.

A essa lista pode-se acrescentar uma série de tentativas de criação de espaços territoriais autônomos, quase nunca levadas a sério, mas que podem servir de indício para uma reflexão sobre uma pretensa e inquestionável unidade territorial brasileira.

Paralelamente a esses grandes intentos de fragmentação do território brasileiro, ocorre, na outra ponta, uma microfundização espacial, com centenas e centenas de municípios pequenos criados segundo critérios políticos e sem qualquer chance de existência real e de sustentabilidade.

OS RISCOS DA FRAGMENTAÇÃO MUNICIPAL

A criação de novos municípios no Brasil é uma prática antiga, que vez por outra desperta a atenção e a preocupação de alguns setores da sociedade, na medida em que se constata o exagero das políticas.

Uma pesquisa realizada pelo Banco de Dados Municipais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 1995) mostra que, na década de 1940, foram criados 315 novos municípios, na de 1950 foram criados 877, na de 1970 mais 1.187 novos municípios e na década de 90 outros 1.007 municípios, conforme dados a seguir:

Brasil – municípios criados de 1940 a 1997

Anos	Número de municípios
1940	1.574
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.952
1980	3.991
1991	4.491
1993	4.974
1997	5.498

Fonte: IBGE.

Observa-se, assim, que a emancipação de novos municípios não é uma novidade na tradição política brasileira, caracterizando todo o período mencionado.

Trata-se de um processo viciado, defeituoso nas suas origens e concepção, no qual a dimensão política é mais importante que a dimensão econômico-financeira, o que, além de provocar uma excessiva fragmentação de pequenas unidades político-administrativas, cria situações reais de completa inviabilidade, uma vez que esses municípios não possuem condição de auto-sustentação e servem para a prática de todo tipo de desvio político.

Essa cultura municipalista, reforçada hoje por modelos que estimulam a descentralização, tem levado à deturpação de uma prática que, em tese, deveria ser democraticamente respeitada, transformando-se num processo político viciado, responsável pela insustentabilidade de várias administrações locais, sufocadas por compromissos e expectativas muito superiores às suas reais capacidades.

A perda de unidade, a pulverização de interesses e o estímulo à competição só têm acirrado a divisão interna e as desigualdades intermunicipais, além dos problemas regionais anteriormente citados.

Podemos afirmar que, do ponto de vista espacial, as diferenciações regionais, estadu-

ais e municipais são uma realidade histórica no Brasil e que, ao contrário do se poderia esperar, vêm aumentando com o passar dos anos, o que está de acordo com as conclusões e dados do citado relatório do BID.

Para acrescentar outros elementos de análise do tema, devemos fazer referência à fragmentação social e étnica, igualmente importante para o entendimento da realidade brasileira.

A FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ÉTNICA

Dois graduados funcionários do governo brasileiro, os presidentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estão defendendo a adoção de políticas de discriminação ativa, ou seja, medidas que facilitem o acesso dos negros à escola, às universidades e ao mercado de trabalho.

Essa posição, defendida pelos responsáveis por dois dos mais importantes órgãos de pesquisa do Brasil, é sintomática e apóia-se na evidência dos dados estatísticos que esses mesmos órgãos produzem, por força de suas atribuições.

Os dados mostram que a discriminação dos negros está na raiz da sociedade brasileira. Por isso, são necessárias políticas ativas para a redução das desigualdades raciais. Como exemplo cita-se a taxa de analfabetismo, que é sempre maior entre os negros em todas as regiões brasileiras e bem superior nas Regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país.

Cruzando dados do IBGE com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, o economista Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostra que os negros ocupam os postos mais baixos da socie-

dade, têm os salários mais miseráveis, expectativa de vida mais baixa e a pior taxa de escolaridade. Na Região Sudeste, a primeira colocada no ranking do IDH brasileiro, a renda média familiar de um branco é de 463 reais mensais, enquanto a de um negro não passa de 212 reais. Já no Maranhão, Estado com o pior desempenho no IDH, a renda média familiar dos brancos é de 230 reais mensais, enquanto a de um negro é de apenas 93 reais. (Veja, 19 de julho de 2000)

Portanto, confirma-se a idéia de uma fragmentação não apenas social, mas também geográfica. Rivalidades regionais e sociais estão enraizadas, como já mencionado, numa história de formação econômica, social e espacial.

No caso dos negros, fica evidente a exclusão dessa expressiva parcela da população brasileira. Tanto é assim que, apesar de serem numericamente significativos (cerca de 70 milhões), os negros brasileiros são tratados como “minoría”, conceito que se aplica aos grupos étnicos que divergem antropofisicamente do tipo “padrão” branco luso-brasileiro, surgindo daí a idéia de se estabelecer uma política diferenciada e de cotas para esse grupo.

O bom português, benevolente e predisposto à mestiçagem com os negros, é algo literário ou que se aplicou somente no restrito campo das relações sexuais. No fundo, estava presente a ideologia européia de que os brancos civilizados tinham a missão de colonizar e domesticar os povos bárbaros das terras descobertas.

A idéia de que quem não era branco europeu era atrasado e inferior foi assimilada pela sociedade brasileira, consolidando-se através dos tempos, para construir uma identidade inferior para os negros e os índios.

A sociedade brasileira se fragmenta na origem, segundo a situação econômica e a raça,

e essa estratificação vai impor os limites de convivência e de ascensão social entre brancos e outros.

A sociedade brasileira, que deveria surgir harmônica, original e nova depois de séculos de intensa miscigenação, ainda é um edifício em construção. Nossa cultura mantém a discriminação (já que, teoricamente, não pode mais escravizar), submetendo os negros à exploração do trabalho, ao desemprego, à marginalidade social, educacional e cultural e, principalmente, à segregação racial.

Essa situação é aparentemente paradoxal, pois há todo um discurso de igualdade e fraternidade, além de dispositivos constitucionais que proíbem a discriminação de qualquer natureza, mas, na prática, a fragmentação social existe, demonstrando que é mais forte que os princípios legais, morais e éticos.

Do ponto de vista das comunidades negras, e na contramão do insistente conceito de identidade brasileira baseada na mestiçagem, a sociedade brasileira não projeta a sua pretensa pluralidade. Os movimentos negros são a contrapartida dessa estratégia e cada vez mais buscam garantir a identidade cultural e racial e transformar uma cidadania de direito em cidadania de fato.

Com relação aos nossos “povos testemunhos”, os índios, para usar a expressão de Darcy Ribeiro, é lastimável a situação a que foram relegados: corrompidos culturalmente, sobrevivem em precárias condições e à custa de alguns abnegados que ainda lhes dedicam um pouco de atenção.

PARA COMPLICAR A FRAGMENTAÇÃO

Como elemento complicador para a formação social e territorial do Brasil, sobretu-

do do ponto de vista racial, deve-se mencionar as correntes migratórias que ocorreram no século XIX em direção, principalmente, ao Centro-Sul do país. Dos grupos alienígenas mais importantes para o processo de transculturação no Brasil, destacam-se os japoneses, os italianos e os alemães.

A presença desses migrantes permite demarcar, no Brasil, paisagens culturais mais ou menos nítidas: uma na qual se mantém viva a predominância da base cultural lusitana e outra, correspondente à Região Sul, em que os traços culturais não lusitanos predominam. A fixação desses povos no Brasil quebrou a unidade originalmente lusitana, criando um novo espaço cultural, conformado por valores não ibéricos.

A interpenetração étnica e cultural no espaço sulino brasileiro, sabemos bem, encontra resistências que variam conforme o tipo de comunidade considerada. Fica claro, todavia, que se trata de um espaço distinto do restante do país, seja do ponto de vista étnico, seja do ponto de vista cultural, o que serve de motivo para reivindicações separatistas. Esses movimentos de independência se baseiam na crença de uma diferenciação étnica, cultural e, sobretudo, econômica, que justificaria a separação e a criação de um novo país no sul do Brasil. Ridicularizados por muitos, considerados por alguns, talvez mereçam maior atenção enquanto sintoma de que alguma coisa vai mal na construção do nosso edifício social.

CONCLUSÕES

Este texto poderia abordar outros indícios de fragmentação social no Brasil, como as delicadas tensões provocadas pelo Movimento

dos Sem Terra, as questões de discriminação de gênero ou a fragmentação dos espaços urbanos, retalhados entre várias facções marginais. Porém, não cabe aqui um estudo tão extenso. O que se pretendeu foi apenas provocar uma discussão sobre as várias formas de fragmentação social, racial, econômica e espacial existentes no Brasil que, em geral, à maneira bem brasileira, passam despercebi-

das ou são pouco valorizadas, sob o imaginário de que vivemos em uma nação diferente, tolerante, territorial e socialmente unívoca.

Diante dessa realidade virtual, contrapomos uma sociedade real, com seus antagonismos, seus indicadores de desigualdades inseridos nos livros dos recordes mundiais, sua discriminação racial e suas diferenças espaciais de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- BONIFACE, Pascal. El riesgo de la proliferación estatal. **Le Monde Diplomatique**, 1999.
- CARVALHO, Ailton Mota de. Casa grande e insensata. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 8, p. 97-102, abr. 1997.
- CHALOUT, Yves. **Estado, acumulação e colonialismo interno: nordeste/sudeste**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- NATAL, Jorge L. A. Separatismo, fragmentação e federalismo: elementos para apreensão da crise espacial e do estado no Brasil pós-1975. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./abr., 1986.
- LOS PELIGROS de la diversidad. **América Latina Políticas Económicas**, Washington, v. 10, 1º trim. 2000.
- RUIZ, Manuel Delgado. Dinámicas identitarias y espacios públicos. **Revista Cidob d'Afers Internacional**, Barcelona, n. 25, abr. 2000.

OURO PRETO E MARIANA SEGUNDO A PERCEPÇÃO DO EXPLORADOR INGLÊS RICHARD BURTON

Guilherme Taitson Bueno*

RESUMO

Richard Burton descreveu, com riqueza de informações, sua viagem de exploração a Minas Gerais, abordando aspectos diversificados do contexto paisagístico observado, deixando relatos e ilustrações de significativa importância científica.

Palavras-chave: Burton; Ouro Preto; Mariana; Brasil; Paisagem natural.

Richard Francis Burton (1821-1890), explorador inglês conhecido por suas viagens ao Oriente Médio, ao subcontinente indiano e à África oriental, bem como pela tradução para o inglês dos contos árabes *As mil e uma noites*, esteve no Brasil entre 1865 e 1868. Suas expedições, nesse período, deram origem à obra *The highlands of the Brazil*, publicada em português em dois volumes, intitulados *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* e *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*, pela editora Itatiaia, com a colaboração da Editora da Universidade de São Paulo. A maior parte desses relatos refere-se à sua passagem por Minas

Gerais, onde percorreu as principais cidades da época, com destaque para os centros de mineração de ouro e diamantes. Ao lado dos relatos de viagem de outros exploradores como Saint-Hilaire e von Eschwege, as descrições e reflexões de Burton são fundamentais para a caracterização da Minas Gerais do século XIX. A obra de Burton distingue-se da dos demais viajantes, no entanto, pelo elevado nível de detalhe e pela riqueza das informações, que geraram uma bibliografia que, segundo Ferri¹ (1976), “desafia a de qualquer outro viajante ou explorador pela variedade dos aspectos e poder descritivo”.

* Mestre em Geografia (Unesp – Rio Claro).

¹ Na apresentação dos livros *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* e *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*, publicados no Brasil respectivamente em 1976 e 1977.

A VIDA DE BURTON (E A FORMAÇÃO DE SEUS FILTROS PERCEPTIVOS) ATÉ SUA VINDA PARA O BRASIL

A busca pelo aspecto “exótico” e “pitoresco” das paisagens desconhecidas marca o espírito dos viajantes antropólogos e naturalistas europeus do século XIX. Embora tenha procurado, talvez como nenhum outro, penetrar de corpo e alma nesses novos ambientes, as observações e descrições de Burton não podem ser, obviamente, desvinculadas de seus pontos de vista pessoais e das idéias vigentes nas sociedades inglesa e da Europa ocidental. Conforme Collot (1990), “a ação de ver não se limita a registrar o fluxo de dados sensoriais; ela os organiza e interpreta, de maneira a fazer deles uma mensagem”. Ainda segundo o autor, a construção dessa mensagem depende tanto das características fisiológicas do observador (“a própria estrutura dos órgãos sensoriais já é discriminante”), quanto dos “esquemas adquiridos pela experiência, e que as aprendizagens socioculturais vêm reforçar”.

Burton viveu durante um período crucial da história da Europa. Impulsionado pela Inglaterra, o continente transformava-se rapidamente através da Revolução Industrial. Modificava-se a divisão do trabalho no campo e na cidade e, conseqüentemente, transformavam-se as paisagens urbanas e rurais. As cidades cresciam com o êxodo rural e a queda das taxas de mortalidade proporcionada pelo avanço da medicina. Ao nevoeiro das cidades inglesas misturava-se a fuligem das chaminés, contribuindo para a deterioração das condições de vida urbana. O processo de industrialização, em grande parte fruto da acumulação de importantes somas de capital, só ocorreu de fato devido ao desenvolvimento da ciência, acelerado ao final do século XVIII. Em

1859, Darwin publica **A origem das espécies**, que constitui um marco na evolução do pensamento. Floresce o naturalismo e valoriza-se a pintura das paisagens naturais. A fé na capacidade técnica do homem e a curiosidade pelo desconhecido, pelas “terras incógnitas” que ainda restavam, pelo contato com outros povos, povoam a imaginação dos romancistas, que criam obras como **Robinson Crusoe**, **As viagens de Gulliver** e a extensa bibliografia de Júlio Verne. Essas histórias certamente tiveram influência no espírito aventureiro dos jovens do século passado, e o próprio Burton refere-se a Robinson Crusoe, ao comparar a “comida grosseira e semicruda” que ele e seu irmão encontraram ao retornar à Inglaterra, depois de uma estada na França, com aquela de que se servia o fictício personagem. (Rice, 1990)

As novas descobertas possibilitam o surgimento de vários periódicos científicos, alimentados pelos resultados das expedições. Frequentemente, aventureiros europeus ávidos por conhecer outras terras conseguiam financiamento das novas Sociedades de Geografia e tornavam-se contribuintes destas, enviando periodicamente relatos de suas experiências.

Mas as grandes explorações tinham também seu lado político e “contribuíram em grande parte para a instabilidade nas relações internacionais ao final do século passado” (Alba, 1953). As potências européias disputavam entre si o controle territorial ou econômico dos continentes americano, africano e asiático, esse último particularmente atraente por suas riquezas e por representar um grande mercado potencial. Nesse contexto, “exploradores, missionários, banqueiros, negociantes, aventureiros, tanto quanto embaixadores e oficiais, são autores da política estrangeira

de um país. São também os atores, não raro anônimos, do grande jogo diplomático” (Néré, 1991). Segundo esse autor, “a Inglaterra de 1815 a 1870 foi o elemento motor da diplomacia mundial, pois dispunha de tudo o que constituía o poder” ou seja, a indústria mais desenvolvida, a primeira frota mercante do mundo, grandes somas de recursos e importantes reservas de carvão. As ações inglesas no exterior no século XIX concentraram-se no Egito, no extremo sul da África e, sobretudo, nas Índias e no sudeste asiático. Nessa última região os ingleses disputavam o poder com a França, a Rússia e os líderes locais, que resistiam à dominação, mas eram quase sempre manipulados através de acordos. Onde isso não era possível ou vantajoso ocorriam massacres de tribos inteiras. As atitudes imperialistas inglesas justificavam-se, segundo Alba (1953):

ora por argumentos místicos e humanitários – a Inglaterra seria a nação escolhida por Deus para levar aos povos atrasados os benefícios materiais e morais da civilização européia – ora por argumentos econômicos – a necessidade de criação de novos mercados para as exportações inglesas quando os Estados Unidos e a Europa se fecham a elas.

No setor interno, o Reino Unido teve como

problema mais sério a chamada “questão da Irlanda”, de conotação tanto política quanto religiosa. As desavenças entre ingleses e irlandeses remontariam, pelo menos, ao século XVIII, mas teriam tomado nova forma a partir de 1800, quando da união entre as duas ilhas, garantindo-se participação irlandesa no parlamento britânico. No parlamento, os irlandeses, nacionalistas ao extremo, obstruem frequentemente as votações, como forma de protesto contra a inelegibilidade dos católicos e a arbitrariedade dos ingleses, proprietários de terras na Irlanda, em relação aos rendeiros, irlandeses (Néré, 1953). O mal-estar se arrasta por todo o século, com momentos de repressão inglesa, ora mais, ora menos intensa.

O período de vida adulta de Burton, até sua morte, acontece todo ele durante o reinado da rainha Vitória. Foi um período de grandes transformações, de muito otimismo e euforia na Inglaterra, que ficou também conhecido pelo conservadorismo e pela valorização dos “bons costumes” e dos valores morais.²

Na esfera pessoal não se pode dizer que Burton levou, nem mesmo na infância, uma vida comum. Seu pai, filho de um pároco anglicano da Irlanda, era coronel, possuía terras naquela ilha e era fanático por experiências químicas. Sua mãe teria descendido de Luís

² Isso pode ser verificado em um trecho do texto de John Galsworthy publicado no *In chancery*, o segundo volume de sua *Forsyte saga*, em que descreve as cerimônias de sepultamento da rainha e imperatriz Vitória, numa manhã de fevereiro de 1901: “A rainha está morta, e a atmosfera da maior cidade do mundo está cinzenta do choro contido (...). Em 1837, quando ela subiu ao trono, havia ainda carroças; (...) as mulheres não possuíam legalmente nada de próprio; as pessoas tinham boas maneiras, os pobres viviam em pardieiros infectados; os infelizes eram enforcados por crimes insignificantes. (...) Duas gerações se passaram depois dessa data – as gerações que trouxeram os barcos a vapor, as chaminés de ferro, o telégrafo, as bicicletas, a iluminação elétrica, o telefone, e ainda os automóveis e uma grande acumulação de riquezas...! Sessenta e quatro anos que favoreceram a propriedade e criaram a alta classe média, que foi moldada, lapidada e polida para tornar-se idêntica à nobreza nos modos, na moral, na linguagem, no aspecto, nos hábitos, na alma... Uma grande época, que tudo transformou, salvo a natureza do homem e a natureza do Universo... Começava-se a ouvir uma música lenta e a procissão, silenciosa, iniciava seu desfile pelo parque. E, enquanto ele avançava, subia da multidão em longas filas, uma espécie de murmúrio e de lamentos, um som nunca escutado, tão espontâneo, tão primitivo, tão profundo, tão doloroso, que ninguém sabia se o tinha também exalado. Este era o tributo de uma época à sua própria morte. O domínio sobre a vida havia terminado. O que parecia eterno deixava de existir! A rainha! Deus a abençoe!”. (Engel, 1962)

XIV, o que poderia explicar, segundo alguns, o “temperamento aventureiro e bravo de nosso herói...” (Conrad, 1990). Segundo Rice (1990), “todos concordavam que Burton tinha uma aparência geral semelhante à dos ciganos. Os seus admiradores (...) tomavam suas intermináveis andanças como um sinal de seu sangue zíngaro”.

Devido a desentendimentos com seus superiores, o Coronel Burton teve seus soldos reduzidos, fato que, juntamente com problemas com os arrendatários de suas terras na Irlanda, e suas complicações respiratórias na sombria e esfumada Inglaterra (ele era asmático), leva a família a se transferir para a França. Iniciava-se o período de constantes deslocamentos dos Burton, o que, de um lado, dificultava a educação dos jovens Richard, Maria Catherine e Edward, mas, de outro, possibilitava o contato com idiomas e povos diferentes, e “desenvolia em Richard suas inclinações para a aventura e seu gosto pronunciado pela independência” (Conrad, 1990). Da França retornaram à Inglaterra, depois à França novamente, em seguida moraram em cidades da Itália e, por fim, voltaram à França. Lá ocorreu a ruptura familiar com a saída dos dois filhos para estudar na Inglaterra, Richard em Oxford, e Edward em Cambridge, ambas universidades muito ligadas ao ensino religioso. Antes disso, os dois jovens passaram por todo tipo de preceptores e educadores de pequenas escolas. Logo cedo demonstraram verdadeira

paixão pelas armas e traços de caráter violento.³ Burton lastimou todo o período de sua estada em Oxford, até sua expulsão, por protestar contra o autoritarismo dos diretores da universidade. “Tendo ido com a expectativa de estudos sérios, ele se deparou com gozações, bêbados e jogadores, trotes de veteranos e mestres retraídos e nervosos” (Rice, 1990). Mas foi em Oxford que Burton teve contato com pessoas que despertaram nele o interesse pelo Oriente e pelo misticismo. Sem grandes ajudas, iniciou o estudo do árabe, do persa e do hindustani. Ao mesmo tempo, em busca da própria fonte da existência e do sentido de sua presença na Terra, pesquisou a cabala, a alquimia, as várias formas do islamismo e o catolicismo. (Rice, 1990)

Com sua expulsão de Oxford, não havia como refrear as aspirações militares de Burton, e o coronel acaba consentindo seu alistamento nas Companhias das Índias Orientais, a enorme organização que detinha o monopólio das transações comerciais com as Índias e grande parte do Oriente. Burton começava, dessa maneira, a participar do jogo de forças entre as grandes potências mundiais, primeiro talvez inconscientemente, depois de maneira ativa.

As primeiras semanas na Índia foram de expectativas frustradas. A pobreza das cidades, a ociosidade, os entediamentos compromissos sociais em meio à pequena sociedade inglesa, tudo o desagradava. Com o tempo, no

³ Algumas passagens da detalhada biografia sobre o viajante, escrita por Rice (1990), ilustram essas inclinações dos dois irmãos: “Aos cinco anos (Richard) quis matar o porteiro por ter troçado de suas armas de brinquedo (p. 28). Os Burton brigavam com os moleques franceses com paus, pedras, socos e bolas de neve (p. 28). Aos nove anos, Richard era praticamente um delinqüente consumado. Tendo surrupiado a espingarda de seu pai, tinha como alvo velhos monumentos do cemitério e atirava nos vitrais da igreja (p. 30). Na escola Delafosse, as principais aquisições dos irmãos Burton foram ‘uma certa facilidade em usar nossos punhos e um desenvolvimento geral da brutalidade’ (p. 32). A esgrima se tornou o tópico favorito dos dois rapazes, usando floretes e espadas de verdade, e não de madeira”. (p. 33)

entanto, seu modo de encarar a situação começa a mudar. Burton dá início às suas observações e anotações etnológicas, passando a considerar tudo o que via na Índia e, mais tarde, em outras partes do Oriente, maravilhosamente interessante, exótico e pitoresco (Rice, 1990). Enquanto esteve no Oriente, Burton aperfeiçoou-se em diversos dialetos, estudou a fundo a religião hindu, chegando a receber, inclusive, o título de sacerdote brâmane. Dedicou-se também ao islamismo e ao sikhismo, além do catolicismo. Participou de ações militares em vários pontos da Índia, no Sind, na Pérsia, e adquiriu o costume de se vestir como os nativos, quando fora de suas atividades militares. “Ele experimentava infinitos disfarces, como um ator testando as ligeiras variações de um personagem” (Rice, 1990). Devido às suas habilidades nos disfarces e ao seu profundo conhecimento dos idiomas, costumes e religiões, Burton passa a desempenhar missões como agente secreto, participando de forma mais ativa do teatro geopolítico da época. Obtinha informações com facilidade, e “como mercador ambulante em seu camelo dispunha de um ótimo modo de medir distâncias” (Rice, 1990). Em 1849, depois de lutar por dois anos contra uma infecção nos olhos, e acometido por uma forte febre, Burton retorna à Inglaterra. Nos seus dois últimos anos de serviço esteve em Goa, na colônia inglesa de Ootacamund e em Bombaim, tendo-se submetido aos rigores da formação como sufista, pois já planejava conhecer a cidade sagrada de Meca sem usar disfarces, mas como um verdadeiro muçulmano.

Na Europa, Burton recupera-se dos males e passa os quatro anos seguintes retomando a esgrima e organizando suas numerosas notas, que dariam origem a quatro livros: **Scinde, or the unhappy valley, Sindh and the races**

that inhabit the valley of the Indus, Goa and the Blue Mountains e uma obra consagrada à arte da fauconeria (Conrad, 1990). Suas publicações não foram bem aceitas pela crítica especializada, não tanto por seu conteúdo etnográfico ou geográfico, mas por este aparecer muitas vezes permeado de observações sobre práticas e costumes sexuais, um campo “onde a Inglaterra vitoriana não se atrevia a entrar” (Rice, 1990). Nesse período conhece Isabel Arundell, moça de família nobre e religião católica, com quem viria a se casar. Por sua personalidade “voluntariosa e impetuosa” e por ser católica, Isabel será por toda a vida alvo de intrigas por parte da família de Burton e da sociedade inglesa. A família da moça também não via com bons olhos o relacionamento, já que conheciam algumas posições polêmicas de Burton, que era, além de tudo, um oficial de baixa patente. Entretanto, o espírito de aventura de Burton não se contenta com a vida calma da Europa e ele recomenda a planejar sua viagem a Meca.

Muitas coisas o atraíam a Meca. A curiosidade pelo famoso “quadrante vazio” dos mapas, a idéia do desafio de penetrar em uma região extremamente agressiva aos europeus sob todos os aspectos, a sondagem das possibilidades de se estabelecer um comércio de cavalos entre a Arábia e a Índia e, é claro, seu dever de muçulmano – o muçulmano deve visitar a cidade sagrada pelo menos uma vez antes de morrer. Conseguiu um financiamento da Royal Geographical Society, mas obteve apenas um ano de licença da Companhia das Índias, quando pretendia ausentar-se por três anos. Burton deixa então a Europa em direção a Alexandria, onde retoma a prática do árabe e se prepara para a viagem. Percorre 140 quilômetros em camelo pelo deserto de Suez, com um grupo de muçulmanos. Era

novamente um andarilho religioso. Chegando ao Mar Vermelho, toma uma embarcação de peregrinos em direção a Medina, onde chega depois de 21 dias com uma infecção em um dos pés que não o deixava caminhar. Estava na segunda mais importante cidade santa dos muçulmanos, que algumas vezes o observavam com desconfiança, depois de algum “deslize” em seus disfarces, mas seu conhecimento religioso e seus diplomas como muçulmano sempre dispersavam as dúvidas. Em uma longa caravana, de mais de 7000 peregrinos, passou dez dias no deserto até chegar a Meca, enfrentando a sede, a fome, o cansaço e os grupos de salteadores. A cidade é cuidadosamente descrita por ele, assim como o fervor religioso dos muçulmanos: “Em Meca não há nada de teatral, nada de operístico” – aqui ele comparava os ritos islâmicos e os católicos, principalmente em Roma – ‘e tudo é simples e marcante (...) voltado, creio eu, à maneira deles, para o bem’” (Rice, 1990). Depois de cumpridas suas obrigações religiosas e feitas as observações, Burton dirige-se para o Cairo e depois para Bombaim. Afinal, o prazo concedido esgotava-se. Entretanto, ainda no Egito, tinha lançado o plano de sua próxima expedição: atingir as nascentes do Nilo, passando por Harar, cidade até então proibida aos brancos e cristãos. Além desses fatos, que eram para ele um estímulo, em Harar funcionava um lucrativo mercado de algodão e café, que poderia interessar à Companhia das Índias e à Inglaterra. Depois de meses de preparativos e de conversações com a Companhia e o governo inglês, Burton parte de Aden na companhia de mais dois ingleses, além dos criados, um deles o explorador Speke. A viagem se mostra como a mais perigosa até então, e o grupo enfrentou, além dos problemas constantes de saúde, algumas per-

seguições e o tratamento rude e sempre desconfiado dos somalis. “No deserto somali, onde os ataques eram freqüentes, os nômades matavam até mulheres grávidas” (Rice, 1990). A caravana atinge Harar depois de mais de um mês de penosa viagem. A recepção não foi nada calorosa, mas com sua habilidade no árabe e seu conhecimento da religião muçulmana (afinal, já tinha ido a Meca), acabou conseguindo a confiança do príncipe local. Coletou suas informações e, depois de uma difícil viagem de regresso, estava novamente no litoral. Escreveu diversos trabalhos para a Royal Geographical Society e relatórios secretos ao governo de Bombaim sobre a viabilidade de ações inglesas no chamado “chifre da África”. Ele reafirmaria, também nos seus escritos, sua posição em relação à escravidão, frisando as desvantagens para o comércio e as atrocidades cometidas contra mulheres e crianças escravas (Rice, 1990). Se, por um lado, Burton era contra a escravidão, por outro acreditava na superioridade das raças européias, “refletindo com violência os preconceitos correntes contra negros, judeus e asiáticos”. (Rice, 1990)

Em Aden, Burton começa a organizar a expedição rumo às nascentes do Nilo e obtém financiamento da Royal Geographical Society. Entretanto, na etapa preparatória, seu acampamento é atacado por nativos e um inglês é morto. Burton e Speke saem gravemente feridos, o primeiro por um dardo no rosto, e o segundo por golpes de lança. O plano tem que ser adiado e Burton, chefe da expedição, é por muitos responsabilizado pelas perdas humanas e materiais. O aventureiro tem que retornar à Inglaterra, onde se recupera rapidamente, para logo depois voltar ao Oriente, dessa vez para se juntar às forças inglesas, francesas e turcas na Guerra da Criméia, contra a

Rússia. Findos os combates, em que morreram 250.000 soldados aliados, Burton está de volta à Inglaterra e recomeça a organizar a expedição. Contacta Speke e consegue verbas dos governos inglês e indiano. Um novo grupo é formado em Zanzibar e parte para o interior do continente africano.

A viagem foi a mais difícil por ele executada. Os motins dos carregadores, a malária, a febre dos pântanos, a morte de animais, a deserção de empregados, a quebra de equipamentos, o calor e a umidade exagerada foram algumas das dificuldades. Apesar de muitas vezes não conseguir nem mesmo se locomover, procurava sempre descrever cuidadosamente as paisagens e, segundo Rice (1990), “nenhum etnólogo posterior, com mais tempo e recursos, se equiparou à perspicácia, pormenorização e curiosidade de suas notas sobre a própria essência da vida das aldeias africanas”. Atingem, finalmente, as margens do Tanganica mas, diante do seu estado de saúde, da escassez dos mantimentos e dos recursos, e da impossibilidade de conseguir uma embarcação adequada, Burton decide retornar. No caminho de volta, durante curta estada em uma vila árabe, Burton designa Speke, em melhores condições físicas, para explorar um lago que os nativos diziam existir mais ao norte. Speke descobre o lago que batizou Vitória, e passou a considerá-lo a origem do Nilo, ainda que sem provas suficientes. A posição intransigente de Speke e o ceticismo de Burton tornam impossível a convivência dos dois, que passam a ser grandes rivais. Chegando em Londres, Speke publica rapidamente alguns trabalhos tomando para si todos os méritos da expedição. Burton chega semanas depois e encontra Speke como uma celebridade que a todo momento difamava o ex-companheiro.

Nesse período na Inglaterra, Burton recu-

pera-se aos poucos dos vários males e recomeça a organizar suas inúmeras notas. Escreve então **Lake regions of Central Africa** e vários artigos. Encontra novamente Isabel e falam em casamento, apesar da discordância dos Arundell. Mas sua estada na Europa dura pouco. Convidado por seu amigo Steinhau-ser, parte para os Estados Unidos. Os motivos seriam o desgosto com os acontecimentos na Inglaterra, dos quais Speke era o protagonista, sua eterna paixão pelo desconhecido e uma vontade de conhecer a religião dos mórmons. O viajante percorre por meses o sul dos Estados Unidos, deixando pouquíssimos registros, o que levou alguns a sugerir que ele estivesse constantemente em estado de depressão e embriaguez (Rice, 1990). Por fim, resolve seguir para o norte, à procura dos mórmons, e depois para o oeste, recomeçando suas anotações de maneira intensa e entusiasmada. Essas dariam origem ao detalhado **The city of the saints and across the rocky mountains to California**. Dessa vez, o contato com nativos foi reduzido, embora ele torcesse a todo tempo para sua diligência ser atacada por índios (Rice, 1990). Burton retornaria à Inglaterra com a saúde recuperada e, pouco tempo depois, estaria casando-se com Isabel, desafiando a mãe da moça e causando um pequeno mal-estar, pois, afinal, Isabel era católica, e católicos sofriam ainda o preconceito por parte dos protestantes. O viajante procurava agora seguir a carreira diplomática, desejando ser designado cônsul em Damasco, mas acaba indicado para representar a Inglaterra na ilha de Fernando Pó, no oeste africano, onde passará os anos seguintes, encontrando-se poucas vezes com Isabel. Diante do relativo desinteresse dos ingleses pela região e das enormes dificuldades em lidar com as tribos locais – várias vezes Burton deixava aflorar seus

sentimentos hostis em relação aos negros –, ele acaba deixando as atividades diplomáticas em segundo plano, empreendendo várias viagens e escaladas. Seu esforço em chamar a atenção dos ingleses para a região parecia vão, mesmo depois que ele apontou as possibilidades de exploração de ouro, que já o interessavam, na chamada Côte D'or. A vida na África o desgastava e o mantinha longe de Isabel. E foi graças à insistência desta junto às autoridades que Burton é transferido para Santos, onde poderiam viver juntos.

BURTON NO BRASIL E EM MINAS

Burton e Isabel estabelecem-se primeiramente em Santos, mas logo transferem-se para São Paulo. O casal se aproxima do imperador e da imperatriz brasileiros e Burton dedica-se às atividades consulares e a traduções, inclusive de trechos da obra de Camões. A julgar pelo **Ensaio preliminar**, que precede a narrativa de suas viagens no Brasil, sua impressão do “mais novo dos impérios e a única monarquia do mundo” é bastante favorável. Ele se refere ao Brasil como “ricamente contemplado com belezas naturais e riquezas materiais ainda enterradas em seu seio (...), esplêndido em posição geográfica, parecendo ser o filho predileto da Fortuna”. A iniciativa de partir para o interior nasce do interesse de Burton pelo ouro e o diamante, explorados em Minas pelas companhias inglesas e, é claro, de seu desejo aventureiro de conhecer o sertão, o São Francisco e Paulo Afonso, a “Niágara do Brasil”. Sua expedição é feita em duas partes: a primeira, em companhia da mulher, saindo do Rio de Janeiro e passando pela região mais desenvolvida e conhecida de Minas Gerais e, a segunda, partindo de Sabará,

de canoa, em direção aos sertões do São Francisco, pelo qual navega até o Atlântico.

BURTON EM MARIANA E OURO PRETO

As anotações referentes a essa etapa de suas viagens no Brasil ocupam 39 páginas da **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**.

O casal Burton chega a Mariana em meados de 1867, proveniente de Morro Velho (Nova Lima). Em Mariana passam alguns dias hospedados no Hotel Marianense. Deixando o hotel, dirigem-se a Ouro Preto, passando pela vila de Passagem de Mariana, construída em função da Mina de Passagem, então bastante dinâmica. Lá se hospedam na casa-sede da “Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Limited)” de propriedade do inglês Mr. Symons. Passam alguns dias conhecendo os serviços da mineração e partem para Ouro Preto, onde se hospedam na casa do Comendador Paula Santos, “hospedeiro e Recebedor Geral dos ingleses em Ouro Preto”. Na capital da província demoram-se mais alguns dias, suficientes para um rápido reconhecimento da localidade e dos seus arredores.

Nas suas 39 páginas de impressões sobre essa parcela de Minas Gerais, Burton trata com maior atenção sete principais aspectos da paisagem: os históricos, os da paisagem natural, os da paisagem urbana, os arquitetônicos, os econômicos, os religiosos e os do povo.

Aspectos históricos

O autor dedica, além das linhas sobre a história das localidades, várias páginas a respeito da Inconfidência Mineira, sobre a qual seu relato foi, segundo ele, a primeira publicação em inglês. Burton relaciona o movimento com o contexto mundial (“isso aconteceu em 1788,

meia geração depois que a Lei do Porto de Boston, o Plano da Fome e as Caixas de Chá levaram à Guerra do Rei e provocaram uma tempestade que abalou o velho sistema colonial do mundo. (...) o espírito de emancipação passou, como uma faísca elétrica, ao Brasil, onde a ‘analogia de situação’ foi, sem demora, reconhecida”); descreve os 12 principais inconfidentes, enfatizando Tiradentes (“era o verdadeiro sangue mineiro, de presença simpática e temperamento sanguíneo-biliioso. Estudou em escolas militares da França e ali amadureceu o projeto de uma Pan-América, acrescentando Minas à lista de repúblicas encabeçadas pelos Estados Unidos”) e trata do momento da execução do “cabeça da rebelião”, não sem uma visão romântica do episódio:

Suas últimas palavras, depois de repetir, com o confessor, o Credo de Atanásio, foram: “Cumprir a minha palavra, morro pela liberdade”. A gloriosa confissão foi abafada por um rufar de tambores e soar de cornetas. Às 11 horas foi enforcado até a morte, decapitado e esquartejado, por um carrasco negro e seus ajudantes.

Aspectos da paisagem natural

Burton destaca as características geológicas, do relevo, da vegetação, e sobretudo do clima das regiões percorridas. Caracterizações geológicas são bastante raras em suas obras anteriores, mas estão sempre presentes quando se trata da paisagem mineira. São comuns as referências sobre a litologia (“As camadas inferiores eram de ardósia micácea escura, que mais acima mudava de cor e se misturava com o simples cristal de rocha”), e ao ângulo de inclinação das camadas (“A direção geral era com inclinação norte 51° leste e foram nela encontrados quatro *shoots* ou linhas de ouro”). O destaque para a geologia deve-se, em gran-

de parte, à sua importância para a atividade mineradora.

A vegetação, que mereceu destaque nas descrições sobre a paisagem do Quadrilátero Ferrífero, é tratada com maior detalhe, ao lado do relevo, durante o trajeto Mariana – Passagem de Mariana. Burton já distingue, ao lado da “mata virgem”, a existência de uma vegetação secundária: “A região tem aquela beleza monótona, primitiva e selvagem, como Atala ou Iracema, da qual nossos olhos estavam se cansando. Nossa admiração pelo inanimado já vinha se exaurindo; a beleza selvagem, a magnificência da floresta virgem, a graça uniforme da segunda vegetação começavam a nos enfadar; estávamos cansados da grande montanha, do pitoresco morro e mesmo dos prados docemente ondulados. A verdade é que sentíamos falta da humanidade; para falar a verdade, precisávamos de um pouco de feiúra, para descansar de tanta beleza”. Além do trecho acima sobre o relevo, que é breve, mas abrange as três principais feições da geomorfologia da área (cristas, colinas e campos “levemente ondulados”), as características da morfologia aparecem sempre na caracterização dos sítios urbanos: “Mariana fica abaixo, estendida pelas belas encostas ocidentais e alcançando o fundo do vale por onde serpenteia o Rio Vermelho, rumo ao norte”. Nessa última descrição encontram-se referências sobre a hidrografia, quase sempre associadas pelo autor ao relevo (“Essa bacia [onde se localiza Mariana], situada em um contraforte da Serra do Itacolomi, que a fecha ao sul, está a 800 metros acima do nível do mar”) ou à atividade mineradora e seus danos, como no caso do Ribeirão do Carmo, em Mariana, segundo o autor comparado pelos poetas ao Mondego, o “rio amoroso” que, ao amaldiçoar o deus Apolo, que raptara a ninfa Eulina, foi punido

por este que ensinou os homens a ferir as margens do rio, à procura de ouro e pedras preciosas e a manchá-las de sangue.

O tempo e o clima recebem referências constantes pois, além de sua importância para a caracterização da paisagem, têm influência direta no andamento das viagens. Na sua descrição geral de Ouro Preto, Burton dedica várias linhas às características do clima: "(...) a altitude, o relevo, os acidentes do terreno e a sua situação peculiar tornam a cidade sujeita a variações diárias extremas e a grande incerteza. Ora é o sol da Itália, ora os nevoeiros da Inglaterra". São apresentados dados de temperatura (mínimas e máximas diárias "de 58 a 84°F") e suas impressões sobre a taxa de evaporação ("excessiva, resultando da baixa pressão atmosférica"), sobre a circulação atmosférica ("a vizinhança das montanhas expõe a cidade às fortes correntes aéreas vindas do Atlântico") e a umidade do ar ("é difícil impedir que a roupa não embolore, a não ser que seja guardada em caixas hermeticamente fechadas"). Interessantes também são as relações, bastante características da época, entre o clima e a salubridade do local ("A respeito da salubridade do clima [de Ouro Preto], as opiniões divergem muito. Entre dois amigos brasileiros, de há muito aqui residentes, um elogia muito o clima, dizendo que não existem moléstias endêmicas, ao passo que o outro afirma ser um clima perigoso, especialmente nas mudanças de estação, em abril e novembro, e fecundo, durante todo o ano, em bócio e tísica pulmonar") e as relações, deterministas, entre o clima e as atitudes e iniciativas das pessoas:

Os homens que vivem longo tempo nos trópicos muitas vezes caem em um hábito de vida nervoso e solitário; de fato, a dificuldade é impedir que isso aconteça. (...) Meu excelente

amigo, o Tenente-coronel Hamerton, de Zanzibar, todas as noites resolvia arrumar as malas no dia seguinte cedo, até que, incapaz de fazer tal coisa, morreu.

Aspectos da paisagem urbana

Burton aborda aqui os aspectos gerais das cidades, compreendendo as condições e aparências das habitações, o arruamento e os sistemas de fornecimento de água e de iluminação. Segundo ele, Mariana faz lembrar, em sua chegada, "a velha e pitoresca Coimbra. As casas, aqui brancas, ali vermelhas, cor-de-rosa e amarelas, sobem em degraus, a partir da margem direita do Ribeirão (...) e parecem se apoiar e se misturar com as viçosas filas e moitas das copadas jabuticabeiras, coqueiros, bananeiras, laranjeiras e arbustos cobertos de flores". Ouro Preto, certamente observada com olhares mais críticos, por ser a capital da província, à distância

não passa de uma grande aldeia (...), uma única rua, construída à moda de Minas, ao longo da estrada real e perto da água necessária à lavagem do ouro. Parece-se, assim, com uma cidade provinciana, co-mo existem muitas em Minas, iguais em população e superiores em importância. Também ali, como naquelas localidades do interior, a vida é algo "... mais dormente que a erva/ Que nas margens do Lete se enraíza". A falta de terreno faz com que as casas brancas que se agarram aos rochedos (...) subam e desçam, ocupando cortes feitos nos contrafortes da elevação principal, que caem perpendiculares. Aqui, elas se espalham pelas alturas, ali desaparecem nas sombras abaixo de nós. Falta à perspectiva toda a graça e a grandeza de uma cidade. (...) As casas são construídas em grupos desiguais, raramente ocupando o mesmo plano; daí a irregularidade, que se estende mesmo ao nível da rua. (...) Não se pode presumir que o homem tenha nascido gostando de ruas tortas e praças irregulares.

Mas, apesar de tudo, Burton parece ter captado bem o espírito barroco da então capital de

Minas: “É, no entanto, singular, cheio de surpresas e, de certo modo, romântico e pitoresco, plenamente mineiro”.

O autor refere-se às condições do arruamento em quase todas as cidades por onde passou. Em Mariana, “o calçamento é realmente mau – bom apenas para os pedicuros” e, em Ouro Preto, “a rua São José (...) tem um bom e moderno macadame; contrasta com o resto da cidade, onde os cruéis pedregulhos são semelhantes aos nossos calçamentos com as pedras de carvão; a gente parece estar ‘pisando em ovos’”.

O fornecimento de água era feito através dos chafarizes, que eram também marcos e obras de arte. Burton refere-se algumas vezes aos mesmos e à qualidade da água. Em Mariana, esboçando também uma preocupação de caráter ambiental, o viajante afirma que “oito chafarizes fornecem à cidade uma água levemente ferruginosa, e onde há escassez (de água), essa provém do desmatamento excessivo”. Ainda nessa cidade, “alguns chafarizes são antigos e curiosos, enfeitados com del-fins esculpidos e pintados, que contrastam vivamente com as modernas estátuas e peças fundidas das ‘cidades atlânticas’ do Brasil” e, em Ouro Preto, são citados o “Chafariz de Água Férrea, cujo velho frontão e longa inscrição certificavam as virtudes de sua água ferruginosa” e um chafariz da Rua dos Contos, cuja “água é melhor que o latim” das inscrições no frontão.

Quanto à iluminação, Burton faz apenas uma referência: “A iluminação (de Ouro Preto) é má, pior que a de São Paulo; cada lâmpada deveria ser igual a seis, e não a três velas de estearina, e muitos dos postes estão caídos”.

A sentença final do autor para a cidade de Ouro Preto não é positiva: “Fisicamente, Ouro

Preto não é digna da vasta Província que comanda (...). Quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor, mas não é fácil, como já disse, encontrar-se um ponto central adequado para tal fim”.

Aspectos da arquitetura

Richard Burton dedica várias linhas à apresentação das características arquitetônicas das cidades de Mariana e Ouro Preto. A habitação considerada padrão nas cidades da região é descrita, em detalhes e com humor, da seguinte maneira:

As paredes se elevam como se fossem feitas de papelão, retas a partir do chão e, em algumas delas, a barra colorida em baixo, com 70 a 90 centímetros de altura, parece um lambril externo. Nos telhados, uma fila de telhas é disposta em posição convexa, dominando a vizinha, côncava, e as beiradas são presas com cimento; barrotes que saem da parede suportam uma tábua horizontal, sobre a qual fica o beiral do telhado, proeminente, para a proteção dos alicerces; a parte mais baixa é revestida de tábuas e caiada, e, se a casa pertence a um janota, ou dândi, o beiral do telhado é pintado, embaixo, de vermelho. Não há calhas para desviar a água das chuvas, que se despejam, prazerosamente, no chapéu ou guarda-chuvas dos transeuntes. (...) A maior parte delas tem um andar superior, exceto nos subúrbios (...). No centro da cidade (de Ouro Preto), quase todas apresentam vidraças e tetos forrados com esteiras de taquara; nos subúrbios, as casas são baixas e pequenas, algumas carecendo, mesmo, de assoalho.

Os templos religiosos não são descritos por Burton com o destaque que se poderia esperar. Na verdade, o viajante é bastante crítico ao julgar esses edifícios. A Igreja de São Pedro, em Mariana, por exemplo, tem, segundo ele, um projeto que “revela uma tentativa de arte, ao contrário das outras, que cresceram bastante para deixar de ser simples prédios desordenados, sem adquirirem a majestade

dos templos". Em Ouro Preto, Burton apresenta de forma breve quase todas as igrejas, detendo-se mais tempo em duas delas: a de Nossa Senhora do Pilar, "esse velho e primitivo templo", e a de São Francisco de Assis. A primeira, cujas "únicas partes dignas de admiração são as portas de madeira de lei, e estas estão precisadas de lavagem e pintura. (...)", tem seu interior descrito pela Sra. Burton: "Há dois bonitos púlpitos e quatro lâmpadas de prata pendem diante dos seis altares laterais; estes últimos são do gosto antigo, tendo esculpidos anjos e outras figuras grotescas". A segunda possui, segundo Burton, um exterior bonito, "mas a fachada saliente apresenta duas colunas jônicas desgraciosamente convertidas em pilastras. Na entrada, há esculturas de esteatita (esculpidas) pelo indefectível Aleijadinho, mostrando a visão do Padroeiro e, acima, uma cruz sepulcral (...)". Burton reserva ainda algumas linhas para o Palácio do Governo, cuja fachada "parece um 'château-fort', e no interior havia pouca coisa a notar, a não ser o surpreendente tamanho das enormes escarradeiras de meio alqueire (sic) de medida"; para o edifício da cadeia ("belo e sólido prédio antigo"); e para o teatro municipal, "ocupado por amadores, que representam sempre corretamente, às vezes muito bem" e cujo interior "é no estilo democrático dos Estados Unidos (...) todas as fileiras de poltronas são abertas, e o único camarote é o do Presidente da Província, que fica em frente ao palco". Burton afirma preferir essa disposição

ao exclusivismo europeu de galerias e frisas; a perspectiva é mais agradável e a ventilação é melhor, o que é uma grande coisa; além disso, a civilização aqui não exige o "traço a rigor" para fazer a "seleção", e o feitio do nosso casaco não determinará se somos importantes ou não.

Aspectos econômicos

O viajante se concentra, não sem motivos, na descrição da atividade mineradora. Além de esta ser, naquela época, a mais importante atividade econômica na região, era executada, sobretudo, por companhias de capital proveniente da Inglaterra de Burton e, como já foi dito, Burton teria, desde sua estada no oeste africano, uma grande curiosidade pelos assuntos relativos ao ouro. A mineração do ouro em Minas apresentava uma lenta recuperação depois do período de decadência do final do século XVIII e início do século XIX, quando o ouro "de aluvião" deixou de ser facilmente encontrado. A exploração tinha, a partir de então, de ser feita na fonte, exigindo quase sempre elevado capital: "As montanhas auríferas só podem ser exploradas por companhias". Burton descreve detalhadamente, em algumas páginas, os trabalhos na Mina de Passagem de Mariana, apresentando descrições dos procedimentos técnicos, do panorama financeiro e dos últimos investimentos da Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Limited), além das precárias condições de trabalho nas profundas galerias, onde

a escuridão, o pálido clarão das luzes, a falta de ar, o cheiro peculiar de enxofre e os cantos selvagens (dos escravos), as paredes pendentes como o rochedo de Sísifo e a espada de Dâmocles, tudo sugeria uma espécie de inferno material de Swedenborgian.

O comércio e os serviços nas duas localidades parecem apresentar o mesmo panorama: em Mariana, "o negociante debruça-se, com os cotovelos no balcão, e olha vagamente a rua, ou medita e fuma, juntamente com um amigo ou amigos, sentados em tamboretas, mais perto da porta" e, em Ouro Preto, "os alfaiates, sapateiros e demais artesãos trabalham sentados à porta ou junto das janelas,

tão baixas que se parecem portas, e empregam metade do tempo conversando com algum amigo que passa. São comuns as lojas de ingleses, e há, como é hábito nessas cidades abastecedoras, um pequeno comércio retalhista que vende tudo o que é necessário ao tropeiro ou ao sertanejo”. Apesar das críticas, Burton afirma que pouco observou “da decadência que Mr. Walsh assinala em 1829 e que fez com que os viajantes afirmassem que Vila Rica tornara-se Vila Pobre”.

A atividade agrícola é fraquíssima, devido às características físicas da região. As únicas referências no texto de Burton são que “as terras em torno da cidade (Ouro Preto) são improdutivas”, e que parte da pequena população do povoado de Passagem de Mariana, que abandonou a mineração, “dedicava-se a plantar, para abastecimento da capital”, certamente em escala muito pequena.

Aspectos religiosos

Sabe-se que Burton era extremamente interessado nas questões religiosas e, mais uma vez, manifesta essa sua característica durante a estada em Mariana e Ouro Preto. O capítulo relativo à primeira cidade é quase todo dedicado a aspectos religiosos, não por acaso, pois Mariana era e ainda é sede de bispado em Minas. Na primeira parte dedicada a esse assunto, Burton apresenta a longa relação dos vários bispos de Mariana, desde 1741 até o bispo de então, Dom Antônio Ferreira Viçoso: “O venerando sacerdote, que conta 80 anos de idade, ainda era português nas feições e na pronúncia, tinha o olhar brilhante e inteligente, e o rosto calmo e intelectual”. Segundo Burton, “o reverendíssimo é muito conceituado e muito tem feito pela educação eclesiástica, nesta e em outras províncias” e “podemos, sem medo de errar, juntar a nossa à pre-

ce geral: ‘Deus conserve seus dias!’”. Deixando o Palácio Episcopal, Burton e sua mulher são conduzidos por um sacerdote ao Seminário, “notável por sua beleza e ordem”, e depois para o orfanato das irmãs São Vicente de Paulo, onde funcionavam também um hospital e a escola para meninas e moças, e “onde tudo estava muito bem arrumado, e não poderia haver maior limpeza”. Mas o viajante inglês não perderia a chance de criticar o ensino religioso, do qual se considerava uma “vítima”. Segundo ele, os

brasileiros que mandam as filhas para esses centros de instrução, porque não podem achar coisa melhor (...), manifestam-se abertamente contra o sistema de espionagem posto em prática em tais lugares e têm outras objeções que, por decência, não podem ser mencionadas. (...) Depois de seis a oito anos de estudo, a moça sai em um peculiar estado de ignorância e imbuída de certas notáveis superstições e idéias ascéticas, tais como o desgosto pela sociedade, aspirações à vida religiosa, que, em um país jovem como o Brasil, têm que ser fortemente repelidas, e um ‘engouement’ pelo sofrimento e mortificação já de todo fora de moda.

Aspectos do povo

As impressões do viajante inglês do povo mineiro e do brasileiro em geral foram quase sempre bastante positivas:

Encontrei no Brasil outro sintoma de forte e saudável vitalidade nacional. O povo leva a cabo uma guerra implacável; não têm idéia do estado de “Descanço e sê grato”. Equilibra o “Seja o que for, é bom” pela equação “Seja o que for, é mau”. Não é, no entanto, nem otimista nem pessimista. (...) Estão dispostos a educar os filhos, ao contrário das terras em que os médicos políticos deixam os pacientes morrer, enquanto brigam, discutindo o meio de salvá-los – que medicamento deve ou não deve ser aplicado. Eles emanciparão suas mulheres e as converterão em “pessoas”. Lutarão contra o pauperismo e estudarão meios de fazer com que as massas populares al-

cancelam os elevados padrões de vida da Prússia e da Bélgica. Assimilam (assemelham?) seu exército ao da França e não conservam um "simulacro de exército", ou um "exército de desertores". Há tudo de se esperar de uma raça disposta a progredir rumo a tão alto ideal.

Mas, ao mesmo tempo, há quadros que não condizem com essa expectativa, que Burton parece considerar como questões de menor importância ou de fácil resolução, que não significariam obstáculos para a vocação desenvolvimentista da jovem nação: (em Mariana), "pretas velhas erravam, arrastando os molambos, e notamos vários homens brancos descalços, espetáculo muito raro no Brasil" ou "no domingo houve a missa da madrugada, para os muitos esfarrapados que não gostam de mostrar seus molambos em hora mais adiantada (...)" ou, ainda, "dizem que as primeiras palavras que o estrangeiro aprende no Brasil são: 'paciência', 'espere um pouco' e 'amanhã'".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte da documentação existente sobre as paisagens do Brasil do século XIX deve-se aos relatos de viajantes europeus. Uma enorme atração pelo desafio, a busca por reconhecimento no meio científico, a curiosidade pelo "exótico" e "pitoresco" e, é claro, a participação na luta pela abertura de novas áreas de influência ou dominação para as gran-

des potências eram os principais estímulos para esses exploradores. O globo precisava ser conhecido em sua totalidade, por mais inóspitas que fossem certas regiões, e nesses desafios cada explorador levava, quase sempre, além de seu nome, a bandeira – ou, pelo menos, os interesses – de seu país.

Sobre o Brasil foram deixados relatos e ilustrações riquíssimos, tanto sobre seus aspectos etnográficos, geográficos, geológicos, botânicos, zoográficos, econômicos, quanto sobre a vida cotidiana do brasileiro. Toda essa documentação vem sendo resgatada nas últimas décadas, com a publicação de várias dessas obras, em sua totalidade ou em parte, para o proveito dos historiadores, de todos aqueles cuja dimensão histórica é importante para sua pesquisa e também daqueles que querem conhecer um pouco mais do passado de sua região, seu Estado ou seu país.

Entretanto, sobretudo nos trabalhos científicos que façam uso dessa bibliografia, é importante ter sempre em mente que essas fontes são fruto de uma experiência individual da paisagem e que a atividade perceptiva do indivíduo, como afirma Collot (1990), é responsável por uma seleção, interpretação e organização da massa de informações que chega aos sensores. Esse processo se faz de acordo com as características fisiológicas, os "filtros perceptivos" (construídos em função das experiências pessoais e socioculturais) e o conhecimento do observador.

Referências bibliográficas

- ALBA, André, ISAAC, Jules, BONIFÁCIO, Antoine. **Histoire contemporaine: 1852-1939**. Hachette: Paris, 1953. 713p.
- BURTON, Richard Francis. **Voyages à la mecque et chez les mormons**. Paris: Pygmalion/Gerard Watelet, 1991. 235p.
- BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 366p.
- BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. 359p.
- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 20, n. 39, p. 21-32, 1990.
- ENGEL, Claire-Eliane. **La Reine Victoria**. Paris: Tardy A. Bourges, 1962. 187p.
- NERÉ, Jacques. **História contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 500p.
- RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 524p.

PERCEPÃO GEOGRÁFICA – IMAGEM TURÍSTICA DE ITANHAÉM

Mirna Lygia Vieira*
Lívia de Oliveira**

RESUMO

O tempo livre do mundo moderno parece estar marcado pelas viagens, não só para descobrir lugares, mas para conhecer paisagens diferenciadas e verificar suas particularidades e potencialidades, através da percepção geográfica.

Palavras-chave: Percepção geográfica; Itanhaém; Viagem turística.

Por que uma localidade ou região torna-se turística? Essa indagação tem sido respondida pelos diversos estudiosos do assunto de maneiras às vezes diferentes, às vezes complementares.

Para alguns autores, as pessoas que exercem atividades repetitivas durante o ano todo necessitam de um período de férias para quebrar a monotonia de seu trabalho, para recarregar a bateria, como muitos afirmam. Daí surge uma segunda indagação: quais as razões pelas quais as pessoas escolhem certos lugares em detrimento de outros?

Com as conquistas tecnológicas, a vida moderna pode ser previsível. As férias, conquistadas pela divisão do trabalho e pela legislação trabalhista, significam uma parada no previsível. Automóveis, trens, aviões e navios têm permitido deslocamentos para lugares mais dis-

tantes, oferecendo oportunidades de se conhecer novos cenários, pessoas com outros costumes. Fica-se a par de novas culturas, amplia-se o conhecimento a respeito do mundo.

O imprevisível do mundo moderno é diferente de quando o homem singrava o oceano em busca de novas terras a serem descobertas, de quando vivia no campo sem previsões para sua colheita, de quando não se podia antever o que estava além de seu território já conquistado. Atualmente, se o homem vai para outra localidade, é informado sobre o que irá encontrar, o clima e até as roupas que deverão ocupar sua bagagem. O imprevisível será a maneira como a área está arranjada, as novidades que o lugar oferecerá, as novas paisagens que se descortinarão ao olhar.

Mercer (1976, p. 438-440), ao buscar explicações para as saídas temporárias das pes-

* Professor Assistente Doutor, Departamento de Geografia – Unesp, Rio Claro.

** Professor Titular aposentada, Departamento de Geografia – Unesp, Rio Claro.

soas, conclui que a resposta está na psique. O cérebro humano é programado para rejeitar a monotonia. Sem a mudança temporária, sem a possibilidade do imprevisível, as funções cerebrais tornam-se ineficientes e, provavelmente, a pessoa entra em um processo de estresse. Nessa programação do cérebro está a chave para a compreensão dos deslocamentos ocasionais que ocupam atualmente o tempo livre das pessoas.

Rimbert (1973), por outro lado, afirma que o sair e o voltar para o rotineiro que o turista procura, devem também provocar uma certa inquietude: língua não habitual, cardápios enigmáticos, vegetação exótica, costumes novos. São tantos os aspectos de interesse quanto os de apreensão. Um dos paradoxos do turismo reside na necessidade de sair do habitual, preocupante, e na certeza da volta à rotina tranquilizadora. É para sua tranquilidade que o turista aceita o intérprete que se expressa em sua língua materna, que procura o conforto da morada que deixou em seu lugar de origem. Isso ocorre de tal maneira que se chega a transportar a própria paisagem cotidiana e pessoal, eliminando-se, em parte, o efeito da aventura.

Qual seria a imagem turística de um lugar? Quem trabalha com o espaço turístico traduzido por imagens é o geógrafo tunisiano Miossec (1977, p. 55-70). Esse autor analisa a imagem sob dois aspectos: a imagem que os turistas fazem do espaço turístico e a imagem que os organizadores de viagens produzem desse espaço.

Para o autor, a imagem turística é complexa, pois refere-se a um sonho refletido nos cartazes, nos guias, nos folhetos, nos livros e filmes, com suas cores, movimentos e encantamentos. A imagem e sua evocação são cheiros, sons e sensações fixados pelos turistas,

imagens às vezes percebidas com inquietude e surpresa pelas populações locais.

Assim Miossec reconhece três grandes tipos de imagens turísticas: global, tradicional e atual. Cada um desses tipos diz respeito a uma conduta individual e grupal.

A imagem global corresponde às aspirações do ser humano por ultrapassar seu limite de domínio, de conhecimento do mundo. A busca de lugares torna-se mais freqüente quando o lugar em que se está estabelecido transforma-se em familiar e a pessoa o domina sem dificuldades: sai e consegue voltar, sem se reter, conscientemente, a pontos de referência. A familiaridade com o lugar faz com que sinta necessidade de sair, de conhecer novas paragens.

A saída do ambiente habitual envolve uma ambigüidade: a pessoa quer sair, mas quer segurança. Por outro lado, o indivíduo não é capaz de apreender uma imagem complexa ou imprevisível. Por conseguinte, a imagem turística não pode ser banal em demasia e assim tornar-se aborrecida; tampouco original demais e assim incompreensível. Os pontos de referência devem tranquilizar e pôr à vontade o turista no mundo exótico.

A imagem turística global nasce do desejo de se conhecer novos lugares, da possibilidade de se escapar do lugar em que o indivíduo é, onde ocupa um papel na sociedade. Além do mais, a sua saída é vista como status junto ao grupo do qual faz parte. Assim, da necessidade de se conhecer novos lugares é que nasce a imagem global.

Já a imagem tradicional é proveniente das experiências, da vivência da pessoa. A imagem tradicional fixa-se lentamente, ao longo de séculos. A cultura do turista permite-lhe um entendimento de toda a riqueza da paisagem. A imagem turística de um lugar carrega

em si um poder evocador, inscrito nas profundezas psicológicas de cada indivíduo. Cada camada social valoriza o espaço de um modo específico. A imagem é transmitida pelos costumes e moldada através dos tempos.

A paisagem encerra por si mesma uma imagem: um certo tipo de construção é tido como característico de um ou outro lugar. As primeiras cidades dos países colonizados por portugueses e espanhóis são marcadas pela praça central ampla, dominada pela igreja. Os museus encerram objetos significativos da trajetória de um povo. As paisagens bucólicas inglesas, representadas nas telas dos pintores, o erotismo das praias francesas, notadamente a Côte d'Azur, paraíso dos artistas famosos, tudo isso é fator de formação da imagem tradicional. Assim, uma leitura sistemática da imagem dos lugares na literatura, na história, nos filmes, na música e na pintura, um estudo de seus cheiros e suas cores, de sua luminosidade se faz necessário porque carrega o poder do espaço evocador e é apreciado pelos visitantes.

A qualidade da imagem de um lugar turístico varia segundo a distância que separa esse lugar da residência habitual do turista e igualmente da área lingüística e cultural a que pertence um determinado lugar. A imagem depende ainda da instrução do indivíduo e da riqueza do objeto, posto que signos e símbolos desfilam em todos os lugares.

A imagem tradicional é moldada pelos tempos, transmitida pelos costumes, variando de forma escalar, dentro e fora dos países. Nas áreas turísticas brasileiras, a imagem do selvagem, do intocado, do natural põe em destaque a Amazônia. A densa floresta amazônica firma-se cada vez mais como imagem de atração permanente, com sua rica fauna e flora.

As classes sociais mais abastadas contri-

buem para a fixação da imagem tradicional: membros dessas classes descobrem um local; aos poucos, as categorias sociais médias e mais baixas freqüentam o sítio e modelam novas imagens. O exemplo de Guarujá é marcante: de reduto freqüentado exclusivamente por empresários bem-sucedidos, hoje assiste a uma massificação de suas praias, com a implantação de grande número de colônias de férias. É comum os novos chegados segregarem os antigos. A praia de Pernambuco ainda é um reduto exclusivo. A inovação, entretanto, vem sempre das classes superiores.

Por último, a imagem atual, também denominada imagem nova, corresponde ao espaço criado pela moda, pela mídia, pelos padrões de beleza da sociedade contemporânea. Essa imagem é auto-regulada, compreendendo três componentes: o turista, o receptor e os organismos de viagem.

O turista é o que tem aspirações e desejos que se somam à necessidade de sair do cotidiano. O seu desejo é mais acentuado agora, já que orientado pela propaganda. O receptor é a área estruturada para receber o turista, com suas belezas e encantos realçados, camuflando o rotineiro. Já os organismos de viagens estão representados pelos agentes de turismo, publicitários que têm a função de selecionar áreas que atendam às expectativas do turista e que possam ser registradas em cores e movimentos.

Os promotores de viagens estão em todos os lugares. Todo e qualquer país é vendável para o turismo. São paisagens selecionadas, transpostas para as telas de quadros famosos; são lugares que encerram tramas de novelas, filmes de aventura, marcos históricos, romances contidos em obras literárias, que se transformam em lugares atrativos, capazes de levarem as pessoas do desejo à ação. Os orga-

nizadores têm o papel de incentivar e direcionar os desejos dos turistas, com seus folhetos, cartazes, guias de viagens, que trazem informações sugestivas de lugares.

Na imagem atual, as aspirações dos turistas são reforçadas, mas não o conhecimento dos lugares a serem visitados. Com isso, a dificuldade para o turismo é conhecer com precisão o valor exato da oferta de todos os lugares disponíveis.

Os serviços de informação e *marketing* e os agentes de viagens ajustam as suas necessidades aos desejos dos turistas. Os promotores de viagens estão no centro da complexidade da imagem turística. Perceber os anseios, o que as pessoas valorizam de um lugar, é tarefa essencial para a fixação da imagem turística.

As imagens de lugares são selecionadas e colecionadas, fenômeno subjetivo que exerce influência significativa para o sucesso e a perpetuação da localidade. Sítios novos são descobertos, valorizados e incorporados; outros abandonados com ampla dependência do valor que se atribui ao que o local oferece e divulga, ou mesmo pelos meios de comunicação e de aceitação popular.

Em resumo, assim se pode enunciar as três imagens turísticas: a global corresponde às aspirações profundas, aos protótipos que transcendem a conduta turística regional ou nacional e diz respeito aos imperativos biológicos territoriais do homem; a tradicional, profunda, fixa-se lentamente, durante séculos, e a cultura dos turistas lhes permite saborear toda a riqueza; a atual, relativa ao espaço criado pela moda, pelos cânones contemporâneos de beleza, pela sociedade atual, enfim, pelo modismo.

Em uma revisão da literatura sobre cidades turísticas, não foi encontrado nenhum estudo específico sobre os tipos de imagem preconizados por Miossec. Essa revisão não foi

exaustiva, porém, sobre cidades turísticas brasileiras, não se tem notícia de qualquer trabalho dessa natureza.

Daí a indagação: quais seriam as imagens global, tradicional e atual da cidade de Itanhaém?

IMAGEM DE ITANHAÉM

A escolha de um lugar para se passar férias está intimamente ligada à valorização de cenários, à promoção de imagens. Para se chegar à valorização dos componentes paisagísticos a serem apreciados, sejam eles de ordem natural, cultural ou outra qualquer, um sistema de símbolos, fornecido pela imagem, é preparado e divulgado pelos promotores do turismo. Fotos dos melhores ângulos são tiradas e impressas nos folhetos de divulgação para convencer que o lugar proporciona bem-estar aos visitantes.

O turismo, pois, depende de imagens para representar o seu papel, imagens capazes de despertar a curiosidade para o descobrimento de lugares, de evocar sons e cheiros, de mostrar o oposto do cotidiano, de evidenciar o lado confortável da vida. Isso porque, quando as pessoas saem de férias, procuram lugares extraordinários que preencham suas necessidades de sair do rotineiro, do dia-a-dia de trabalho, de produção, de obrigações.

Itanhaém encerra elementos das imagens global, tradicional e atual que integram o desejo de conhecer e de explorar, o qual provém das necessidades biológicas, valorativas e atualizadas que o homem atribui ao mundo conhecido e por conhecer.

Itanhaém comporta fluxos turísticos pela sua capacidade de acomodação, pela paisagem única que guarda, permitindo que se en-

tre em contato com o mundo de água e terra. Seu meio de atração permanente faz com que um número significativo de turistas chegue em suas praias, moldando a paisagem. A cidade tem diante de si o horizonte aberto, infinito, comandado pelo mar. O rio que corta a cidade, para depois lançar-se ao mar, tem como pano de fundo a imponente escarpa da Serra do Mar. Os outeiros marcam o sítio urbano, oferecendo visões panorâmicas; as rochas esculpidas pela ação das marés ganham formas, como se tivessem sido construídas por mãos habilidosas. A conservação e preservação do mangue protegem as margens dos rios, enquanto o mar se agita, triturando conchas que vão amontoando-se entre as pedras. Todos esses componentes paisagísticos conferem uma singularidade ao lugar, encerrando elementos da imagem global.

A cidade ocupa um sítio histórico, não pelo simples fato de ter sido fundada no Brasil Colônia, mas por estar marcada pelos momentos de conquista e ocupação das terras brasileiras pela coroa portuguesa. O traçado de suas ruas, o centro da cidade com suas edificações administrativas conservam seu estado primitivo. A igreja com seu convento, embora tenha sido reformada pelos franciscanos, ainda guarda as características jesuíticas na sua fachada. As imagens sacras, seculares, esculpidas em barro cozido, estão dispostas nos altares da igreja.

O prédio da antiga cadeia e Casa da Câmara são construções do Brasil quinhentista conservadas, juntamente com a Igreja de Sant'ana, edificada na parte plana. Além de fazerem parte do patrimônio histórico, são marcos referenciais na paisagem urbana. O casario do entorno da praça, com suas ruas estreitas, contrastando com as casas edificadas no sítio de expansão, também carrega um

poder evocador para o turista que aprecia a história brasileira, colocando em evidência componentes da imagem tradicional.

As localidades quentes e tropicais, com cenário de praia e mar, atualmente têm tido a preferência dos turistas. A valorização do corpo bronzeado é a marca do mundo atual; o bronzeado significa vida saudável, erotismo, liberdade. Ademais, a natação é o esporte mais democrático, praticado tanto pelos jovens como pelos velhos. Além de outros benefícios, esse esporte ao ar livre minimiza as diferenças físicas e sociais dos seres humanos. Dessa forma, Itanhaém possui elementos da imagem atual.

Itanhaém legitimou sua vocação turística quando sua acessibilidade em relação à metrópole foi assegurada por rodovia e ferrovia, em transporte coletivo. Foi considerada estância balneária em 1948. A partir da década de trinta, hotéis começaram a ser edificadas para acolher turistas. Pessoas de condição financeira mais abastada passaram a procurar o sítio de Itanhaém, distante da concentração do litoral central, dando início à ocupação turística efetiva. Atualmente já se pode notar uma democratização de seu espaço turístico com a implantação de colônias de férias dos mais variados portes.

Como a localidade é considerada turística e conta com elementos das imagens enunciadas por Miossec, fez-se oportuna a realização de uma pesquisa de campo. Com essa pesquisa espera-se poder contribuir para o planejamento turístico e a melhoria das condições naturais e culturais de Itanhaém, no que diz respeito à sua conservação e preservação.

Realização da pesquisa

Os estudos geográficos turísticos já realizados no Brasil são em pequeno número. Po-

de-se citar o conjunto de pesquisas efetuado por Rodrigues, sobre Águas de São Pedro, que mantém preocupações sociais com o turismo. Conti mapeou as áreas de potencialidade turística em termos climáticos, com base nas horas de sol exposto e pluviosidade. Langenbuch tem caracterizado e dimensionado o fenômeno.

Dessa forma, considerou-se oportuno realizar uma pesquisa objetivando a análise do turismo através das imagens transmitidas, imagens essas capazes de influenciar na escolha de determinados lugares e na valorização de cenários com características singulares.

Caracterização dos sujeitos

Constituíram-se sujeitos desta pesquisa 330 pessoas, número considerado suficiente para alcançar os objetivos propostos e permitir a coleta de informações, através da aplicação de questionário. O número de sujeitos foi distribuído em três grupos de 110 cada um, compostos de homens e mulheres com mais de dezoito anos, ocupações variadas e selecionados de maneira imparcial.

Os três grupos compreenderam: o da imagem global, formado por pessoas que não necessariamente deveriam conhecer Itanhaém; o grupo da imagem tradicional, constituído de pessoas que deveriam conhecer Itanhaém, mas não necessariamente estar no local; e o grupo da imagem atual, composto de pessoas que deveriam estar na cidade de Itanhaém no momento da aplicação dos questionários.

Dos 330, 37,5% são do sexo masculino e 62,5% do feminino. A predominância de sujeitos do sexo feminino explica-se pela maior frequência de mulheres nos *shoppings* e nas praias, principais locais de aplicação dos questionários.

O maior número de sujeitos está no grupo de 18 a 27 anos, correspondente a 34,2%, di-

minuindo gradativamente até alcançar a cifra de 6,06%, correspondente aos sujeitos com mais de 58 anos. Esse fato explica-se pela própria estrutura etária da população brasileira, ainda com predominância de jovens adultos.

Quanto ao grau de escolaridade, as maiores porcentagens recaem no 2º e 3º graus completos, com 27,8% e 27,5%, respectivamente, havendo apenas 2,1% na classe dos analfabetos. Essas porcentagens podem ser explicadas pela escolha de sujeitos com mais de dezoito anos, período no qual as pessoas já tiveram tempo para concluir os seus estudos formais, pelo menos até o 2º grau. Os analfabetos aparecem em razão de os agricultores terem integrado os sujeitos da pesquisa.

Quanto aos setores de atividade por grupo, foram considerados agricultores aqueles que se dedicavam à lavoura em geral. No comércio, os que trabalhavam com transações financeiras, como a compra e venda de mercadorias. Na educação foram considerados os professores de todos os níveis – primário, médio e superior. Na indústria, os que desenvolviam atividades ligadas à transformação de matéria-prima, tendo sido aberta uma classe para os de construção civil como engenheiros, mestres-de-obras, pedreiros. Na prestação de serviços foram considerados os profissionais liberais, como os advogados, despachantes, taxistas, manicures, alfaiates. Na classe de saúde, os médicos, enfermeiras, psicólogos. Na segurança, os militares. Na classe de funcionários públicos, os que atuavam em área governamental como os magistrados, escriturários do Fórum, vereador e prefeito, os quais têm ocupação de corretor de imóveis e militar, respectivamente, fora da vida pública.

A prestação de serviços lidera o setor de atividades, com a participação de 22,4% dos sujeitos, e o comércio com 14,8%.

Em relação à procedência, as pessoas dos grupos global e tradicional são predominantemente do interior paulista, fato que se explica pela aplicação dos questionários em cidades dessa área. No grupo atual, a maior parte é procedente de São Paulo, por ser a cidade o maior pólo emissor de turistas e por estar a imagem atual condicionada à presença do sujeito em Itanhaém.

Instrumentos de medida

Para se verificar as imagens turísticas, foram preparados três questionários, cada um deles dividido em duas partes. Uma parte comum para registro dos dados pessoais e a outra constituída de quesitos referentes às imagens global, tradicional e atual.

Os dados pessoais foram coletados de forma imparcial, com o propósito de caracterizar os sujeitos em relação à idade, ao sexo, à escolaridade, à profissão e ao local de residência.

Para a imagem global, tradicional e atual, foram elaboradas dez perguntas abertas e fechadas.

Resultados e discussões

O desejo de evasão aumenta gradualmente das imagens global para a tradicional e atual. Os respondentes da imagem global, que estão em seus locais de obrigações e residência, sentem o desejo de recreação, de sair para passear, divertir-se, alegando que em suas cidades inexistem oportunidades de recreação. Já os da imagem tradicional querem o descanso, o lazer propriamente dito. Conhecer lugares diferentes e fazer viagens são motivos que aparecem em segundo lugar. O lazer e a necessidade do tempo livre também ocupam o desejo das pessoas da imagem atual. Entretanto, 11,2% não sentem essa necessi-

dade de sair de seu cotidiano, sobressaindo nesse item os sujeitos da imagem global, que apontam o medo de viajar e outros, por estarem satisfeitos com os locais cotidianos.

Na descrição das cidades em que moram, os residentes destacam componentes estruturais como os referentes à limpeza, qualidade da água, poluição, perspectivas profissionais; componentes afetivos como cidade boa, melhor cidade do mundo, população acolhedora; componentes paisagísticos como céu maravilhoso, arborização. Também foram citados os topográficos, como o plano da cidade, o estilo arquitetônico. Homens e mulheres mantêm sentimentos topofílicos com suas cidades. Como esclarece Tuan (1980, p. 107), os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. Embora tenham citado aspectos negativos como cidade provinciana, sem perspectivas de emprego, essas qualificações vinham sempre acompanhadas de alguma referência positiva.

Gostar de conhecer algum local é interesse de 92,7%; desses, 36,3% têm o desejo ligado a algum interesse. Apenas oito sujeitos não manifestaram desejo nem interesse de conhecer pessoas. Os lugares ficam no próprio Brasil, com 72,5%; apenas 27,4% preferem o exterior. Quando a escolha é o exterior, têm como razão a afetividade com os antepassados, o desejo de conhecer os lugares onde estão as raízes familiares. Já o próprio país também está ligado à afetividade: o maior interesse é pela visita a parentes. A propaganda, meio pelo qual se divulga um local, vem em segundo lugar, alcançando mais o Brasil do que o exterior.

Os filmes, novelas, propagandas, livros são os meios pelos quais se pode divulgar locali-

dades, sendo que 80% dos sujeitos sentem-se envolvidos com os lugares. A beleza da paisagem, o colorido, a descrição, os movimentos, retratados em seus melhores aspectos, despertam o desejo de conhecer. Em seguida vem a vivência dos fatos, com 26,3%. Os respondentes sentem-se vivenciando as cenas, como se fossem os protagonistas. Dessa maneira, advém o desejo de conhecer os lugares, mesmo de ficção. Apenas 20% dos sujeitos não são atingidos pelos cenários. Desses, 50% têm consciência de que os lugares são falsos e de que tudo é uma montagem.

Nas imagens global e tradicional, as cidades foram categorizadas em praiana, serrana, repouso, natal, capital, todas e sem preferência. A cidade praiana destaca-se nas imagens global e tradicional com 63,6% e 72,7%, respectivamente, distribuídos por todas as faixas etárias e atividades econômicas. Tal fato vem ao encontro do pressuposto de Tuan, que define a praia como meio de atração permanente e significativo. O maior número de sujeitos encontra-se no 3º grau completo, seguido pelo 1º grau incompleto, estando essas pessoas, em sua maioria, empregadas na prestação de serviços e no funcionalismo público. Na imagem global, as cidades de repouso e a capital vêm em seguida, sendo que os de faixa etária mais avançada preferem as cidades de repouso, por entenderem que o lazer é mais bem aproveitado quando há o descanso. Já os mais jovens preferem a capital, pela variedade de oportunidades de recreação que a cidade grande oferece. Na imagem tradicional, a preferência por todos os tipos de cidade ocupa o segundo lugar, pois essas pessoas querem variar, para não entrar no rotineiro. Têm o 3º grau completo e desempenham atividades variadas.

As informações dadas pelos sujeitos quanto aos elementos dos lugares preferidos en-

traram na sua classificação em naturais, construídos e não visíveis. Os elementos naturais, com muito verde e águas superficiais, são os que mais aparecem, com 56,3%, e principalmente entre os que possuem o 2º grau completo, 20,9%. A natureza atrai as pessoas, mas o espaço construído é valorizado por 24,5% dos respondentes, que querem sobretudo um bom alojamento, supermercados, lojas. Por fim, 19,0% estão à procura de paz, sossego, tranquilidade, que são os elementos não visíveis. Essas pessoas possuem o 3º grau completo e atuam, com predominância, na prestação de serviços. Hoje, com a urbanização em fase crescente, a natureza é buscada com maior frequência.

O local de hospedagem foi classificado em: casa própria, cedida, alugada; hotel e colônia de férias. Foram enumerados os motivos que levam as pessoas a variarem de lugar para passar férias. Como se pode notar, o local de hospedagem é um dos fatores que mais concorre para essa escolha. Os que possuem casas em Itanhaém, em sua maioria, vão sempre para o mesmo local, pela facilidade de acomodação. Os que não possuem residência secundária, vão à procura de novos lugares e, sempre que podem, escolhem outras localidades para variar de paisagens.

O período de frequência está apontado no lazer, ou seja, o tempo livre das férias é o de maior porcentagem, 50,9%. Os finais de semana, pela proximidade com o maior pólo emissor, São Paulo, é período de frequência de 22,7%. Todos os períodos disponíveis são motivos de evasão, com 15,4% atingindo todos os graus de escolaridade e atividades econômicas.

Nas respostas da imagem global, quanto ao desejo de conhecer Itanhaém, 78,1% responderam positivamente, enquanto 21,8% disseram que não gostariam.

Dos que gostariam, a razão maior é por ser cidade praiana, 38,3%, seguida do desejo de apenas vivenciar o turismo, com 32,1%. A propaganda aparece com 15,4%, demonstrando que, mesmo no turismo interno, a publicidade é importante para incentivar o desejo de conhecer lugares. Apenas uma pessoa refere-se ao fato de não haver farofeiros na cidade, posto que são inibidos a entrar na cidade. Dos que não desejariam conhecer, 58,3% alegam não sentir atração pela cidade, enquanto 20,8% indicaram a poluição como motivo, embora a balneabilidade de Itanhaém seja considerada excelente pela Cetesb.

Classificam-se as condições para ocorrência do turismo como elementares, acessórias e outras. Entre as últimas foram consideradas curiosidade, família, fator financeiro, sem farofeiros, tranquilidade, nenhuma. As condições elementares como recursos atrativos estão traduzidas por praias e mar, com 22,7% das respostas, seguidas do alojamento, com 8,1%. O recurso turístico é o ponto mais valorizado para se conhecer um local durante as férias, e o mar e a praia, no século atual, são bastante valorizados pelas pessoas para recreação. Com relação às condições acessórias, apenas 3,6% citaram passeios interessantes para serem feitos durante as férias. Dentre os outros, a condição financeira foi a mais citada, com 24,5%, demonstrando que o preço do local influencia em muito a escolha. Os mais jovens estão preocupados com o alojamento, enquanto os mais velhos preocupam-se com o recurso turístico.

Sobre a época em que as pessoas conheceram Itanhaém, destacam-se as décadas de 70 e 80. Os elementos que chamaram a atenção foram classificados em naturais, construídos e não visíveis. O conhecimento nas décadas de 70 e 80 pode ser atribuído à propaganda atra-

vés dos meios de comunicação e ao lançamento de lotes residenciais. Nessas oportunidades, os elementos naturais foram os que mais chamaram a atenção dos turistas, assim como os não visíveis, paz e tranquilidade. O elemento destacado na paisagem foi a beleza, para 22,7% a tranquilidade, e para 5,4% o medo.

As ofertas de alojamento aparecem como primeira indicação em 44,5% das respostas, significando que o turismo não é uma simples aventura. Sugere aventura, porém o turista almeja a segurança de um lugar para ficar, de um quarto seguro de hotel, como bem destacou Rimbert. O gostar do local aparece secundariamente (21,8%), mostrando que a afetividade para com o lugar é importante, posto que o turista vivencia o ambiente através da recreação. Viajar em grupos de amigos também é apontado como motivo por 19,0% dos sujeitos. A frequência constante a um mesmo local favorece a formação de grupos que se encontram periodicamente para desfrutar o lazer. A conservação do recurso turístico de Itanhaém — a praia — destaca-se como preferência pela localidade, demonstrando a preocupação das pessoas em relação à poluição.

A mídia é o instrumento de comunicação utilizado por 50,0% dos respondentes para monitoramento da água do mar. Entretanto, 32,7% afirmam não utilizar informação alguma sobre a qualidade da água para balneabilidade. E, ainda, 11,8% acreditam na própria observação para identificar a poluição. Apenas 5,45% confiam nas informações verbais, obtidas junto a outros usuários. Em todas as categorias, são principalmente as pessoas mais jovens, entre 18 e 47 anos, que se preocupam com a balneabilidade das praias. Mesmo entre aqueles que de uma forma ou outra têm contato com a informação sobre a qualidade da água, 20,2% não se importam com a po-

lução e utilizam o mar para recreação, como respondeu um sujeito.

Dentre esses sujeitos, 33,3% têm o curso superior, 26,6% o 1º grau completo e 6,6% são analfabetos, ocorrendo essa atitude independentemente do grau de escolaridade. Os que acompanham as informações sobre a qualidade da água para balneabilidade e aqueles que não atribuem nenhum significado a esse aspecto desempenham funções econômicas variadas, no comércio, na educação, na prestação de serviços, no funcionalismo público, destacando-se a categoria das donas de casa e a dos estudantes.

O elemento que mais chama a atenção atualmente é a conservação da paisagem, sem a intervenção antrópica, como os outeiros ainda com vegetação, o costão banhado pelo oceano, elemento mais apreciado pelos turistas (44,5%). Os não visíveis, como a tranquilidade da cidade, entram nas respostas de 25,4% dos sujeitos. Os construídos, como o conjunto do centro histórico, com suas edificações antigas, arruamento estreito, ruelas, são apreciados por 17,2%, pelas relíquias que conservam. A maior parte dos sujeitos que valorizam os elementos naturais, construídos e não visíveis, concentra-se na faixa etária de 18-47 anos.

A atribuição de valores aos elementos naturais é característica de pessoas com vários graus de escolaridade, embora haja um nítido predomínio de pessoas com 2º e 3º graus completos. No caso dos elementos construídos e não visíveis, essa afirmação também é válida, embora se destaquem aqueles que possuem o 3º grau completo. Conclui-se, portanto, que o nível de escolaridade é fundamental quando se considera esse aspecto, uma vez que os sujeitos que declaram não valorizar nenhum elemento possuem os mais baixos

níveis de escolaridade, ou seja, apenas o 1º grau completo.

Entre os motivos pelos quais as pessoas valorizam os elementos da cidade, a beleza e a tranquilidade são os mais apontados, com 33,6% e 30,0%, respectivamente. Paisagens atraentes, diferentes, com vegetação, água, monumentos históricos ou mesmo construções modernas, quando reunidas em um espaço no qual a visão do todo é possível, promovem o encantamento às pessoas. A tranquilidade do local de férias é também importante, pois comumente as pessoas saem de seus lugares habituais à procura de lazer e descanso. Isso é possível quando as localidades são seguras e, sobretudo, têm o fluxo turístico que comportam, evitando-se dessa maneira uma sobrecarga na área. A antiguidade da cidade é citada por 11,8% das pessoas, constatando-se a valorização da preservação das edificações históricas. Ao contrário do que se poderia supor, motivos como beleza, tranquilidade e antiguidade são citados também pelas pessoas mais jovens, entre 18 e 47 anos. O nível de escolaridade não desempenha papel importante na determinação dos motivos.

No que se refere às atividades econômicas dos sujeitos que indicaram beleza, tranquilidade e antiguidade como elementos que apreciam em Itanhaém, predominam aqueles que se dedicam à prestação de serviços e as donas de casa.

A natureza – praias, outeiros, rochas – é utilizada com maior frequência, com 70,0%, sendo que 28,1% dessas pessoas estão na faixa etária dos 18-27 anos, possuem o 2º grau completo e estão empregadas na prestação de serviços. As praias de Itanhaém são marcantes, principalmente por serem seccionadas por marcos geográficos, o que lhes confere sin-

gularidade, além de serem recursos turísticos explorados.

O elemento construído, como o casario, ora pela sua antiguidade, ora pela beleza da arquitetura moderna, é também utilizado para descrição da cidade. Já os elementos não visíveis são lembrados por 12,7%, sendo que a paz e o sossego que a área sugere contribuem para uma descrição mais de estado natural.

Entre os componentes utilizados para uma descrição pessoal de Itanhaém, o afetivo destaca-se em 49,0% das respostas. Esses respondentes possuem os níveis de escolaridade mais altos e estão mais frequentemente empregados na prestação de serviços e na educação. Os estruturais, como os que se referem ao plano da cidade e à arquitetura, são utilizados por 24,5%. Os topográficos aparecem com 15,4%, distribuídos por todos os graus de escolaridade e atividades econômicas. E, finalmente, os paisagísticos, menos citados, com 10,9%, predominando os que possuem o 3º grau completo e de todas as atividades econômicas. Na descrição pessoal, as respostas estão mais voltadas para as sensações experimentadas com o lugar do que para o ambiente que o encerra.

Entre os aspectos de Itanhaém revelados pelos sujeitos que não necessariamente conheciam a cidade, o natural prevalece, como água superficial, com 39,9%, pelas pessoas que possuem o 2º grau completo. O aspecto econômico foi lembrado por 23,6%, como cidade que oferece bastante emprego. O construído foi assinalado, como cidade cheia de prédios e casas, por 19,0%. Como a grande maioria não conhecia Itanhaém, a afetividade foi pouco utilizada, enquanto outros aspectos foram destacados.

O monumento histórico que causou maior admiração aos turistas foi o convento, que

aparece com 44,5%, percentual formado por pessoas de 3º grau completo e atividades econômicas variadas. A suposta cama de Anchieta aparece com 14,5%, incidindo as maiores respostas no 2º grau completo, pelos que desempenham atividades na prestação de serviços e donas de casa, com 8,1%. O convento foi o mais citado pela sua arquitetura e destaque na paisagem. Sua localização no outeiro permite uma vista do conjunto da cidade.

A alta porcentagem (24,5%) de pessoas a quem nenhum monumento causou admiração deve-se ao fato de os respondentes não se interessarem em visitar marcos históricos.

Em sua maioria, as pessoas utilizariam todos os elementos para reconstruir o cenário da cidade antiga, significando o conjunto que imprime a característica de uma cidade, como as ruas, o casario, monumentos, praças, convento, com 52,7%. Essas pessoas têm os mais altos graus de escolaridade. As outras utilizariam apenas um elemento, como o convento, o casario ou as ruas. Essas têm os menores graus de escolaridade. Apenas 6,3% dos respondentes afirmaram que nada do espaço urbano era representativo da cidade antiga, ignorando as construções do Brasil Colônia.

No que se refere à preocupação com a preservação dos recursos turísticos de Itanhaém, o elemento natural, representado pelas praias, o oceano, os morros, com 41,8%, foi escolhido principalmente pelos jovens de 18-37 anos, com escolaridade do 2º e 3º graus e destaque para a prestação de serviços. Em seguida vêm os elementos construídos, como as praças e os monumentos, com 40,0% dos sujeitos, na faixa etária de 28 a 37 anos, curso superior e as mais variadas atividades econômicas. Os elementos não visíveis, como o sossego e a paz que a cidade transmite, são citados por 14,5%, na faixa etária de 28-37 anos, com ní-

veis de escolaridade mais elevados e distribuídos em todas as atividades econômicas. Apenas 3,6% dos respondentes, os de escolaridade mais baixa, não se interessaram pela preservação de nenhum elemento da cidade.

CONCLUSÕES

O tempo livre do mundo moderno parece estar marcado pelas viagens. O motivo agora não é mais descobrir lugares, mas conhecer, colecionar paisagens diferentes, já que a população dispõe do lazer, tempo livre para utilizar com atividades agradáveis. Isso está motivando os deslocamentos das pessoas com maior frequência e intensidade.

A sociedade atual caracteriza-se pelas descobertas técnico-científicas e pela grande produtividade, que proporcionam um número cada vez maior de bens e serviços em série, colocando à disposição da população várias oportunidades de consumo. A maior produtividade e o desenvolvimento técnico-científico trazem também uma melhor qualidade de vida ligada ao bem-estar, ao formalizar uma regulamentação trabalhista, diminuindo as horas de trabalho e, conseqüentemente, facultando aos trabalhadores um tempo livre. Há ainda o adicional de férias, conquistado para ser utilizado durante o lazer, em que se investe também as poupanças.

Dessa forma, os deslocamentos ocasionais são favorecidos, gerando fluxos consideráveis de pessoas que buscam outros lugares em seu tempo livre. A informação através da propaganda oferece oportunidades para as pessoas escolherem locais que mais atendam às suas expectativas de lazer.

As localidades que se especializam em receber pessoas variam em números e tipos,

procurando atender aos turistas em suas necessidades básicas de lazer, recreação e turismo. No caso de Itanhaém, vários fatores concorrem para que aí se desfrute o lazer. A proximidade com São Paulo e com as cidades do entorno metropolitano faz com que o tempo despendido no deslocamento seja pequeno; em poucas horas vence-se o trajeto. Por isso Itanhaém conhece fluxos turísticos nos finais de semana, feriados prolongados e não somente nas férias, como revelou a pesquisa.

A sua capacidade de suporte, com alojamentos variados, é de certa forma um atrativo para o lazer, uma vez que oferece facilidade e variedade de lugares para acomodações. No lazer isso é de grande importância, pois, como demonstrou a pesquisa, as pessoas querem sobretudo comodidade no lugar escolhido para passar seu tempo livre. Itanhaém, pela sua infra-estrutura eficiente, vem suprir essas exigências.

Uma paisagem nova, diferente, pessoas desocupadas, sensação de paz e tranquilidade, tudo parece favorecer o descanso em Itanhaém. O lazer é a recompensa por se ter sido produtivo. As pessoas se alegram, fotografam, numa tentativa de guardar o momento de descontração; aliviam as tensões e procuram vivenciar o ambiente no qual estão inseridos, aproveitando todas as oportunidades. Um integrante da pesquisa respondeu que Itanhaém era o lugar do qual se recordava quando estava oprimido, por lhe transmitir sensação de liberdade.

Com certeza é isto que as pessoas buscam em seu tempo de lazer, a recreação, acreditando ser o estresse resultante do trabalho e do superpovoamento de suas cidades. Nessas viagens eliminam seus efeitos, repondo as energias física e mental despendidas no trabalho.

As oportunidades recreativas de Itanhaém são inúmeras. Entretanto, o mar e a praia apa-

receram na investigação efetuada como espaços onde ocorrem as suas principais atividades recreativas. Para os que se interessam em conhecer a cidade, o “trenzinho” efetua ligações entre os bairros, transformando o transporte de pessoas em passeios nos quais se pode apreciar as diversas partes do espaço urbano, além dos pontos atrativos propriamente ditos, e entrar em contato com as áreas dos moradores, conhecendo a Itanhaém rotineira. Os marcos históricos, com toda a sua antiguidade e significado, são preferidos pelos turistas que valorizam a história brasileira. Essas pessoas têm sensações de encantamento, por poderem vislumbrar o passado quando contemplam esses referenciais. A praça reúne entretenimentos variados, como apresentações de músicos locais, grupos de pessoas que lutam capoeira, feira de artesanato, que consomem o tempo de recreação dos turistas.

As colônias de férias não servem apenas de alojamento, estão estruturadas para recrear o turista em todos os momentos do dia. As que atendem aos funcionários do Banco do Brasil – Satélite, BCN, SESI, por exemplo, estão equipadas com salas de jogos, quadras de esportes e salas de televisão para o entretenimento dos seus usuários, que podem permanecer na própria colônia de férias e ter toda sorte de recreação.

Assim, as pessoas podem aproveitar todas as horas disponíveis de lazer, longe de suas vidas cotidianas. As respostas dos sujeitos quanto à necessidade de sair do cotidiano revelam que as oportunidades recreativas oferecidas pelas suas cidades de residência parecem não corresponder às expectativas de seus habitantes. Falta o elemento principal: a ultrapassagem das fronteiras, o ir mais além, viajar, conhecer lugares e sobretudo voltar. As pessoas, de maneira geral, querem pelo me-

nos uma vez ao ano sair de suas cidades para passear, recrear, mudar de ares, espairecer, como os sujeitos da pesquisa responderam.

O tempo maior de descanso, as férias, por sua própria essência, é comumente utilizado para as viagens, para fugir do rotineiro, apreciar lugares, costumes, gastronomia e visitar parentes. Isso tudo vem sendo favorecido pela disposição do fator financeiro, das poupanças programadas e pelos financiamentos das companhias e agências de viagens. Viajar em grupos ganhou importância pelo preço reduzido dos pacotes de viagens, assim como pertencer a associações de classes trabalhistas, que oferecem as populares colônias de férias a preços convidativos. Portanto, viajar tornou-se mais econômico, podendo o turismo atingir todas as classes sociais, democratizando-se.

Vários fatores concorrem para a escolha do local de turismo. Os meios de comunicação, notadamente a televisão, em suas principais atrações, apresentam ao telespectador uma série de lugares atraentes, de beleza extraordinária, muitas vezes com filmagens aéreas que mostram a visão do conjunto ou o elemento significativo da paisagem, o marco referencial. Despertam, assim, o desejo de conhecer lugares. Um número significativo de respondentes, de ambos os sexos, afirmou querer conhecer os lugares onde se desenvolve uma telenovela ou um livro, pois é como se participassem das cenas, tomando muitas vezes o papel do ator principal e, sem dúvida, desejando vivenciar esses lugares.

As agências de viagens, especializadas em convencer o turista em potencial, também contribuem para a promoção das localidades. Seus folhetos sugerem um mundo melhor, com sol brilhante, cores deslumbrantes, pessoas alegres e bonitas. Não mais restritos às agências, esses folhetos estão nos jornais, nas

revistas, nos *outdoors*, confirmando o importante papel da propaganda em todas as atividades e, principalmente, no turismo.

A cidade de Itanhaém foi cenário de uma telenovela na década de setenta. A simplicidade dos personagens, um grupo de pescadores, e a beleza da paisagem foram retratadas de maneira singular e, por isso, alguns sujeitos responderam que a localidade estava associada à novela.

A natureza, com nuances de vegetação e águas cristalinas, parece ideal para as pessoas vivenciarem o turismo, como demonstrou a pesquisa. Entretanto, qualidades não visíveis do local, como paz e tranquilidade, que significam distância dos problemas do dia-a-dia, e boa hospedagem também são atributos primordiais.

As paisagens escolhidas para viagens variam entre localidades serranas, de repouso, grandes capitais, mas, pela pesquisa efetuada, a praia lidera as preferências. Na praia, as pessoas interagem com o ambiente, sentem a textura da areia pela pressão dos pés, entram na água, deixam-se envolver pelo mar, têm uma sensação de prazer. A imensidão do oceano, território do vazio, as ondas espumantes sugerem aventura, paz e tranquilidade.

Itanhaém tem praias singulares. A do Tombo, ampla, com marés altas, cujas águas juntam-se às do Rio Itanhaém, forma um contraste de cores vislumbrado pelo turista sobre a ponte que transpõe o rio, como respondeu um sujeito da pesquisa. A Prainha, também denominada dos Pescadores, por ter sido local de gravação da já citada telenovela, é apreciada pelos que se sentem familiarizados com o local. Localiza-se entre a Pedra da Carioca e o Morro do Sapucaeteva, marcos referenciais da orla litorânea.

O grande Costão do Paranambuco separa a

Praia dos Sonhos da Praia do Cibratel. Nesse intervalo, fica a pequena e famosa Praia das Conchas, muito admirada e valorizada pelos turistas, pelo amontoado de conchas sobre as pedras. As rochas são atrativos para os turistas que, sentados sobre elas, apreciam o mar e a formação de vagalhões batendo no costão. Os visitantes expressam o desejo de que esse local, bastante utilizado para descrever Itanhaém, seja conservado. Já a Praia do Cibratel, extensa e ampla, vem atender mais aos turistas que se hospedam no residencial e hotel do mesmo nome. Referência na descrição das praias de Itanhaém pelos respondentes da pesquisa, é uma das mais equipadas, com quiosques, lixeiras e chuveiros de água doce.

As imagens turísticas de Itanhaém estimulam o desejo de conhecer e manter elos afetivos, de vivenciar a parte histórica, de obter a sensação de liberdade e de recreação.

A cidade proporciona os elementos fundamentais da imagem global, preenchendo a necessidade básica do turismo: a de sair do mundo habitual. O aspecto natural, tão procurado pelas pessoas que vivem nas cidades, é preservado e conservado, com a qualidade de suas praias e vegetação. Esses elementos são os mais apontados pelos respondentes ao se referirem à expectativa de um lugar para passar férias. Um sujeito da pesquisa respondeu que seu lugar preferido deveria ter bastante verde, mar e rios com águas límpidas, demonstrando a importância da natureza.

A paisagem histórica, marcada por elementos de uma imagem tradicional, representativos do Brasil recém-descoberto, com suas igrejas localizadas nos principais pontos da cidade, preservadas em suas arquiteturas originais, além de ser mais uma opção turística, é valorizada pelas pessoas que se enveredam pela história, que tentam desvendar o passa-

do através das construções, do momento histórico. Os edifícios públicos, símbolos do poder, são relíquias da cidade, marcos de uma cultura a ser apreciada. Os monumentos registram a passagem de pessoas que colaboraram na construção da cidade. Esses referenciais são destacados pelos turistas, inclusive com a preocupação de que seja mantida sua integridade para a imagem da cidade.

Os ambientes históricos, com suas cores cinzentas, evocam sons e cheiros de um mundo conhecido somente através de registros, de obras literárias. Isso, de certa forma, atrai o turista que, admirando esses conjuntos, tem a sensação de paz que todos procuram sentir em todos os momentos e, principalmente, durante as férias.

Embora com recursos construídos e naturais, com fluxos turísticos contínuos, infra-es-

trutura eficiente que lhe asseguram a função de estância balneária, Itanhaém necessita de medidas de preservação e conservação. Se o poder público não adotar medidas imediatas que protejam esse patrimônio natural e cultural, a paisagem poderá ter seus componentes destruídos e assim tornar-se menos atrativa.

Planos de conservação e revitalização de seus atributos turísticos devem contar com o apoio e a aprovação da população residente e da flutuante, que constituem os melhores indicativos para os planejadores, administradores e legisladores, de como a área poderá ser organizada e reorganizada para atender, de um lado, aos anseios de um povo que tem sua base econômica voltada para o turismo e, de outro, às expectativas de pessoas que buscam paisagens únicas e atraentes para desfrutar seu lazer.

Referências bibliográficas

- AUCHILIN, P., BAENZIGER, U., LEIMGRUBER, W. Perception of the environment. *Geographica Helvetica*, v. 35, n. 5, 1980.
- BARBIER, Bernard. *Pour une géographie du tourisme*. Tsyt Naukowe Uniwersytetu Eodzkteco Nauli Matematyzno Przyrodnize, série II, 1980.
- BURKART, A. J., MEDLIK, S. *Tourism past, present and future*. Londres: Heinemann, 1974.
- BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.
- CAPEL, Horacio. L'image de la ville et le comportement spatial des citadins. *L'Espace Géographique*, n. 1, 1975.
- CASTELLI, Geraldo. *Turismo, atividade marcante do século XX*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1986.
- CHABOT, G., PINGAUD, Marie Claude. La géographie de la récréation. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE GÉOGRAPHIE, 18, 1956.
- CONTI, José Bueno. As regiões de clima mediterrâneo e o turismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO, 1, 1997. *Anais...* São Paulo, 1997.
- DANIELS, Stephen. Place and the geographical imagination. *Geography*, n. 337, v. 77, pt. 4, out. 1992.
- FISCHER, Gustave Nicolas. *La psychosociologie de l'espace*. Paris: PUF, 1981.

- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.
- GARTNER, William C. Tourism image: attribute measurement of state tourism products using multidimensional scaling techniques. **Journal of Travel Research**, v. 28, 1989.
- GEIPEL, Robert. La géographie de la perception en Allemagne Fédérale. **L'Espace Géographique**, n. 3, 1978.
- INHENDER, Barber, PIAGET, Jean. **L'image mentale chez l'enfant**. Paris: PUF, 1966.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. **Caracterização e delimitação dos municípios paulistas**. 1977.
- LOZATO-GIOTART, Jean-Pierre. **Géographie du tourisme**. Paris: Masson, 1987.
- LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: Mit Press, 1960.
- MATHIENSON, Alislér, WALL, Geoffrey. **Tourism: economic, physical and social impacts**. New York. Longman Scientific & Technical, 1987.
- McLUHAN, M. Herbert. **Teoria da imagem**. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- MERCER, Charles. The geography of leisure a contemporary growth-point. **Geography**, n. 55, 1970.
- _____. Why do people take holidays? **New Society**, Aug. 1976.
- MICHAUD, Jean-Luc. **Le tourisme face à l'environnement**. Paris: PUF, 1983.
- MIOSSEC, Jean-Marie. L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. **Annales de Géographie**, v. 58, n. 473, 1977.
- OLIVEIRA, Livia de. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica, **Revista Brasileira de Geografia**, v. 28, n. 3, 1966.
- PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography spatiality and the human sciences**. New York: Cambridge University Press, 1985.
- RIMBERT, Sylvie. **Les paysages urbains**. Armand Colin, 1973.
- RODRIGUES, Adyr B. **Águas de São Pedro – estância paulista: uma contribuição à geografia da recreação**. 1985. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. **The good life**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1986.
- _____. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- VIEIRA, Mirna Lygia. **Imagem turística de Itanhaém**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro.
- ZIMMERMANN, W. Erich. **Recursos y industrias del mundo**. México: Fondo de Cultura Economica, 1957.

GEOGRAFIA E TURISMO RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESCA ESPORTIVA NO ESPAÇO URBANO-RURAL

Ruy Bessa Lopes*
Solange T. de Lima Guimarães**
Paulo Choji Kitamura***

RESUMO

A configuração dos empreendimentos de pesca esportiva conhecidos vulgarmente como pesque-pague, pague-pesque e pesqueiros desenvolvida em lagos particulares, têm propagado-se de modo contínuo na última década em todo Estado de São Paulo. O objetivo deste estudo foi analisar e interpretar essa atividade como alternativa não agrícola no espaço urbano-rural paulista. Algumas considerações são tecidas quanto ao espaço urbano-rural, características socioeconômicas e culturais, caracterização dos lagos de pesca e conservação de recursos paisagísticos no entorno das operações de pesca. Os lagos de pesca esportiva representam fonte alternativa de renda aos seus operadores e podem ser internalizados, por suas características, como referenciais para a integração entre o turismo eco-rural e programas conservacionistas que garantam o patrimônio cênico e construído em suas áreas circunvizinhas.

Palavras-chave: Turismo rural; Espaço urbano-rural; Alternativa não agrícola.

A pesca esportiva, em sua vertente pesque-pague ou pague-pesque, surgiu no Brasil em meados da década de 80, com o objetivo primário de oferecer uma alternativa econômica a pequenas propriedades rurais. Essa atividade insere-se no recente contexto do novo espaço rural brasileiro, e localiza-se, em sua maior representatividade, próximo aos grandes aglomerados metropo-

litanos, ou seja, nas áreas circunvizinhas dos espaços urbano-rurais.

De acordo com Chopak (1992), os empreendimentos de pesca esportiva apresentam um forte entrelaçamento entre a agricultura e o turismo, o que os torna únicos no contexto agrícola.

Graziano da Silva *et al.* (1998) consideram essa atividade de turismo exercida no es-

* Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente – SP – e-mail: ruybessa@terra.com.br.

** Professora do Departamento de Geografia do IGCE/Unesp – Rio Claro – e-mail: hadra@uol.com.br.

*** Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, SP – e-mail: kitamura@cnpma.embrapa.br.

paço rural como uma ocupação complementar às atividades agropecuárias, praticada no interior da propriedade¹ produtiva. Deve, portanto, ser entendida como uma parte de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais.

As operações de pesque-pague surgiram com a motivação clara de ocupação efetiva da terra ou, ainda, de implementar alternativas objetivando a reestruturação das propriedades rurais e a melhor exploração e valoração de seus recursos paisagísticos naturais e construídos, como um complemento de renda e sustentabilidade econômica.

Kitamura *et al.* (1999) afirmam que a grande expansão dos pesque-pague nos últimos anos pode ser creditada à elasticidade de se associar com atividades pouco comuns às unidades agrícolas e pecuárias, como o turismo eco-rural e serviços combinados.

Este estudo tem por objetivo analisar e interpretar a atividade da pesca esportiva como alternativa não agrícola no espaço urbano-rural paulista.

O ESPAÇO URBANO-RURAL

O espaço geográfico é uma das formas essenciais para a estruturação das paisagens e interações dos fluxos e redes dos diferentes sistemas que compõem uma sociedade, ou seja, para as relações entre os diversos grupos sociais e o espaço vivido, estabelecendo vínculos permanentes entre o homem e suas paisagens e configurando as dimensões da “região vivida”.

O espaço rural brasileiro, em especial da Região Centro-Sul, tem passado por profundas transformações nas últimas duas décadas, contribuindo para que não possa mais ser identificado unicamente como agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a desenvolver-se nos territórios antes domínio do rural. (Campanhola & Graziano da Silva, 1999)

As PNADs² consideram como situação urbana as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. A situação rural contempla toda a área fora desses limites.

O dinamismo das atividades não agrícolas atua como diluidor de uma linha divisória entre o rural e o urbano, propagando essas atividades por todo o espaço. Desse modo, o desenvolvimento rural parece ser fruto agora de múltiplas atividades e ações não mais restritas às tradicionalmente agropecuárias.

O corte rural-urbano corresponde mais às diferenças quantitativas entre os níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços do que a um corte analítico que explicita as diferenças qualitativas entre os dois territórios. Por isso, “a idéia de dois mundos que se opõem” vai cedendo lugar à de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja de sua dimensão econômica ou social. (Graziano da Silva, 1997)

Graziano da Silva (1997) chama a atenção para o Estado de São Paulo, onde, de cada três pessoas ocupadas que residem em áreas consideradas exclusivamente rurais, uma está

¹ O IBGE define como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado por uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária (IBGE, 1998).

² Esse índice se refere à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 1996).

trabalhando em atividades não agrícolas. O autor conclui que o crescimento da população economicamente ativa (PEA) rural está associado à expansão das atividades não agrícolas nas áreas tipicamente rurais, expansão essa que é mais forte nas regiões de maior concentração urbana do país. Ainda ao discutir essa situação das áreas rurais, Graziano da Silva ressalta a importância dos pequenos e médios municípios na PEA não agrícola: "Aí estão quase três em cada quatro das 3,9 milhões de pessoas" ocupadas em atividades não agrícolas que tinham residência rural em 1995, lembrando as cerca de 230 mil pessoas ocupadas ou comprometidas em setores de atividades relacionadas direta ou indiretamente com o lazer e o turismo em áreas rurais no Brasil, em 1995.

A QUESTÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

Conceitualmente, o turismo eco-rural pode ser entendido como um lazer de espaços naturais e cênicos integrado a espaços humanizados ativos. (Cavaco, 1996)

Cals *et al.* (1995) afirmam que o turismo eco-rural, devido ao baixo nível de barreiras à implementação de suas atividades, pode criar postos de ocupação de mão-de-obra com reduzidos volumes de investimentos. Os autores mostram ainda que o turismo, em suas vertentes praticadas no espaço rural, pode exercer um papel relevante na gestão ambiental integrada, dada a sua capacidade de estimular o aproveitamento do potencial de desenvolvimento endógeno de um determinado local. Nesse sentido, as demandas de estruturas exigidas pelas atividades decorrentes, vinculadas direta ou indiretamente ao espaço rural, contribuem para a reorganização e trans-

formação de suas paisagens. Notamos que os principais valores agregados às mesmas são valores de mercadoria e valores de opção e conveniências.

Em relação ao planejamento e desenvolvimento rural, Graziano da Silva (1998) destaca que as atividades dirigidas ao consumo, como lazer e turismo, podem conduzir a uma "mercantilização" do espaço rural, hoje não só relacionado à produção. O autor salienta que esse espaço começa a exibir novas formas sociais e econômicas de organização que pressionam o poder público por novos modos de regulação e pela implementação de políticas ambientais, principalmente no tocante ao planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos e pedológicos, do bem-estar social e do desenvolvimento rural sustentável. Abramovay (1997) comenta que o desenvolvimento sustentável supõe a ocupação produtiva e diversificada do espaço rural e não sua transformação em um "deserto social esverdeado".

De acordo com Campanhola e Graziano da Silva (1999), sob a perspectiva do desenvolvimento local deve-se considerar as especificidades de cada localidade ou região, explorando-se as potencialidades e oportunidades dos chamados "nichos" de mercado. Para os autores, a diversidade das situações agrárias, da renda, do povoamento e do meio físico conduz a modelos diferenciados de uso turístico do espaço rural. Desse modo, ressalta-se a importância da economia periférica alavancada pela pesca esportiva no Brasil.

Segundo Graziano da Silva *et al.* (1998), o país conta com a quarta feira de expositores de pesca do mundo e a quinta maior em número de visitantes, movimentando, em 1997, cerca de 70 milhões de dólares nos cinco dias do evento. Destaca-se ainda a existência de três programas semanais sobre pesca na tele-

visão, três revistas de circulação mensal, jornais e diversos *sites* dedicados a esse subsector. Carvalho Filho (1998) observa que empresários do setor estimam que a pesca esportiva possua um espaço de crescimento da ordem de 80%, gerando renda e empregos diretos e indiretos.

Kitamura *et al.* (1999) estimaram um movimento anual de mais 60 milhões de reais (cerca de 31,5 milhões de dólares) na vertente pesque-pague, apenas no mercado regional da bacia hidrográfica do Rio Piracicaba. Os autores comentam que esse é um resultado extremamente positivo se consideradas as características de atividade complementar (não substitutiva) de renda ou atividade não tipicamente agrícola, viabilizadora do uso econômico de terras e recursos naturais “ociosos” nessa região.

Sigler & Sigler (1990) mostram que, no tocante ao ordenamento e implementação de projetos de pesca esportiva com sucesso, existem quesitos complexos e dinâmicos que devem ser destacados e que envolvem algumas interfaces bio-ecológicas e socioeconômicas. Por exemplo:

- a) atributos da dinâmica populacional, como: densidade, taxas de mortalidade, idade, capacidade de carga do sistema, entre outros;
- b) atributos sociais: faixa etária, ocupação, nível de renda, nível de escolaridade, tamanho da família e aceitabilidade do pescador-usuário à(s) espécie(s) oferecidas para a captura;
- c) atributos econômicos: tempo gasto na pesca, movimentação e geração de emprego e salários.

Entretanto, esses atributos ou quesitos não são ainda rotineiramente internalizados pelos operadores de lagos de pesca esportiva. Tais lacunas no planejamento talvez expliquem o

elevado número de insucessos em empreendimentos de pesque-pague, aos quais não se confere a sustentabilidade desejada. Podemos creditar essa situação à juventude da atividade em nosso país, combinada à carência de assistência técnica adequada.

Lagos de pesca esportiva

Os lagos de pesca esportiva, vulgarmente denominados pesque-pague, inseridos no contexto rural brasileiro descrito anteriormente, representam na dinâmica da paisagem urbano-rural um papel de revitalização da prática da pesca esportiva ao se constituírem como alternativas de áreas de lazer para diversos segmentos da população regional.

De acordo com Chabalin (1996), as operações de pesca esportiva se configuram como um escoadouro da produção total ou parcial das unidades de piscicultura, sem a necessidade de beneficiamento, portanto, legalmente livre da inspeção sanitária. Para o consumidor final, o pesque-pague tornou-se uma alternativa de lazer e turismo a baixo custo, apresentando grande poder de atração.

Segundo Kitamura *et al.* (1999), o formato de integração dos pesque-pague com outras atividades afins, agrícolas ou não agrícolas, faz parte de um processo de acomodação e de “profissionalização” desses empreendimentos: busca sustentabilidade a longo prazo, partindo da diversificação e complementaridade de atividades e de renda.

Kitamura *et al.* (1999), em estudo junto a operadores de pesque-pague da bacia do rio Piracicaba, caracterizam esses espaços como empreendimentos de *aquabusiness* localizados em imóveis próprios de pequeno porte, constituindo empreendimentos familiares gerenciados pelo proprietário e mobilizando principalmente força de trabalho familiar. Os

autores observaram que a área inundada das operações de pesca esportiva comprometia em média 1/5 da área total do imóvel.

O sistema de produção adotado pelas operações de pesca estudadas permitiu uma média de captura de 29,5 kg/lago/dia, o que equivale a um estoque total capturado de cerca de 885 kg/lago/mês. Esses dados apontam mudanças altamente significativas na estrutura do mercado regional de pescado. Somente os lagos de pesque-pague da bacia do Piracicaba, estimados em 200, representam parcela importante da oferta, avaliando-se uma contribuição de cerca de 424,8 toneladas de pescado de água doce/mês.

No que diz respeito às instalações complementares ofertadas nas operações de pesca esportiva da bacia do Rio Piracicaba, 100% dos estabelecimentos oferecem instalações mínimas (sanitários, abrigos etc.); 94,4% oferecem estrutura de bar e lanchonete; 33,3% oferecem quiosques; 27,7% têm restaurante; 16,6% possuem área de *playground*; 11,1% têm piscina; 11,1% oferecem praça de esporte e 5,6% possuem alojamento para hospedagem. São investimentos substanciais já integrados aos pesque-pague, mostrando com limpidez a tendência nesse subsetor da pesca esportiva de busca da diversificação e complementaridade de atividades.

Quanto aos pescadores-usuários dos serviços, os resultados obtidos pelo estudo mostram a predominância da faixa etária de 35 a 51 anos, cerca de 39,8% freqüentadores dos lagos de pesca, enquanto as crianças representam 18,2%. A faixa etária de 17 a 34 anos responde por 27,8% e a faixa de mais de 51 anos cerca de 14,3%. Esses resultados mostram, em especial, que os principais clientes dos pesque-pague fazem parte da população economicamente ativa (PEA).

Os pesque-pague estudados apresentaram ainda 48% de seu público usuário oriundo do próprio município em que estão localizados; 18,3% recebem clientes de um raio de até 20 km; 16,3% de um raio de até 50 km e, finalmente, 17,3% dos lagos de pesca recebem clientes de um raio superior a 50 km de distância. Esses patamares mostram, de acordo com Cichra & Carpenter (1989), o poder de regionalização do mercado da pesca esportiva, influenciando diretamente nas demandas de implementação de uma operação de pesque-pague, bem como na sua disponibilização de serviços ofertados.

Mizumoto *et al.* (1999) concluem, em estudo realizado nos lagos pesque-pague situados exclusivamente no município de Piracicaba, que essa atividade se configura claramente como uma alternativa para outras explorações na propriedade rural. É um processo semelhante ao norte-americano, em que os *fee-fishing* se consolidaram como alternativa e complemento de renda em pequenas e médias propriedades. (Cichra & Carpenter, 1989)

A atividade da pesca esportiva exercida em pequenas e médias propriedades rurais pode contribuir como fonte significativa de renda não só para o operador direto desse novo negócio rural. O *aquabusiness* pode fazer parte de um plano estratégico de desenvolvimento rural, envolvendo a produção de peixes confinados, turismo rural e recuperação e/ou revitalização de áreas onde os recursos paisagísticos naturais e construídos venham a apresentar diferentes fases de deterioração ou degradação, entendendo-se também aí as coleções e corpos d'água.

A pesca esportiva praticada em locais privados abre uma perspectiva concreta à sustentabilidade das comunidades e das populações rurais, desde que acompanhada de ou-

tras atividades econômicas complementares e de suporte, exercidas no plano da comunidade local. Esses lagos de pesca poderiam ser alocados em pólos de pesca esportiva, onde a pesca com fins recreativos, exercida em ambiente natural, não pudesse mais ser praticada, por razões de capacidade de carga e esforço de captura excessivos, ou onde os fatores ambientais abióticos (qualidade de água) não a favorecessem com segurança.

Contudo, também podemos inferir sobre o perfil de um cliente extremamente exigente e capaz de viajar dezenas de quilômetros em busca de um conjunto de serviços combinados à pesca esportiva. Outra interpretação possível para esse conjunto de informações é o que se refere à concorrência estabelecida nesse mercado. O poder de atração do pesque-pague está mais diretamente relacionado aos serviços oferecidos, ou seja, é maior quanto mais completos a infra-estrutura e o *pool* de ofertas associadas. Nesse aspecto, os pesque-pague mais simples e menos dotados de aparelhamento complementar têm notadamente um poder de atração mais reduzido, sofrendo concorrência mais intensa no tocante àqueles mais bem equipados em estruturas funcionais destinadas aos usuários.

Lopes (2000), em pesquisa junto às operações de pesca localizadas a noroeste do Estado de São Paulo, registra que áreas de baixa oferta de lazer para as comunidades locais, associadas a taxas de cobrança³ mais baixas, favorecem a frequência de público ao pesque-pague, independentemente das estratégias de atração adotadas pelo operador com o objetivo de aperfeiçoar o sistema.

Conservação dos recursos paisagísticos

A percepção ambiental da paisagem e de seus recursos leva à identificação dos seus principais elementos componentes, de seus atributos e, em especial, dos seus valores cênicos, cuja visibilidade é assegurada por suas qualidades estéticas, um dos principais aspectos a ser avaliado no turismo eco-rural, seja no que diz respeito ao patrimônio paisagístico natural ou cultural.

Slee *et al.* (1995) argumentam que as áreas mais promissoras para essas categorias de turismo são justamente as menos apropriadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, apresentando, em geral, índices relevantes de qualidade paisagística e cênica.

Wattendorf (1996) cita que os lagos de pesca, além de desempenharem papel recreativo e de lazer, atraem a biodiversidade do entorno do lago.

Furtado (1998) discute a potencialidade dos empreendimentos de pesque-pague em contribuir para a natureza ambiental, através da proteção dos mananciais e da recuperação das matas ciliares. Araújo & Ferreira (1998) concluem que o pesque-pague pode trazer benefícios à economia regional, como atividade turística geradora de renda e emprego, desde que solidamente vinculada à manutenção da integridade dos ecossistemas em torno dos estabelecimentos.

A experiência norte-americana na implementação de clínicas de pesca no espaço urbano é fundamentada na premissa de que a atividade possui estreita relação com o lazer e a qualidade de vida. Essa estratégia de ação é praticada em diversos Estados norte-ameri-

³ De acordo com Scorvo Filho (1999), o valor médio da taxa por quilo de peixe capturado praticada no pesque-pague do Estado de São Paulo, em 1997, foi de R\$ 6,79. O valor médio praticado ao noroeste no exercício de 1998-99 foi de R\$ 3,48. (Lopes, 2000)

canos e se constitui na introdução de quesitos básicos sobre o meio ambiente, em especial os ecossistemas aquáticos e a importância de conservá-los, noções sobre suas estruturas e funções e, finalmente, na transmissão de informações sobre equipamentos de pesca esportiva e prática da pesca.

Entretanto, existem passivos ambientais a serem enfrentados, como o aporte alóctone de sedimentos, agroquímicos (não nos esqueçamos de que a maioria dos sítios de pesca ainda está situada em unidades produtivas agrícolas), práticas de conservação e manejo do solo e da água, assoreamento e eutroficação, destino dos resíduos sólidos e dos efluentes gerados, qualidade da água devolvida a jusante do sistema de pesca, introdução de espécies exóticas, recuperação da zona ripária, criação de ilhas de biodiversidade, entre outros.

Lant & Mullins (1991) sustentam que a manutenção da paisagem visual no entorno do corpo hídrico, a estrutura do habitat para favorecimento da propagação de peixes e a qualidade visual e olfativa da água são elementos de produção que, combinados, criam a qualidade dos aspectos cênicos dessas paisagens.

A manutenção de ilhas e corredores de biodiversidade no entorno dos corpos d'água, bem como dos lagos de pesque-pague, transitada pela recuperação, conservação e manejo de áreas marginais a esses ecossistemas, conhecidas como zona ripária, fundamentais para manter o equilíbrio dos sistemas hídricos, como afirmam Montag *et al.* (1997).

A saúde das coleções de água nos seus aspectos físico-químicos e microbiológicos deve ser observada rigorosamente, para que se mantenham com sucesso taxas de densidade de estocagem satisfatórias para os pescadores e de conforto para os peixes. Do contrá-

rio, doenças (parasitoses) poderão ocorrer, aumentando a vulnerabilidade dos animais e reduzindo a capturabilidade, com impacto negativo sobre o pescador.

Fazem-se necessárias propostas como as de sustentar um lago de pesca esportiva em ambientes privados, não somente como complemento de renda, mas também como atrativo de vida selvagem no entorno (pequenos animais). Isso traz a possibilidade de mais um valor agregado às operações de pesca e à sua comunidade, propiciando o resgate de alguns grupos animais já raros no espaço rural-urbano e de significativa importância ecossistêmica (dispersores de propágulos). Essas ações têm sido postas em prática em países onde o lazer e o turismo caminham paritariamente com a restauração de áreas degradadas, avaliação de impactos ambientais, programas de educação ambiental e de revitalização socioeconômica e cultural das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de lagos de pesca esportiva alicerçada sobre a gestão integrada de recursos contribui efetivamente para o desenvolvimento regional das áreas urbano-rurais, considerando-se o elenco de fatores subjetivos e objetivos existentes.

Simmons (1982), ao analisar a utilização das diferentes paisagens para as atividades ligadas ao lazer e ao turismo, afirma que a proteção dos recursos é uma condição indispensável para a manutenção dos índices de qualidade ambiental, principalmente em relação à gestão de recursos de uso múltiplo.

No caso das áreas urbano-rurais onde se situam os lagos pesque-pague, observamos a utilização concomitante dos recursos hídricos

atendendo a propósitos particulares que, a longo prazo, podem comprometer os seus aspectos qualiquantitativos, referentes tanto à qualidade visual da paisagem quanto à poluição e contaminação dos recursos por diversos agentes.

Assim, o desenvolvimento rural vinculado ao turismo deverá encontrar um ponto de equilíbrio entre o potencial natural dos ecossistemas (com limitações de natureza quantitativa e qualitativa) e as demandas procedentes das comunidades envolvidas.

O planejamento paisagístico de um pesque-pague, ao considerar a função de recreação como a mais solicitada, deve buscar uma associação com programas e projetos regionais cuja visão conservacionista esteja direcionada ao manejo adequado desses lagos, não enfocando apenas questões ecológicas “puristas”, mas também pertinentes à manutenção dos aspectos relativos à geração de renda, garantindo a sustentabilidade socioeconômica. Essas medidas de ajustamento aplicadas às diversas áreas de lagos de pesca esportiva existentes no Estado de São Paulo levariam, no decorrer do tempo, à geração de formas de controle dos vários níveis de impactos ambientais, mitigando ou até mesmo prevenindo desequilíbrios e sobrecargas nos ecossistemas (garantia de um equilíbrio entre a capacidade de suporte dos ecossistemas de entorno e a capacidade de carga de usuários). A seleção de variáveis relacionadas à disponibilidade de recursos para a implementação dos lagos sempre deverá ser considerada

sob o ponto de vista da relação custo/benefício ambiental e, ainda, das medidas protecionistas das quais alguns aspectos necessitam de avaliações mais minuciosas, como:

- 1) motivações paisagísticas;
- 2) preferências paisagísticas;
- 3) instalação de equipamentos e serviços para os usuários;
- 4) recomposição da integridade da paisagem.

Essas medidas, tomadas, não só responderão pelo controle e fiscalização das ocorrências de alguns impactos ambientais em áreas urbano-rurais através dos seus instrumentos educativos e jurídicos, como também levarão à construção de estruturas socioeconômicas mais compatíveis e adaptadas às transformações e às novas exigências oriundas das associações de atividades derivadas da presença de um pesque-pague.

Os lagos de pesca esportiva localizados nos espaços urbano-rurais paulistas representam uma fonte alternativa de renda para seus proprietários. Podem ser analisados ainda sob uma visão ecológica concernente à proteção e à renovabilidade dos recursos ambientais. Essa percepção ocorre sob um sistema de referenciais qualiquantitativos relacionados à integração de programas de desenvolvimento turístico, em especial o rural e o ambiental, aos programas de natureza conservacionista voltados para o patrimônio paisagístico natural e construído de suas regiões.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. A valorização do espaço rural, uma escolha de sociedade. **Em Destaque**, São Paulo, n. 13, 1997.
- ARAÚJO, J. G. F., FERREIRA, M. A. M. O 'pesque-pague' como alternativa de renda e emprego no meio rural. **Economia Rural**, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 29-32, 1998.
- CALS, J., CAPELÁ, VAQUÉ, E. **El turismo en el desarrollo rural em España**. Madrid: Ministério de Agricultura, 1995.
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p.11-42.
- CARVALHO FILHO, A. C. Situação atual e perspectivas da indústria da pesca esportiva no Brasil. In: SIMPÓSIO SOBRE MANEJO E NUTRIÇÃO DE PEIXES, 2, 1998, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal, 1998. p. 35-52.
- CAVACO, C. Turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHABALIN, E. **Análise econômica da criação de peixes sob condições de risco: um estudo de caso do pacu**. 1996. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba. (Dissertação, Mestrado em Economia Aplicada).
- CHOPAK, C. J. **Promoting fee fishing operations as tourist attractions**. Michigan: State University Extension, 1992. (Extension Fishery Wildlife Bulletin).
- CICHRA, C. E., CARPENTER, L. T. **Fee fishing as an economic alternative for small farms**. Florida: Cooperative State Research Service, 1989. (SRDC Series, 116).
- FURTADO, R. Caiu na rede é lucro. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, n.150, p. 84-90, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J., VILARINHO, C., DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J., FROEHLICH, J., RIEDL, M. Santa Maria (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 1995-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD**. Rio de Janeiro: Departamento de Emprego e Rendimento, 1995.
- KITAMURA, P. C. *et al.* Avaliação ambiental e econômica dos lagos de pesca esportiva na bacia do Rio Piracicaba. **Boletim de Indústria Animal**, v. 56, n. 1, p. 95-107, 1999.
- LANT, C. L., MULLENS, B. J. Lake and river quality for recreation management and contingent valuation. **Water Resources Bulletin**, v. 27, n. 3, p. 453-460, 1991.
- LIMA, Solange T. de. Ecoturismo: percepção, valores e conservação da paisagem. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 57-62, 1998.
- LOPES, R. B. **Caracterização dos lagos de pesca esportiva frente à qualidade de água e ao manejo empregado**. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2000. (Dissertação, Mestrado em Zootecnia).
- MIZUMOTO, F. M., HIRSCH, R. G., NEVES, E. M. Caracterização dos pesqueiros do Município de Piracicaba – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz de Iguaçu. **Anais...** Foz de Iguaçu: SOBER, 1999. CD-ROM.

MONTAG, L. F. A., BARRELA, W. S., PETRERE JR., M. As influências das matas ciliares nas comunidades de peixes do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ecologia**, v. 1, n. 1, p. 76-80, 1997.

MORAES, Clauciana S. B., LIMA, Solange T. de. **Inventário e análise ambiental dos recursos paisagísticos de Charqueada/SP**. (no prelo).

SCORVO FILHO, J. D., MARTIN, N. B., AYROSA, L. M. S. Preços na piscicultura no Estado de São Paulo, 1995 e 1997. **Informações Econômicas**, v. 29, n. 3, p. 15-24, 1999.

SIGLER, W. F., SIGLER, W. J. **Recreational fishing: management, theory, and application**. Nevada: University of Nevada Press, 1990.

SIMMONS, I. G. **Ecología de los recursos naturales**. Barcelona: Omega, 1982.

SLEE, B. et al. Tourism and rural development in Badenoch and Strathpey. **Scottish Agricultural Economics Review**, n. 8, p. 53-62, 1995.

WATTENDORF, B. Freshwater urban pond projects. Disponível na Internet via: <http://www.state.fl.us/gfc/fishing/update/urban>.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO CAMPUS BH DA PUC MINAS*

Wolney Lobato*

RESUMO

A idéia de se criar programas de reciclagem está difundida em todos os âmbitos sociais de nossa sociedade, e, nas últimas décadas, grande parte dos centros urbanos têm desenvolvido tais programas. A PUC Minas é uma instituição educacional responsável pela formação de cidadãos e futuros profissionais que atuarão, direta ou indiretamente, em órgãos públicos que definem as políticas ambientais em Minas Gerais e em outros Estados. Como sua atitude exercerá influência sobre o meio ambiente, desenvolvemos um estudo sobre a percepção ambiental para que se possa compreender como as pessoas “vêm” o problema do lixo na Universidade. A consciência ambiental se manifesta, de fato, somente através de atitudes e ações apropriadas, unindo toda a humanidade em torno da criação de criar uma sociedade mais sustentável.

Palavras-chave: Percepção ambiental; Desenvolvimento mundial; PUC Minas; Lixo reciclável.

A coleta e destinação de resíduos sólidos nas cidades brasileiras estão entre os principais problemas enfrentados pelo poder público municipal. A magnitude da questão, que afeta diretamente a saúde pública e compromete o meio ambiente, pode ser estimada se considerarmos que apenas 63% dos domicílios brasileiros contam com coleta regular de lixo. Nas cidades, esse serviço atinge 80% do total de moradias. Além disso, do lixo que chega a ser coletado no País, 76% é disposto a céu aberto, o restante sendo destinado a aterros (controlados ou sanitários), usinas de compostagem e, uma parcela ínfima, a centrais de triagem/beneficiamento para reciclagem. (IPT/Cempre, 1995)

O atual padrão de desenvolvimento mundial caracteriza-se pela

exploração excessiva e constante dos recursos naturais da Terra (...) e pela geração maciça de resíduos. Constata-se, na verdade, a existência de uma crise na relação entre meio ambiente e desenvolvimento, ao não se estabelecerem patamares sustentáveis de produção e consumo e ao não se enfrentar o dilema da desigualdade de acesso a condições básicas de vida. (Blauth & Grimberg, 1998)

Somando-se as inúmeras e variadas agressões sofridas pelo meio ambiente ao desper-

* Estudo realizado como prática da disciplina “Pesquisa em Geografia”, pelos alunos formandos do Curso de Geografia (2000): Luiz Eduardo Panisset Travassos, Ângela Emília Garcia Faria, Flávio Nasser Drumond, Ivanise Pignataro Claudino Fernandes, Gislane Aparecida Fernandes, Jussara Imaculada Pereira, Luciano Cassimiro Roques, Marcelo de Oliveira Barbosa e Campos, Rodrigo Augusto da Silva Ferreira e Saul Moreira Silva.

** Professor Doutor do Curso de Geografia Biológica da PUC Minas, orientador do projeto.

dício de recursos naturais, nota-se a importância das pesquisas científicas no tocante às dificuldades que estão por vir se mantivermos os padrões vigentes de produção e consumo.

Segundo Blauth & Grimberg (1998), o modo de vida urbano é um fator determinante da degradação ambiental, pois a complexidade dos estilos de vida das pessoas, combinada a um pesado processo de *marketing*, gera a necessidade de um consumo intenso. Uma parcela significativa de novos objetos e produtos, não efetivamente indispensáveis para assegurar uma boa qualidade de vida, é lançada no mercado a cada dia. Além desse problema, o excesso de embalagens descartáveis mostra-se como outro fator gerador de resíduos.

A idéia de realizar programas e projetos de coleta seletiva tem despertado o interesse de várias camadas da sociedade e, nos últimos anos, assumido proporções significativas nos centros urbanos.

Por ser a PUC Minas uma instituição educacional responsável pela formação de cidadãos e futuros profissionais que atuarão de forma direta ou indireta em órgãos de política ambiental, em Minas Gerais e outros Estados, ou que, de alguma forma, terão atitudes que influenciarão o meio ambiente, sentiu-se a necessidade de realizar um estudo de percepção ambiental que possa futuramente gerar mudanças comportamentais para a comunidade universitária, visando à melhoria da qualidade de vida no interior do *campus* BH, Unidade I.

É a partir de uma conscientização ambiental que se poderá agir em prol do meio ambiente, sendo necessários o exemplo e a orientação.

É nesse sentido que se pretende realizar um diagnóstico a partir da percepção ambiental do lixo no *campus* BH da PUC Minas, Unidade I.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estratégias de coleta dos dados:

1. Identificação de todos os cursos e horários de funcionamento, de acordo com as áreas do conhecimento:: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Humanas e área de Ciências Sociais.
2. Seleção dos alunos matriculados a partir do quarto período através de técnica amostral aleatória (foram sorteados cinco alunos de cada Curso e selecionados dois). Desse modo, em cada um grupos houve a participação de alunos dos diferentes cursos e, conseqüentemente, das várias áreas de conhecimento.
3. Elaboração de roteiro para realização da discussão em grupo. Essa técnica de coleta de dados mostrou-se a mais adequada, na medida em que permitiria livre expressão dos pesquisados e, ao mesmo tempo, reduziria o tempo de coleta de dados.
4. Na análise dos dados coletados, utilizaram-se as categorias previamente estabelecidas e que originaram o roteiro.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa desenvolveu-se através de grupos de discussão que permitiram trabalhar o pensamento coletivo, a fim de interpretar e transformar conceitos, tornando-se assim significativas e úteis as diferentes experiências vividas.

Para isso, dividiu-se o *Campus* BH, Unidade I, em quatro grupos, os quais representam as diferentes áreas do conhecimento.

Grupo 1 – *Área de Ciências Biológicas e da Saúde*

Manhã	Enfermagem (prédio 25)
	Psicologia (prédio 12)
Tarde	Ciências Biológicas (prédio 25)
	Fisioterapia (prédio 25)
	Odontologia (prédio 25)

Para a coleta dos dados, os organizadores dispuseram de máquina fotográfica, bloco de anotações e gravador.

Composto por futuros profissionais da área de saúde, o Grupo 1 mostrou-se extremamente heterogêneo no tocante à classe social e grau de escolaridade (alunos dos 6º e 8º períodos).

Com relação à primeira questão levantada, de *qual o problema que o grupo identifica no campus*, os pesquisados fizeram as seguintes considerações: as construções que vêm ocorrendo em todo o *campus* têm causado transtornos e inconvenientes para seus usuários. Com a construção de mais prédios, é de se esperar que o número de pessoas no *campus* aumente cada vez mais, não sendo notadas providências para os problemas que essas mudanças poderão ocasionar.

As construções já causam impactos, como o acúmulo de entulhos, destruição de áreas verdes, barulho, poeira, obstrução de caminhos, entre outros. Se é necessário construir mais prédios, os participantes pensam que deveriam ser tomadas providências para minimizar os problemas gerados por essas construções.

O estacionamento também é considerado outro problema por esse grupo, pois não existem vagas para todos, fato que muitas vezes resulta em atrasos às aulas. Isso também interfere no cotidiano de pessoas residentes na área de influência do *campus*.

No entanto, o surpreendente foi o fato de as opiniões não se mostrarem muito divergentes. A maioria dos participantes do Grupo 1 acredita que o maior problema do *campus*, em

relação ao meio ambiente, é o lixo deixado nas salas de aula; o segundo maior problema consiste na falta de lixeiras para solucionar esse problema.

Os alunos afirmaram que existe muito lixo espalhado pelo *campus*, dentro e fora das salas de aula. O lixo incomoda, pois indica falta de educação e preparo das pessoas que vivem em comunidade e, portanto, a não preocupação com o bem-estar do próximo. A turma que tem aula pela manhã deixa a sala suja para a turma da tarde, e esta para a turma da noite.

Os alunos acreditam que lixo é um problema comum a todas as áreas e a todos os cursos. Não há um curso ou área que suje mais ou menos e, como resultado, todos os prédios ficam prejudicados. Lembrou-se, inclusive, que as próprias pessoas que já vieram discutir educação ambiental não se preocuparam, ao final da palestra, em verificar se a sala estava limpa ou não, ou até mesmo em apagar o quadro negro.

Segundo esse grupo, já houve um trabalho prévio em relação ao lixo, porém apenas para o curso de Ciências Biológicas. O trabalho não foi divulgado nem houve incentivo para que outros alunos participassem. Não se notou nenhum resultado aparente nessa campanha.

Quando indagados sobre as soluções para o problema do lixo, a resposta unânime foi educação e condições físicas para dispor o lixo. A educação infantil foi enfatizada, argumentando-se que a criança pode orientar o pai ou familiar.

Quanto ao problema das condições físicas e equipamentos, foi abordada a falta de infraestrutura para a coleta do lixo nos prédios e no *campus*.

As lixeiras, que são patrocinadas, estão concentradas nas áreas das cantinas e lanchonetes, ou seja, acreditamos que não oneram a

PUC, já que são pagas pelos patrocinadores, podendo assim haver um número muito maior de lixeiras, pois sua falta dificulta ao usuário dispor corretamente seu lixo.

Sabemos que as campanhas de coleta seletiva, de acordo com o que foi ensinado na escola, não são suficientes para mudar o comportamento das pessoas de forma permanente. Acreditamos que essas campanhas servem como um estímulo inicial que precisa ser interiorizado para que ocorra uma mudança de atitude.

Segundo Blauth & Grimberg (1998), muitas vezes essas campanhas envolvem uma distribuição excessiva de material impresso, como folhetos e cartilhas, contribuindo para o próprio desperdício que se pode estar questionando e dificilmente permitindo uma discussão mais profunda em torno dos hábitos de consumo e descarte.

Os participantes disseram que, quanto mais limpo se encontra um local, mais inibidas as pessoas ficam em sujá-lo. Mas, se essas pessoas encontram um local malcuidado, não se intimidam em continuar aumentando a sujeira.

As pessoas já adquiriram hábitos que muitas vezes trazem praticidade, como, por exemplo, utilizar cada vez mais objetos descartáveis. Esse é um dos maiores problemas do lixo nos dias de hoje, pois nem sempre tais objetos são reciclados ou reutilizados, aumentando ainda mais o volume de lixo produzido pela sociedade.

Não houve a menor dúvida em afirmar que o maior tipo de lixo produzido no *campus* é o papel, ao lado de outros resíduos como: lixo orgânico da cantina, latas de refrigerante, embalagens, entulho das construções.

Não se trata apenas do papel que fica dentro das salas, mas também dos panfletos distribuídos nas portarias, jornais e publicações da própria Universidade, produzidos em maior volume do que o necessário.

Outra consideração unânime é sobre o destino do lixo no *campus*. O Grupo 1 não sabe se o lixo é retirado por caminhões da prefeitura, se é feita uma seleção anterior ou se é enviado para um aterro.

Grupo 2 – *Área de Ciências Exatas e Tecnológicas*

Manhã	Engenharia Civil (prédio 3)
	Engenharia de Automação (prédio 3)
	Engenharia Mecatrônica (prédio 3)
Tarde	Computação (prédio 34)
	Arquitetura e Urbanismo (prédio 3)
	Relações Internacionais (prédio 6)
Noite	Engenharia Elétrica (prédio 3)
	Engenharia Mecânica (prédio 3)
	Engenharia Eletrônica (prédio 3)

O convite aos alunos voluntários deu-se nos cursos acima citados (4º e 8º períodos), ocorrendo a discussão às 13h do dia 23 de março de 2000, em uma sala do prédio 15.

Participaram da discussão os pesquisadores e alguns alunos dos três turnos da área considerada, tendo os mediadores observado que os participantes mostravam-se indiferentes ao trabalho.

Apesar das condições impostas pela falta de interesse da área pesquisada, foram feitas as seguintes observações pelo Grupo 2:

- A demora na construção dos prédios dentro da PUC vem causando imensos transtornos aos alunos. O estacionamento sempre cheio e poucas vagas ocasionam verdadeiro caos pela lentidão e balbúrdia na chegada e saída dos usuários da universidade. A burocracia e problemas com funcionários foram também citados.
- Em relação ao meio ambiente, os parti-

cipantes queixaram-se do entulho deixado pelas construções dos prédios, que causam imenso desconforto às pessoas que transitam no local.

- Os tipos de lixo produzidos no *campus* são: o papel, o entulho das construções, resíduos hospitalares e químicos. Ninguém sabia responder sobre o destino desse lixo. A reação de todos durante a discussão foi de indiferença. Contudo, no final, todos se interessaram pela melhoria das condições ambientais no *campus*.

Grupo 3 – Área de Ciências Humanas

Manhã Pedagogia (prédio 6)

História (prédio 6)

Noite Geografia (prédio 6)

Filosofia (prédio 6)

Letras (prédio 6 e prédio 12)

Direito (prédio 5)

A reunião foi realizada no dia 28 de março de 2000, às 19h, apesar do não comparecimento dos alunos dos Cursos de Direito e Pedagogia.

Os alunos que compareceram foram extremamente atenciosos, sendo visíveis sinais de curiosidade e interesse.

Indagados sobre o maior problema que o grupo identificava no *campus*, responderam desde a insuficiência de sabonetes e a qualidade do papel higiênico nos banheiros, até a falta de segurança e a “maquiagem da escola quando o MEC faz alguma visita”.

Sobre os problemas ambientais percebidos no *campus*, os participantes referiram-se, especialmente, aos impactos causados pelas novas construções e o lixo.

O Grupo 3 ressaltou alguns aspectos peculiares, como o fato de as lixeiras localizadas no Centro de Atividades Esportivas não estarem devidamente identificadas para a coleta de lixo, mas apenas diferenciadas pela cor.

Além disso, os alunos apontaram a falta de lixeiras, a sua má distribuição e a inexistência de lixeiras para fumantes. A maior indignação refere-se à coleta seletiva, que não funciona. Os poucos alunos que dispõem os resíduos corretamente “perdem o interesse ao observar que todo o conteúdo das lixeiras é misturado pela própria equipe que cuida da manutenção”.

Houve preocupação com a disposição adequada dos restos de cigarros. Segundo os alunos, “muitos fumantes jogam seus restos no chão, pois estão preocupados com o possível incêndio que poderia ocorrer nas lixeiras, que não são adequadas para receber restos de cigarro”. Alegam desconhecer a existência de qualquer lixeira ou recipiente para esse fim. Muitos dos participantes eram fumantes.

O lixo orgânico, papel e cigarro foram identificados como o principal tipo de lixo produzido pela instituição e seu destino, segundo os alunos, é o “lixão da Prefeitura de Belo Horizonte”.

A percepção do Grupo 3 em relação ao meio ambiente esteve mais voltada para a questão da má distribuição do espaço e do lixo no *campus*.

Alguns alunos já possuíam experiência relativa ao lixo, adquirida em outras instituições, como grupos de escoteiros e grupos ambientalistas.

Grupo 4 – Área de Ciências Sociais

Manhã Administração (prédio 14)

Contabilidade (prédio 14)

Economia (prédio 14)

Jornalismo (prédio 13)

Publicidade (prédio 13)

Noite Administração (prédio 14)

Contabilidade (prédio 14)

Economia (prédio 14)

Comunicação (prédio 13)

Serviço Social (prédio 13)

Encontrou-se muita dificuldade no processo de seleção dos participantes do grupo de discussão, devido à falta de interesse dos alunos e de alguns professores, que dificultaram a presença dos voluntários à discussão.

A amostragem foi realizada nos cursos de Ciência da Informação, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Publicidade, Jornalismo, Relações Públicas e Serviço Social. Recentemente implantado na PUC Minas, o curso de Ciência da Informação teve que ser excluído da amostragem, em função dos critérios adotados.

Nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Ciências Econômicas, foi grande a receptividade ao trabalho. Já os alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas mostraram-se bastante desinteressados pela proposta.

No dia 24 de março de 2000, às 19:00 horas, a reunião foi realizada ao ar livre, para que os alunos, já indispostos ao trabalho, se sentissem mais à vontade, longe “das salas de aula”.

Foi pedido aos alunos que indicassem problemas relacionados ao *campus*. Os principais problemas indicados foram: falta de áreas de estacionamento e falta de segurança.

Os alunos mostraram-se preocupados com o aumento das construções e a criação de novos cursos, o que acarretará aumento do volume de pessoas e automóveis no *campus*. Segundo eles, “tais eventos vêm ocorrendo de forma não planejada, causando mais desequilíbrios ambientais” no *campus* e em sua área de influência.

Outro fator apontado foi a falta de segurança causada pela má iluminação do *campus* e o acesso livre de pessoas. Sugeriram que a Universidade criasse mecanismos de controle do acesso ao *campus*.

Questionados sobre o lixo, os alunos se mostraram alheios ao problema, relatando inicialmente que o lixo não lhes “causava transtorno, por isso não se tratava de um problema”.

Insistindo-se na problemática do lixo, como ocorreu em outras áreas, foram mencionadas a falta de lixeiras e sua capacidade de carga: “Normalmente as lixeiras estão cheias de lixo, sendo impossível dispor do material que você quer jogar fora. É por isso que às vezes se joga lixo no chão”.

Segundo o Grupo 4, as campanhas educativas e de incentivo à reutilização e reciclagem de lixo deveriam acontecer mais vezes, mostrando os problemas trazidos pela inadequada disposição do lixo. “Temos que criar atitudes positivas para com o meio ambiente entre as pessoas, conscientizá-las de que o papel que jogam no chão as prejudica”.

Ainda com o intuito de entender como o Grupo 4 percebia o lixo no *campus*, questionou-se sobre o tipo de lixo mais produzido e qual deveria ser seu destino. Para esses alunos, o papel é o principal tipo de lixo, seguido dos resíduos sólidos das cantinas, não devidamente aproveitados.

O destino do lixo reciclável, segundo alguns, deveria ultrapassar os limites da Universidade. O lixo deveria ser aproveitado por instituições de caridade, arrecadando-se dinheiro com a venda de papel e latas de alumínio.

Os alunos de Administração e Ciências Contábeis propuseram a criação de uma “oficina” de reciclagem e reutilização de papel administrada pelos próprios alunos. Com essa “oficina”, todo o material produzido poderia ser reutilizado e consumido pela própria Universidade em forma de material didático, toalhas de papel, papel higiênico, guardanapos para as cantinas. Qualquer tipo de lucro seria revertido a projetos de incentivo a pesquisas

científicas: “Cabe a nós alunos reivindicar isto à Universidade; imaginem os benefícios que poderíamos ter com o dinheiro arrecadado”.

Após essa observação, a discussão foi encerrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos fatos apresentados, não se pode confundir *conscientização* com *informação*, pois pessoas mais “estudadas”, como é o caso dos universitários, não estão necessariamente mais bem preparadas para mudanças de atitude.

Estudos realizados nos Estados Unidos mostram que a “taxa de participação nos programas de coleta seletiva é quase idêntica em diferentes grupos demográficos, culturais e socioeconômicos” (Vining, 1992). Na nossa realidade, Nunesmaia (1997), ao estudar o Programa de Coleta Seletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), afirma que nessa comunidade o grau de envolvimento no projeto independia do grau de escolaridade.

O comportamento humano parece mudar mais facilmente quando os valores e sentimentos que o sustentam também são alterados. Durante a discussão, alguns participantes apontaram o fato de uma campanha educativa só funcionar se houver incentivos ou punições.

Segundo a maioria,

por trás de qualquer comportamento existe um estímulo, positivo ou negativo, para sua adoção/manutenção. Entretanto, esse estímulo não deve ser entendido como sinônimo de brinde, premiação/recompensa ou punição econômica ou individual. Uma multa para disposição inadequada de resíduos pode funcionar, aparentemente, numa situação em que existe fiscalização. Mas, a menos que uma pessoa já possua ou desenvolva outra motivação para manter a cidade limpa – um sentimento, por exemplo, de compromisso com o ambiente público

– quando “não houver ninguém olhando” para multá-la, esta manifestará um comportamento comum: jogar o lixo na rua. (Blauth & Grimberg, 1998)

Acreditamos que a estratégia de troca de produtos recicláveis (lixo) por bens de consumo para a população, levantada pelo grupo, não é muito pertinente, pois contraria o próprio princípio da redução de lixo, podendo incentivar a arrecadação cada vez maior de grande quantidade de produtos para a troca.

Todos os projetos de educação ambiental, principalmente aqueles que tratam do problema do lixo, devem ser norteados por uma visão “holística e não por alguma forma de adestramento, como a que propõe a troca de lixo por cesta básica ou vale-transporte” (Nunesmaia, 1997) e que não permite medir de que forma as parcelas da sociedade participam: estão realmente dispostas a contribuir altruisticamente para a melhoria da qualidade do meio ambiente e da qualidade de vida de uma coletividade ou estão atuando de forma “egoística”, para receber algo em troca e se beneficiar?

Uma alternativa seria a do programa de coleta seletiva do município de Embu, São Paulo. Lá existe a possibilidade de trocar produtos recicláveis por mudas de árvores, na tentativa de aumentar as áreas verdes do município e despertar uma consciência ambiental. Contudo, ainda não conseguiríamos identificar a real razão pela qual o indivíduo participa das campanhas. Seria a metodologia educacional empregada ou o simples fato de ganhar algo? Essa não é uma questão simples de ser respondida.

Todos concordam que o caráter punitivo deve ser realizado de maneira sutil e paralela à educação ambiental. Segundo Blauth & Grimberg (1998), a tarifa de lixo é um instrumento econômico básico adotado para des-

motivar a população a produzir resíduos, em função da quantidade de material descartado por gerador, não sendo uma taxa fixa. Essa atitude dos governos municipais de algumas cidades na Holanda tem obtido sucesso, funcionando da seguinte forma: o cidadão é obrigado a dispor de seu lixo em recipientes próprios, adquiridos junto às prefeituras, pagando uma taxa por recipiente. Quanto mais lixo, mais recipientes e, conseqüentemente, mais despesas para o cidadão. Com essa atitude, as prefeituras constataram que a população reduziu drasticamente seu descarte, alterando até mesmo seus hábitos de consumo, preferindo produtos com menos embalagens descartáveis e mais recicláveis.

Os diversos cursos concordam que o problema do lixo no *campus* ou em qualquer outro lugar é essencialmente um problema de educação. Educação entendida como a base de sustentação de uma sociedade bem estruturada e consciente.

Mediante essa experiência, diversos incentivos e estratégias são necessários para que a consciência ambiental de todos possa ajudar a elucidar o que realmente vem a ser a ecologia social e de que forma o homem pode contribuir para sua melhor convivência em coletividade.

Seria interessante realizar, em novos trabalhos dessa natureza, uma investigação sobre as causas que levam alguns alunos de determinados cursos a não se interessarem por pesquisas de temas tão relevantes como a percepção ambiental em seu local de trabalho. Minicursos, palestras, campanhas, visitas técnicas realizadas pela instituição ou outros órgãos dariam uma contribuição valiosa para a percepção desses problemas.

Este estudo teve como propósito verificar as diferentes percepções que alunos dos di-

versos cursos de graduação do *Campus I* da PUC Minas têm a respeito do ambiente e da problemática do lixo na Universidade.

Devido à limitação de tempo, deve-se usar com reserva as conclusões deste trabalho. Apesar dessa limitação, é possível chegar aos seguintes resultados após a coleta, organização e análise dos dados:

- no tocante à percepção dos problemas ambientais no *Campus*, as respostas foram bastante semelhantes nas diferentes áreas do conhecimento. Na área de Ciências Biológicas e da Saúde, a responsabilidade do ser humano em relação ao meio ambiente foi mais evidenciada.
- quanto ao problema do lixo e à atribuição de responsabilidades, o conjunto das quatro áreas mostrou-se consciente de que esse é um problema de educação e de que todos possuem uma parcela de culpa. Programas e campanhas de conscientização a serem desenvolvidos pela Universidade foram considerados de grande importância.
- as diferentes percepções do lixo como um problema ambiental da instituição não parecem estar ligadas apenas à formação acadêmica de cada grupo. Além da educação formal, para alguns alunos, as vivências pessoais possuem grande relevância no tratamento das questões levantadas.
- Os representantes da área de Ciências Exatas e Tecnológicas mantiveram-se bastante indiferentes no início da discussão, mas, conforme percebido pelos organizadores, mostraram-se dispostos a melhorar sua postura relativa ao meio ambiente.
- Na área de Ciências Humanas, o não comparecimento dos alunos do Curso de

Direito e Pedagogia causou preocupação aos organizadores da discussão, uma vez que esses cursos podem contribuir muito para a formação de uma consciência crítica entre os integrantes da sociedade, bem como para a formação de futuros cidadãos conscientes.

- No grupo 4, área das Ciências Sociais, houve grande participação dos representantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Ciências Econômicas, com maior receptividade ao trabalho. Contudo, os representantes dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas mostraram-se desinteressados, o que também preocupou os envolvidos na pesquisa, uma vez que esses futuros profissionais poderão estar, daqui a alguns anos, à frente dos principais veículos de comunicação do país, liderando grandes empresas e, provavelmente, influenciando as atitudes de uma coletividade.

A questão ambiental não é apenas algo que os professores devem apresentar para debate. Poderá ser bem-sucedida se orientada para a incorporação de atitudes e valores relativos ao meio ambiente, com o objetivo de fortalecer a formação intelectual e moral do indivíduo, para benefício de todos.

Os problemas existentes no mundo atual são sistêmicos, ou seja, interligados e dependentes, não podendo ser entendidos de forma fragmentada, como muitas vezes o fazem algumas disciplinas acadêmicas e organismos governamentais.

Devemos ter em mente

uma autêntica e profunda visão ecológica num sentido que vai além das preocupações imediatas com a proteção ambiental, exigindo mesmo uma distinção entre ambientalismo superficial, que se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente em benefício do homem, e a ecologia profunda, que envolve a percepção e uma atribuição de valor ao papel dos seres humanos no ecossistema planetário, requerendo uma nova base filosófica. (Sessions, 1981)

Referências bibliográficas

- BLAUTH, Patrícia, GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores.** São Paulo: Instituto Pólis, 1998. 104p.
- BONNES, M., SECCHIAROLI, G. **Environmental psychology: a psychosocial introduction.** London: Sage, 1995.
- BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- COLESANTI, Marlene T. de Muno. Paisagem e educação ambiental. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM, 3, 1998, Rio Claro. **Cadernos paisagem paisagens.** Rio Claro, 1998. p. 35-37.
- DELRIO, V. , OLIVEIRA, Livia (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Carlos: Nobel, 1996.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293p.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 1992.

- FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- GARLING, T., EVANS, G. W. (Org.). **Environment, cognition and action: an integrated approach**. New York: Oxford, 1991.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996.
- ITTELSN, W. H. **Environment and cognition**. New York: Seminar, 1973.
- JARDIM, Niza Silva (Org.). **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/CEMPRE, 1995. 278p.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Mariana de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa e elaboração, análise e interpretação de dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 260p.
- LOWENTHAL, David (Ed.). **Environmental perception and behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. Paisagem, ação, percepção e cognição. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM, 3, 1998, Rio Claro. **Cadernos paisagem paisagens**. Rio Claro, 1998. p. 1-4.
- MEINING, D. W. **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays**. New York: Oxford University Press, 1979.
- NUNESMAIA, M. F. S. **Lixo: soluções alternativas, projeções a partir da experiência UEFS**. Bahia: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1997. 152p.
- OLIVEIRA, Lúvia. **A percepção da qualidade ambiental: a ação do homem e a qualidade ambiental**. Rio Claro, ARGeo, 1983.
- OLIVEIRA, Sílvia Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.
- PARK, C. C. **Ecology and environmental management: a geographical perspective**. London: Butterworths, 1980. 272p.
- PEDRINI, A. G. **Educação ambiental: reflexões contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SESSIONS, George. Shallow and deep ecology: a review of the philosophical literature. In: SHULTZ, B., HUGHES, D. (Org.). **Ecological conscientiousness**. Gannam: University Press of America, 1981.
- SOUZA, Carlos Leite de. Cognição ambiental e leitura da paisagem urbana: teoria e prática. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM, 3, 1998, Rio Claro. **Cadernos paisagem paisagens**. Rio Claro, 1998. p. 15-26.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- USHER, Robin, EDWARD, Richards. **Postmodernism and education**. London: Routledge, 1994.
- VINING, J., LINN, N., BURDGE, R. J. Why recycle? A comparison of recycling motivations in four communities. **Environmental management**, v. 16, n. 6, 1992
- XAVIER, Herbe. Considerações sobre a percepção da paisagem geográfica. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 21-26, dez. 1994.

Outras publicações da Editora PUC Minas

ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – Departamento de Arquitetura e Urbanismo

BIOS – Departamento de Ciências Biológicas

CADERNO DE ENTREVISTAS – Faculdade de Comunicação e Artes

CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS – Faculdade Mineira de Direito

CADERNO DE REPORTAGENS MALDITAS – Faculdade de Comunicação e Artes

CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO – Departamento de Administração

CADERNOS DE BIOÉTICA – Núcleo de Estudos de Bioética

CADERNOS CESPUC DE PESQUISA – Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas

CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Departamento de Sociologia

ECONOMIA & GESTÃO – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

CADERNOS DE ENGENHARIA – IPUC – Instituto Politécnico da PUC Minas

CADERNOS DE HISTÓRIA – Departamento de História

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL – Escola de Serviço Social

EDUCAÇÃO – CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – Departamento de Educação

ENFERMAGEM REVISTA: CADERNOS DE ENFERMAGEM – Escola de Enfermagem

EXTENSÃO: Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas

HORIZONTE – Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas

ORDEM E DESORDEM: CADERNO DE COMUNICAÇÃO – Faculdade de Comunicação e Artes

REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO – Faculdade Mineira de Direito

SCRIPTA – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC

SPIN – ENSINO E PESQUISA – Departamento de Física e Química

VERTENTE – Revista da PUC Minas Contagem

Produção gráfica:

EMS • Telefax: (31) 3421.0255

Impressão:

FUMARC

Fundação Mariana Resende Costa

Av. Francisco Sales, 540 • Floresta

Fone: (31) 3249.7400 • Fax: (31) 3249.7413

30150-220 • Belo Horizonte • Minas Gerais



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-reitoria de Extensão
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico
30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais

